

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

CAROLINA OLIVEIRA GROSSINI

A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O BRASIL NA REVISTA *THE ECONOMIST*:
análise de reportagem especial e de sua relação com o discurso liberal

Porto Alegre

2014

CAROLINA OLIVEIRA GROSSINI

**A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O BRASIL NA REVISTA *THE ECONOMIST*:
análise de reportagem especial e de sua relação com o discurso liberal**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marcia Benetti Machado

Co-orientadora: M^a. Gisele Dotto Reginato

Porto Alegre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado A produção de Sentidos sobre o Brasil na revista *The Economist*: análise de reportagem especial e de sua relação com o discurso liberal, de autoria de Carolina Oliveira Grossini, estudante do curso de Comunicação Social – habilitação Jornalismo, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, 24 de junho de 2014.

Assinatura:

Nome completo do **Orientador**: Prof^{ra}. Dr^a Marcia Benetti Machado

CAROLINA OLIVEIRA GROSSINI

**A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O BRASIL NA REVISTA THE
ECONOMIST: análise de reportagem especial e de sua relação com o discurso liberal**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marcia Benetti Machado

Co-orientadora: M^a. Gisele Dotto Reginato

Conceito Final:

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a Marcia Benetti Machado

Prof^a. M^a. Rosa Nívea Pedroso

Ms. Ivan Bomfim Pereira

É certo que todos nós temos preferências e argumentos verdadeiros a sustentá-las. Se para além delas conseguirmos ver a operação de circunscrição, a ordenação realizada que se entranha com sutileza e imaterialidade do mundo, estaremos próximos da visão do poder em sua capilaridade.

Mayra Gomes

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Maria Irene e Carlos Grossini, por toda a bondade, dedicação, amor e compreensão. São meus maiores exemplos, ensinando-me, a cada dia, que os estereótipos não passam de estereótipos, que antes de argumentar ou criticar, é preciso conhecer.

Agradeço aos meus irmãos – Rodrigo, Fabio e Renato - todos mais velhos, que sempre tentaram me proteger durante a minha infância e ainda atendem quando eu preciso.

Pelo apoio, amor, compreensão e momentos de paz e felicidade, agradeço ao Lucas Marchetti, sempre ao meu lado.

Em especial, agradeço à minha orientadora, professora Marcia Benetti, por ter me acolhido quando achei que não fosse mais possível encontrar alguém.

Principalmente, agradeço à minha co-orientadora, Gisele Reginato, por todas as suas contribuições, apoio e dedicação extrema. Ainda sem me conhecer, confiou na minha proposta e entendeu minhas inquietações. Sua empolgação com a pesquisa foi contagiante, e vou recordar para sempre a sua fundamental participação neste trabalho e neste momento da graduação.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central compreender os sentidos produzidos sobre o Brasil na reportagem especial *Has Brazil blown it?*, publicada pela revista *The Economist* em setembro de 2013, problematizando sua relação com o liberalismo. Os objetivos específicos são a) identificar as temáticas escolhidas pela revista como eixos de sentidos; b) analisar os sentidos sobre as questões socioeconômicas e os brasileiros; c) analisar os sentidos sobre os políticos brasileiros e a presidente Dilma Rousseff; d) problematizar a relação destes sentidos com o liberalismo. O objeto de estudo foi analisado a partir do aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso, com base nas teorias construcionistas do jornalismo, que o apresentam como uma construção social da realidade, e em discussões sobre jornalismo de revista e jornalismo econômico. Além disso, buscou-se um aprofundamento sobre a temática do liberalismo e das relações entre jornalismo e poder. A análise levou ao entendimento de que a reportagem especial reitera um discurso liberal e produz sentidos sobre um Brasil estagnado economicamente.

Palavras-chave: Jornalismo econômico; Discurso; Revista; *The Economist*; Liberalismo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 JORNALISMO E REALIDADE, JORNALISMO ECONÔMICO E DE REVISTA..	13
2.1 Construção social da realidade, jornalismo e verdade.....	14
2.2 Jornalismo de revista.....	22
2.3 Jornalismo Econômico.....	26
2.4 Sobre a <i>The Economist</i>	29
3 LIBERALISMO, JORNALISMO E PODER.....	33
3.1 Do Liberalismo Clássico ao Estado de Bem-estar Social.....	33
3.2 O Liberalismo do século XX ou Neoliberalismo.....	36
3.3 Jornalismo e poder.....	41
4 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA E ANÁLISE.....	49
4.1 Breve apresentação do contexto brasileiro.....	49
4.2 Escolha do objeto.....	52
4.3 Análise de Discurso.....	54
4.4 Produção de sentidos: <i>The Economist</i>	56
4.4.1 Brasil e questões socioeconômicas: estagnação e solução.....	56
4.4.2 Os brasileiros: indignação, ascensão e consumo.....	62
4.4.3 Os políticos brasileiros e o sistema político: corrupção e impunidade.....	65
4.4.4 Presidente Dilma Rousseff: intervencionismo e falta de apoio.....	68
4.5 A produção de sentidos sobre o Brasil na revista <i>The Economist</i>	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76
ANEXO A.....	80

1 INTRODUCAO

O jornalismo é reconhecido socialmente como um espaço de relato dos fatos. Sua credibilidade está vinculada à noção de que aquilo que está sendo afirmado corresponde à realidade, sendo o compromisso com a verdade constituinte da deontologia da profissão. Como todo relato, a produção jornalística é resultado de uma transformação, um processo que envolve múltiplos fatores, por isso a notícia carrega indícios da realidade, mas não de forma neutra. O jornalismo ocupa um importante papel de mediação, à medida que traz informações a respeito de assuntos e/ou eventos sobre o quais não teríamos conhecimento ou possibilidade de checar.

Entre as publicações jornalísticas mais reconhecidas mundialmente por relatar os fatos ocorridos de ordem internacional, está a revista *The Economist*. Com 171 anos de história, a publicação britânica apresenta atualmente notícias sobre acontecimentos políticos e econômicos nos cinco continentes, tendo inclusive diferentes seções para tratar sobre diferentes regiões, como Ásia, China, Europa, Reino Unido, Américas. São notícias, análises, artigos e comentários sobre diversos assuntos da atualidade - negócios, finanças, ciência, tecnologia, cultura, sociedade, mídia e artes - com ênfase nas questões econômicas e políticas internacionais.

O Brasil foi tema de capa da revista em duas situações. Em novembro de 2009, a revista publicou uma reportagem especial de 14 páginas intitulada *Brazil takes off*, traduzida como “O Brasil decola”. O conteúdo faz referência às taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, em média 5% naquele momento, e apresenta como o Brasil conseguiu crescer e quais seriam seus futuros desafios. Quase quatro anos depois, em 28 de setembro de 2013, a revista publica outra reportagem especial de 14 páginas com o título *Has Brazil blown it?*, traduzida como “O Brasil estragou tudo?”. Neste segundo caso, no entanto, a reportagem questiona se o Brasil não teria parado de avançar economicamente e socialmente, apresentando um panorama do cenário econômico e político atual.

Compreender os sentidos produzidos sobre o Brasil na reportagem *Has Brazil blown it?*, problematizando sua relação com o liberalismo, constitui o objetivo central deste trabalho. Os objetivos específicos são a) identificar as temáticas escolhidas pela revista como eixos de sentidos; b) analisar os sentidos sobre as questões socioeconômicas e os brasileiros; c) analisar os sentidos sobre os políticos brasileiros e a presidente Dilma Rousseff; d) problematizar a relação destes sentidos com o liberalismo.

A pesquisa se justifica em função de não termos encontrado muitos trabalhos sobre o nosso recorte. Em pesquisa realizada no banco de monografias da UFRGS, não foi encontrado nenhum trabalho de conclusão de curso sobre a revista *The Economist* e apenas três trabalhos a partir da palavra-chave “jornalismo econômico”. Neste banco, identificamos os seguintes temas relacionados ao jornalismo econômico: o jornalismo como fonte de aprendizagem em ciências econômicas (LUNARDI, 2010); a produção de sentidos sobre a nova classe média brasileira no Globo Repórter (MAURO, 2012); o tratamento que a cultura recebe no jornalismo econômico a partir de um estudo do suplemento Eu&Fim de Semana do jornal Valor Econômico (GOMES, G., 2013), o qual realiza um cruzamento entre cultura e economia.

Por meio de uma pesquisa no banco de dados da SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo) e da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), foram localizados dois artigos sobre a *The Economist*. Michele Tavares (2012) analisa a cobertura do resultado das eleições presidenciais no Brasil em 2002, com a vitória de Lula, e o resultado das eleições nos Estados Unidos em 2008, com a vitória de Obama, realizadas pelas revista *Veja* e *The Economist*, enquanto que Procópio (2012) analisa a cobertura feita pela *The Economist* do final do segundo mandato de Lula. Ainda assim, os trabalhos citados não tiveram como proposta entender a produção de sentidos a partir da sua relação com a doutrina liberal.

A decisão de tratar sobre esse assunto também partiu do interesse pessoal pelo tema a partir da observação de que a publicação é reconhecida, nacional e internacionalmente, como relatora dos fatos ocorridos no mundo todo. Seus conteúdos reverberam nos meios de comunicação em diversos países, incluindo o Brasil. Considero que o jornalismo da revista *The Economist*, ao nos relatar para os cinco continentes, também colabora para a formação da nossa imagem fora do País. Foi durante minha estadia na Europa em 2012 que percebi o quanto as produções jornalísticas são utilizadas como referência na constituição do entendimento dos indivíduos em relação aos outros países. Questionava as pessoas sobre o que sabiam a respeito do Brasil e como sabiam, de que forma se informavam sobre o nosso País. Ouvi muitos relatos estereotipados, palavras que são associadas ao Brasil quase que instantaneamente como futebol, carnaval, samba, praia, favelas. Mas também obtive informações como “Li na *The Economist* que o Brasil cresce mais que a Europa. Mas a desigualdade ainda é muito grande”, “Vi na BBC que o crescimento do PIB do Brasil foi próximo ao PIB da China”. O jornalismo, portanto, ocupa um importante papel de

representação, à medida que muitas pessoas não têm a oportunidade de vivenciar o fato, mas podem acessar o relato apurado e narrado sobre ele.

O trabalho está dividido em cinco partes, incluindo a Introdução. O segundo capítulo observa o jornalismo como uma construção social, que reafirma e cria as representações sociais. É desmistificada a ideia de que o campo é um “espelho da realidade”, trabalhando-se, então, quais os fatores que estão envolvidos nessa construção realizada pelo jornalismo. É discutida a legitimidade do jornalismo enquanto representante da realidade e a função de especialista que o campo assume em determinados momentos. A compreensão das especificidades do jornalismo econômico e do jornalismo de revista também integram o segundo capítulo, à medida que são fundamentais para o entendimento das especificidades do objeto. O capítulo finaliza com informações sobre a história e o perfil da revista *The Economist*.

Já o terceiro capítulo propõe um maior entendimento do conceito de liberalismo, principalmente o liberalismo econômico, posto que a *The Economist* se define como liberal. Para isso, foi realizado um breve resgate histórico do conceito e as transformações pelas quais passou ao longo da história. Entender a relação do jornalismo com outras instâncias de poder também é uma das propostas aqui expostas. Para isso, são apresentadas as definições de poder e de poder simbólico e o caráter de disciplina e controle que o jornalismo é capaz de exercer. Também se observa o jornalismo como um espaço de disputa simbólica, no qual atores sociais tentam afirmar suas posições. Um outro aspecto tratado é a hipótese de que o jornalismo influencia na agenda pública, à medida que é capaz de influir, a longo prazo, sobre o que pensar e falar. Por fim, o capítulo três retoma aspectos já trabalhados no anterior, que colocam o jornalismo como um resultado de interação social e submetido a uma série de fatores externos ao campo.

O capítulo quatro corresponde à apresentação da construção metodológica e à análise do objeto. Inicialmente, apresenta uma contextualização breve sobre o Brasil, tratando dos fatores que tiveram grande repercussão em 2013. Em seguida, são apresentados mais detalhes sobre a escolha do objeto e suas implicações. A metodologia, no caso a análise de discurso, também é explicada. Segue à exposição da metodologia a análise da reportagem especial por meio de quatro eixos temáticos: questões socioeconômicas, os brasileiros, os políticos e sistema político e a presidente Dilma Rousseff. Por fim, consta o cruzamento da análise com a base teórica apresentada nos capítulos dois e três, realizada com o intuito de compreender o objetivo deste trabalho: compreender os sentidos sobre o Brasil construídos na reportagem

Has Brazil blown it?, publicada na *The Economist*, problematizando sua relação com o liberalismo.

Já as considerações finais, contidas no quinto capítulo, realizam uma retomada das ideias apresentadas. Também ressaltam as dificuldades encontradas na realização desta pesquisa. Um outro aspecto é que consideramos, aqui, o não esgotamento da compreensão do estudo, refletindo sobre os outros possíveis pontos de partida para a compreensão do assunto.

2 JORNALISMO E REALIDADE, JORNALISMO ECONÔMICO E DE REVISTA

Se hoje se tem um entendimento de que o jornalismo não retrata os assuntos com neutralidade, devemos observar que o campo já foi considerado seu fiel representante. No entanto, para alguns autores do campo, o estudo tradicional da notícia limita o papel da *mídia* a simples transmissores de mensagens (ALSINA, 2009). Não só um simples transmissor de mensagens; a teoria do espelho, desenvolvida a partir de 1850, era calcada no conceito de que o jornalista seria um mediador desinteressado, um observador imparcial, capaz de, portanto, descrever a realidade tal como ela é. Ou seja, a imprensa seria um espelho do real e as notícias seriam um reflexo da realidade (CASTRO, 2012). A legitimidade e a credibilidade jornalística ainda estão vinculadas à ideia de que as notícias refletem a realidade e de que os jornalistas são imparciais e, por isso, alguns jornalistas defenderiam a teoria do espelho (TRAQUINA, 2003).

Já no século XX, novos conceitos sobre o papel dos meios de comunicação e do jornalismo desenvolvem a concepção do campo jornalístico não como representação fiel da realidade, mas como responsável por estabelecer relações entre o mundo real e os indivíduos. Em 1922, Lippmann propôs a tese de que as pessoas não respondiam diretamente aos fatos do mundo real, mas que viviam em um pseudo-ambiente composto pelas “imagens em nossas cabeças”. Os media seriam a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens que as pessoas fazem sobre esses acontecimentos. Posteriormente, o conceito de agendamento foi introduzido por McCombs e Shaw, em 1972, afirmando que os media não diziam às pessoas como pensar sobre os assuntos, contudo são bem-sucedidos ao dizer no que pensar (TRAQUINA, 2008). Assim, “a vasta literatura sobre o jornalismo reconhece o poder do jornalismo não apenas na projeção social dos tópicos mas também no seu poder de enquadrar esses tópicos [...]” (MOLOTCH; LESTER, 1974 apud TRAQUINA, 2008, p. 16)¹.

Além dessas percepções, uma outra apresenta o jornalismo a partir de uma perspectiva construtivista. Ou seja, o jornalismo, muito diferente de um espelho, trata-se de uma construção social da realidade. O jornalismo integra e atua nessa construção, à medida que representa os acontecimentos, porém não sem a intervenção do contexto social e do perfil do profissional jornalista.

¹ MOLOCH, Harvey; LESTER, Kevin (1974). *News as Purposive Behavior: On the Strategic use of Routine Events, Accidents, and Scandals*. American Sociological Review, Vol. 39, Nº 1.

2.1 Construção social da realidade, jornalismo e verdade

Berger e Luckmann, ambos da área da sociologia, propuseram em sua obra *A Construção Social da Realidade*, publicada primeiramente em 1966, uma análise da construção social da realidade, a partir da Sociologia do Conhecimento. Os autores definem *realidade* “como uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos um ser independentemente de nossa própria volição (não podemos desejar que não existam)”, e o *conhecimento* “como a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas” (2000, p. 11). Assim sendo, o homem da rua habita um mundo que é “real” para ele, e “conhece”, com graus variáveis de certeza, que este mundo possui tais ou quais características. Apesar dessas múltiplas realidades, a realidade da vida cotidiana é a que se apresenta como sendo a realidade por excelência. Essa realidade “aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes de minha entrada na cena” e, sendo assim, “vivo num lugar que é geograficamente determinado; uso instrumentos [...] que têm sua designação no vocabulário técnico da minha sociedade; vivo dentro de uma teia de relações humanas [...]” (BERGER; LUCKMANN, 2000, p. 38). Ou seja, o indivíduo experimenta a realidade a partir de objetos que já estão ali presentes antes mesmo de ele tomar conhecimento desses objetos.

Tal realidade é partilhada com os outros, os quais também são “experimentados” na vida cotidiana. E esses outros são apreendidos por meio de esquemas tipificadores. “A realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como ‘lidamos’ com eles nos encontros face a face” (2000, p. 49, grifo dos autores). São essas tipificações que modelam a minha relação com os sujeitos. Assim, apreendo o outro, por exemplo, como “homem”, “jovem”, “inglês”, e minha relação com esse sujeito será afetada por esses estereótipos que tenho dele. A estrutura social, segundo os autores, “é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas” (BERGER; LUCKMANN, 2000, p. 52).

Outros aspectos da vida cotidiana trabalhados são a *linguagem e o conhecimento*. A realidade da vida cotidiana só é possível por causa de objetivações manifestadas pela expressividade humana. “Os sinais e os sistemas de sinais são objetivações, no sentido de serem objetivamente acessíveis [...]” (2000, p. 56). Para Berger e Luckmann (2000), a linguagem – que se define como o sistema de sinais vocais – é o mais importante sistema de sinais da sociedade humana. Essa linguagem tem origem na vida cotidiana e refere-se, sobretudo, à realidade que os indivíduos experimentam na consciência, e que partilham com

os outros. Embora a linguagem possa ser empregada para se referir a outras realidades, ela está arraigada na realidade do senso comum da vida diária. É a linguagem que permite o indivíduo objetivar suas experiências, estabelecendo coerência e conexão entre as experiências que ocorrem em diferentes zonas da realidade, integrando em uma totalidade dotada de sentido.

Assim, a sociedade é uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva (BERGER; LUCKMANN, 2000). O indivíduo não nasce membro de uma sociedade, mas com predisposição para a sociabilidade. O primeiro ponto desse processo é a interiorização por parte dos indivíduos - sua apreensão imediata desse mundo objetivo – que vai se tornar subjetivamente significativo para eles. Somente após o indivíduo ter realizado essa interiorização, a começar na infância – classificada como socialização primária - é que ele se torna membro de uma sociedade. Já a socialização secundária vai tratar da aquisição do conhecimento e funções específicas. “Os ‘submundos’ interiorizados na socialização secundária são geralmente realidades parciais, em contraste com o ‘mundo básico’ adquirido na socialização primária” (BERGER; LUCKMANN, 2000, p. 185, grifo dos autores).

O psicólogo social Serge Moscovici (2003) observa que nós nunca conseguimos obter informações que não tenham sido distorcidas pelas representações. “Quando contemplamos indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tal como a vemos” (MOSCOVICI, 2003, p. 33). Não há como fugir das representações, as quais possuem precisamente duas funções. A primeira delas, a de convencionalizar objetos, pessoas, ou acontecimentos. “Elas [as representações] lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria” (MOSCOVICI, 2003, p. 34). Podemos, através do esforço, tornar-nos conscientes do aspecto representacional da realidade e escapar de algumas representações impostas ao nosso pensamento, mas não podemos evitá-las sempre. A segunda função das representações é prescrever, isto é, “elas se impõem sobre nós com uma força irresistível”, embora possamos questionar certas representações em determinados momentos (MOSCOVICI, 2003, p. 36). Mas por que criamos tais representações?

Moscovici (2003, p. 54) defende que “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não familiaridade”. De maneira geral, objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação aos conhecimentos prévios do indivíduo, e, como resultado disso, “a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a ‘realidade’” (2003, p. 55, grifo do

autor). Contudo, não é simples transformar o desconhecido em algo familiar. É necessário colocar em funcionamento dois processos de pensamento: a ancoragem e a objetivação. E aí podemos, também, identificar processos jornalísticos que constroem o conteúdo noticioso a partir desses processos de ancoragem e objetivação.

A ancoragem implica o princípio de reduzir ideias estranhas a categorias e a imagens comuns, colocando-as em um contexto familiar. “Esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (MOSCOVICI, 2003, p. 61). Ancorar é um processo no qual classificamos e damos nome a alguma coisa com base em uma já existente. Se observarmos, o jornalismo realiza o processo de ancoragem constantemente ao utilizar fatos históricos para explicar um acontecimento atual. Assim, matérias comparam a crise de 2008 com a crise de 1929, a Guerra do Iraque com a Guerra do Golfo, a AIDS à Hepatite e assim por diante.

Já o processo de objetivação “une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade” (2003, p. 71). Objetivar é materializar, de alguma forma, a representação.

Um enorme estoque de palavras, que se referem a objetos específicos, está em circulação em toda a sociedade e nós estamos sob constante pressão para provê-los com sentidos concretos equivalentes. Desde que suponhamos que as palavras não falam sobre “nada”, somos obrigados a ligá-las a algo, a encontrar equivalentes não verbais para elas (MOSCOVICI, 2003, p. 72, grifo do autor).

Portanto, o processo de objetivação estabelece relação entre o conceito e a imagem, torna esses conceitos em algo concretos. No jornalismo, é possível dizer que as palavras do produto jornalístico – jornal, revista - seriam esse “estoque de palavras” que só ganham sentido para o leitor quando este consegue relacioná-lo a um fato, a uma realidade. Assim, podemos observar que os estudos da sociologia do conhecimento, principalmente de Berger e Luckmann, e da psicologia social, desenvolvida por Moscovici, foram primordiais para o entendimento de que a realidade é construída e, sobretudo, sobre os processos envolvidos nessa construção. A partir das teorias de construção da realidade, uma série de teóricos analisa o jornalismo como seu construtor.

Alsina (2009, p. 11) concebe a construção da notícia como algo pertencente à realidade simbólica, pública e cotidiana e também como narração de um fato ou o reescrever de uma outra narrativa.

Desse ponto de vista, deveríamos falar sobre a construção da realidade social. Os jornalistas são, como todo o mundo, construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade, e, divulgando-a, a tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia.

O jornalismo, mais do que representar a realidade de maneira objetiva, a constrói a partir dos acontecimentos² que são diariamente selecionados. Por isso, “a notícia é uma representação social da realidade cotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 14). Apesar de dar-se como uma construção, a mídia tem um papel “institucionalizado e tem a legitimidade de gerar a realidade socialmente relevante” (2009, p. 15), ou seja, é uma instituição reconhecida por construir a realidade, sendo que há um reconhecimento do seu papel por parte do receptor do discurso: a credibilidade (ALSINA, 2009).

Para Alsina, além de uma representação da realidade construída e resultado da produção institucional, o discurso jornalístico pressupõe “a criação discursiva de um mundo possível” (2009, p. 303). Na construção da notícia, estariam presentes três mundos distintos e que são inter-relacionados: o mundo “real”, o mundo de referência e o mundo possível. O mundo “real” seria o mundo dos fatos e dos acontecimentos os quais foram atribuídos de sentido.

Esse sentido com o qual se depara o jornalista através de uma fonte, ou que ele mesmo produz quando se torna testemunha de um acontecimento, deverá ser verificado caso seja o adequado. Para isso, o jornalista adota o modelo interpretativo a partir de um mundo de referência. O mundo de referência vai lhe permitir construir um mundo possível que, por sua vez, será a sua versão da realidade descrita (ALSINA, 2009, p. 304). Ou seja, quando ocorre um acontecimento, o jornalista desenvolve uma proposta de interpretação dos fatos, uma hipótese ou abdução e, a seguir, procurará por novos dados que vão ao encontro ou contra essa proposta de interpretação. Por fim, o mundo possível será aquele que o jornalista constrói levando em conta o mundo “real” e um mundo de referência escolhido. Mas esse mundo possível não pode ser estabelecido pelo jornalista sem levar em conta os fatos que ele conhece sobre o assunto que ele pretende relatar e as características do mundo de referência a que os fatos o remetem. Assim, se o mundo “real” corresponderia aos fatos que o jornalista conhece, o mundo de referência seriam os modelos em que estão inseridos os fatos conhecidos, para sua melhor compreensão. Por fim, o mundo possível é o mundo narrativo, construído pelo sujeito enunciatador.

² Para Alsina (2009), o acontecimento é a percepção do fato em si ou da notícia.

Se no mundo real era produzida a verificação e no mundo de referência era determinada a verossimilhança, no mundo possível se desenvolve a veracidade. O enunciador deve fazer com que pareça verdade o mundo possível que ele mesmo constrói (ALSINA, 2009, p. 310).

Outros autores apresentam o jornalismo como um dos construtores da realidade social. A socióloga Gaye Tuchman observou já na década de 70 o papel do jornalista em enquadrar os acontecimentos. Segundo a autora³, “a notícia, através dos seus enquadramentos, oferece definições da realidade social; conta 'estórias'” (apud TRAQUINA, 2008, p. 17, grifo da autora). Ao analisar o campo jornalístico, Tuchman afirma que, apesar de os jornalistas falarem em “estórias” e não em acontecimentos, os profissionais negam a notícia como construção/narrativa (TRAQUINA, 2008).

Já Meditsch (2010, p. 20) problematiza que o trabalho do jornalismo na construção social da realidade precisa ser relativizado e colocado em termos de mediação, já que está articulado a muitas outras instituições que produzem sentido. Ao revisar o que os autores Berger e Luckmann escreveram sobre a teoria da construção da realidade e considerar as apropriações feitas por outros teóricos, como Alsina e Tuchman, o autor escreve:

Dessa forma, ao se discutir a construção da realidade na perspectiva daqueles autores [Berger e Luckmann], deve ficar claro que, para eles, o jornalismo pode ser incluído entre os atores que contribuem significativamente para essa construção – tanto para a realidade objetiva quanto para a realidade subjetiva -, mas não como o ator único e nem mesmo como o principal (MEDITSCH, 2010, p. 25).

Embora o autor deixe claro que o jornalismo não atua como ator principal da realidade, não é negada a atuação do campo na participação da construção. O jornalismo, como instituição, e seus agentes têm participação na produção na realidade, principalmente no âmbito simbólico, no entanto constrói em diálogo permanente com os demais atores sociais (MEDITSCH, 2005).

Outra visão sobre o jornalismo como construtor da realidade é apresentada por Bird e Dardenne (1993). Para os autores, as notícias são como narrativas mitológicas que contam “estórias” e estão integradas à cultura. “As orientações e criações na narrativa são culturais, não naturais; as notícias, como a ‘estória’, dotam os acontecimentos do passado de fronteiras artificiais, ‘construindo totalidades significativas a partir de acontecimentos dispersos’” (RICOUER, 1981, p. 278 apud BIRD; DARDENNE, 1993, p. 265, grifo dos autores). Nesse

³ TUCHMAN, Gaye (1976). *Telling Stories*. Journal of Communication Vol. 26 Nº 4.

aspecto, o jornalista também seria um contador de “estórias”, que utiliza valores culturalmente embutidos na sua narrativa. Assim, ao terem relação com valores culturais já amplamente difundidos, “as notícias oferecem mais do que o fato – oferecem tranquilidade e familiaridade em experiências comumente partilhadas” (BIRD; DARDENNE, 1993, p. 266).

Além disso, destacamos o papel que o jornalismo tem de enquadrar situações desconhecidas em categorias já culturalmente conhecidas. Ou seja, está no poder da produção jornalística “a colocação de pessoas e acontecimentos em categorias existentes de herói, vilão, bom e mau, e, assim, empossar suas ‘estórias’ com a autoridade da verdade mitológica” (BIRD; DARDENNE, 1993, p. 275, grifo dos autores). Ao criarem “estórias” e acontecimentos com os quais os públicos não estão familiarizados, os jornais e os outros media se aproximam da matriz mitológica, na qual “o público tem tendência a acreditar nesses ‘especialistas’, que têm acesso à verdade, pelo menos nas áreas que não lhes são familiares. O mito, como as notícias, apoia-se na sua autoridade como ‘verdade’” (BIRD; DARDENNE, 1993, p. 275, grifo dos autores). Essa ideia é muito importante para a problematização do nosso recorte de pesquisa porque dá conta de pensar no papel de “especialista” que o jornalismo cumpre, especialmente quando se apresenta como especializado em uma área que trata de acontecimentos muitas vezes desconhecidos para o público, como é o caso da economia.

Apesar de abordarem a notícia como narrativa mitológica, não é negada a sua relação com a realidade exterior.

Considerar as notícias como narrativas não nega o valor de as considerar como correspondentes da realidade exterior [...], mas introduz uma nova dimensão às notícias, dimensão essa na qual as “estórias” de notícias transcendem as suas funções tradicionais de informar e explicar (BIRD; DARDENNE, 1993, p. 265, grifo dos autores).

Outro aspecto trata a notícia como resultante do acontecimento, mas também como criadora dele. Ou seja, “as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias *acontecem* na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (TRAQUINA, 1993, p. 168, grifo do autor).

Essa notícia inventora do acontecimento⁴ é o que Rodrigues (1999) conceitua como meta-acontecimento. Estes são

⁴ Para Rodrigues (1999, p. 27), “é acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais”.

provocados pela própria existência do discurso jornalístico. O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o fato de ele próprio ser dispositivo de notabilidade, verdadeiro deus *ex machina*, mundo da experiência autônoma das restantes experiências do mundo (RODRIGUES, 1999, p. 29, grifo do autor).

O excesso, a falha e a inversão – registros de notabilidade dos fatos - “são apenas registros-pretexos, formas referenciais simuladoras das figuras discursivas que definem os meta-acontecimentos” (RODRIGUES, 1999, p. 29). Ou seja, tais registros continuam a ocorrerem como fato, mas acontecem, também, ao serem enunciados e pela razão de serem enunciados. Por isso, para Rodrigues (1999, p. 31), “ao relatar o acontecimento, os media, além do acontecimento relatado, produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo”.

Benetti (2010) também desenvolve o conceito de jornalismo como acontecimento, uma vez que, sendo um discurso, possui uma dimensão acontecimental. O jornalismo “investe-se de um caráter experiencial, dado pelo compartilhamento do momento histórico e pela organização do tempo, além de atribuir sentidos a objetivações que parecem consensuais [...]” (BENETTI, 2010, p. 162). Para a autora, **o jornalismo também é acontecimento quando pode ser tomado como índice de um presente social ou de uma época, além de seus valores, ou ainda quando ocupa lugar na compreensão da vida cotidiana.**

Se por um lado o jornalismo atua na construção da realidade, por outro não é negada a sua relação com a verdade; pelo contrário, a verdade é um dos valores intrínsecos à profissão. Franciscato (2005) sublinha alguns princípios que integram a maioria das formas sócio-históricas da instituição jornalística, dentre os quais podemos ressaltar:

- adotar como pressuposto uma existência de ideia de verdade do real que pode ser apreendida nos seus aspectos principais por meio de técnicas jornalísticas e transformada em relato noticioso; - ter um compromisso normativo de cumprir essa tarefa de fidelidade ao real ao empreender sua atividade jornalística (FRANCISCATO, 2005, p. 166).

Assim sendo, ao jornalista cabe o compromisso de buscar sempre a verdade, para que a notícia se aproxime ao máximo dela. Para Kovach e Rosenstiel (2003, p. 68), o jornalismo procura uma forma prática e funcional da verdade. “Não a verdade no sentido absoluto ou filosófico. Não a verdade de uma equação química. Mas o jornalismo pode – e deve – perseguir a verdade num sentido por meio do qual possamos funcionar no dia-a-dia”. Os autores ainda lembram que todas as verdades, incluindo a lei da ciência, estão sujeitas à revisão, mas enquanto não são abaladas, nos orientamos por elas porque são necessárias e funcionam. O jornalismo, portanto, deve perseguir essa verdade funcional.

O jornalismo também é reconhecido como um campo com legitimidade para representar os fatos. Quando os assuntos são desconhecidos ao leitor, por exemplo, as notícias assumem o papel de informar e também de traduzir um conhecimento, até então desconhecido. Miguel (1999), com base nas categorias apresentadas pelo sociólogo Anthony Giddens em *As consequências da modernidade*, analisa o jornalismo como um *sistema perito*, de excelência técnica, que encontra sua efetividade na confiança depositada pelos seus consumidores. Na visão de Giddens, vivemos, nas sociedades contemporâneas, num mundo marcado pelo “desencaixe” das relações sociais. Ou seja, nossas vidas estão ligadas e acondicionadas, cada vez mais, por grupos de pessoas que nunca vimos, diferentemente das antigas comunidades face a face.

É nesse contexto que os *expert systems*, traduzidos como *sistemas peritos* ou sistemas de especialistas, exercem influência. O conceito se refere a “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 35 apud MIGUEL, 1999, p. 198). Uma das características mais significativas dos *sistemas peritos* é a crença em sua competência especializada por parte dos consumidores. “Assim, quando um indivíduo vai ao médico, via de regra não tem condições de avaliar a correção ou incorreção do tratamento que lhe é recomendado. Apenas *confia* no conhecimento especializado de que o médico é portador” (MIGUEL, 1999, p. 198, grifo do autor).

Com o jornalismo, não é diferente, pois ele pode ser entendido, de maneira geral, como produção e veiculação de notícias, um *sistema perito* que diz respeito a uma prática específica e a um produto final. Além disso, é o leitor, ouvinte ou telespectador que, no papel de consumidor de notícias, mantém uma relação de confiança com o jornalismo, semelhante à dos outros *sistemas peritos*. Essa confiança pode ser dividida em três momentos: “1) confiança quanto à veracidade das informações relatadas; 2) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato; 3) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de 'fatos' disponíveis” (MIGUEL, 1999, p. 199, grifo do autor).

Vale observar que essa crença é sustentada pela experiência cotidiana, que mostra se tais sistemas funcionam ou não. Mas, além de serem compreendidos como *sistemas peritos*, os jornais e noticiários estabelecem os valores responsáveis por presidir essa realidade construída.

Se o tema “desempenho da economia” [...] é colocado em destaque na agenda pública, torna-se necessário identificar quais são os indicadores relevantes (taxa de inflação, crescimento do PIB, nível de desemprego etc.) e hierarquizá-los; este processo revela [...] qual *valor* se julga dever perseguir prioritariamente no campo econômico - estabilidade, desenvolvimento ou redistribuição (MIGUEL, 1999, p. 201, grifo do autor).

A partir da revisão dos autores, observamos que o jornalismo constitui-se como um campo construtor da realidade. À medida que resume um conjunto de fatos, atua na escolha dos acontecimentos e os representa de maneira compreensível para o receptor de informações. E, embora não seja reflexo da realidade, o jornalismo busca apresentar elementos dessa realidade tida como certa, objetiva – imagens, fotografia, entrevistas com pessoas reais - para demonstrar que o que está sendo dito de fato aconteceu ou acontece. Isso porque o enunciador do discurso, no caso o jornalista, deve fazer com que pareça verdade tal construção, para gerar a credibilidade do público, que tem tendência a acreditar nesses especialistas que têm acesso à verdade.

Além de construção narrativa, o jornalismo também foi observado como produtor do acontecimento, à medida que torna informações, em um primeiro momento dispersas e/ou desconexas, em um discurso integrado e coeso. Vimos que um dos valores intrínsecos à profissão trata-se da busca pela verdade dos fatos. Por isso, apesar de não ser possível representar as notícias como um “espelho”, o campo jornalístico é conceituado como capaz de elucidar informações ao público, o qual mantém uma relação de confiança com o jornalismo, um sistema perito, de excelência técnica, capaz de informar e esclarecer sobre fatos ou dados de que o consumidor de informação não tem conhecimento.

Partindo-se dessa ideia de que o jornalismo constrói a realidade, é importante observar que cada meio e especialização realiza essa construção de maneira diferente. Ou seja, o jornalismo feito para televisão, rádio, jornal ou revista trabalha com a produção da notícia de maneira geral, mas, em muitos pontos, apresenta divergências. Tendo em vista que o objeto deste trabalho é uma matéria publicada na revista *The Economist* que ainda trata de um assunto específico – a economia – é válida a compreensão do jornalismo de revista, do jornalismo econômico e de suas peculiaridades.

2.2 Jornalismo de revista

A revista é um veículo de comunicação, um produto, um negócio, um objeto, uma marca, uma mistura de jornalismo e entretenimento (SCALZO, 2004). Tais características

aplicam-se à revista, mas ainda assim não revelam grande parte das suas peculiaridades que a distingue dos outros meios como o jornal impresso, o rádio e a televisão. Segundo Theodore Peterson⁵ (apud MIRA, 2001) as revistas surgem nos EUA quando a economia do País deixa de ser basicamente agrícola, quando há uma maior distribuição nacional de produtos industrializados e aumento da população, aumentando, conseqüentemente, a publicidade. Desde o seu surgimento, as revistas são influenciadas pela publicidade. Isso faz com que o leitor passe “a ser visto como consumidor em potencial e o editor torna-se um especialista em grupos de consumidores” (MIRA, 2001, p. 11). A relação entre editor e leitor é mais próxima, sendo a revista também um encontro entre ambos.

Uma série de outras características pode ser atribuída à revista. Ela apresenta um papel mais rebuscado do que o jornal diário, imagens mais coloridas, diagramação diferenciada. Geralmente, também utiliza um discurso mais direcionado ao leitor, utilizando termos como “você”. Mas, sobretudo, “a revista é um produto jornalístico, que não significa pensar sua subordinação única aos procedimentos desse campo, mas tomá-la como um tipo de dispositivo que convoca [...] um certo arranjo ou organização para as operações jornalísticas que sobre ele operam” (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 33).

A “complexa relação entre o jornalismo como campo do conhecimento e a revista como materialidade” é o que forma o jornalismo de revista” (BENETTI, 2013, p. 44, grifo da autora). Esse cruzamento entre o campo do jornalismo e o meio físico é que vai gerar uma série de peculiaridades.

O jornalismo de revista é um discurso e um modo de conhecimento que: é **segmentado por público e por interesse; é periódico**, é durável e colecionável; tem características materiais e gráficas distintas dos demais impressos; exige uma marcante identidade visual; permite diferentes estilos de texto; recorre fortemente à sinestesia; trata de um leque amplo de temáticas e **privilegia os temas de longa duração; está subordinado a interesses econômicos**; institucionais e editoriais; **instítui uma ordem hermenêutica do mundo; estabelece o que julga ser contemporâneo e adequado**; indica modos de vivenciar o presente; define parâmetros de normalidade e de desvio; contribui para formar a opinião e o gosto; trabalha com uma ontologia de emoções (BENETTI, 2013, p. 55, grifo nosso).

Dentre todas essas características citadas por Benetti (2013), podemos considerar que algumas delas são fundamentais para a compreensão do nosso tema. A primeira delas é a **segmentação**. Para Scalzo (2004, p. 12) a revista é “um fio invisível que une um grupo de pessoas, e, nesse sentido, ajuda a construir a identidade, ou seja, cria identificações, dá a

⁵ PETERSON, Theodore. *Magazines in the twentieth century*. Urbana/Chicago/Londres: University of Illinois Press, s/d.

sensação de pertencer a um determinado grupo”. Buitoni (2013), em seu artigo intitulado *Revista e Segmentação*, observa o quanto essa segmentação pode ser proposital, uma vez que “no criticado universo fragmentado da comunicação, a segmentação é uma fragmentação desejável, pois cria identidades culturais. Revistas [...] sempre [estão] em sintonia com aquele segmento que conseguiu se diferenciar, e, ao mesmo tempo, se agrupar” (p.118). Buitoni (2013) também diferencia duas formas de segmentação: por assunto e por partição de um conjunto maior já existente. A segmentação por assunto é então apresentada como a subdivisão de um universo jornalístico que objetive atender uma determinada fatia de mercado. Já a segmentação por partição ou divisão costuma ser operada e diz respeito a variáveis básicas como gênero, classe social e faixa etária, dados que se entrecruzam na definição do projeto editorial.

A revista *The Economist*, por exemplo, objeto de tal estudo, se classifica como uma publicação que “une leitores não pelo gênero, idade ou região demográfica, mas por pessoas unidas pela maneira como pensam, incluindo líderes políticos e de negócios”⁶, como será tratado posteriormente no tópico sobre a publicação em específico.

Outra peculiaridade das revistas é a sua **periodicidade**, geralmente semanal, quinzenal ou mensal. Por causa da periodicidade, as revistas não cumprem a função de meras transmissoras de notícias. Mais do que isso, elas entretêm, analisam, refletem (SCALZO, 2004). Por perderem muito no aspecto instantaneidade para outros veículos – especialmente o rádio e mais recentemente a internet – as revistas acabam por buscar tratar os assuntos de outra forma.

Não dá para imaginar uma revista semanal de informações que se limita a apresentar para o leitor, no domingo, um mero resumo do que ele já viu e reviu durante a semana. É sempre necessário explorar novos ângulos, buscar notícias exclusivas, ajustar o foco para aquele que se deseja saber, e entender o leitor de cada publicação (SCALZO, 2004, p. 41).

Por não terem o compromisso de informar diariamente, as revistas operam com a construção de um fato, sua contextualização, análise, privilegiando também os **temas de longa duração**. Tavares e Schwaab (2013) observam que a revista está cercada por duas determinantes temporais: do tempo de produção da notícia e do tempo de duração da notícia. “Diferentemente da lógica de duração temporal de uma cobertura diária, a revista – e, por consequência, sua produção noticiosa – tem um regime de produção ‘alargado’” (TAVARES;

⁶ Disponível em: <http://www.economist.com/help/about-us#About_Economistcom>. Acesso em: 14 mar 2014.

SCHWAAB, 2013, p. 34, grifo dos autores). Ou seja, a extensão do tempo provoca um outro tipo de fazer jornalístico, marcado por olhares e posturas diferentes sobre a realidade.

Além disso, os autores consideram que a revista, ainda que semanal, deve ser colocada em perspectiva, pois também tem visibilidade anual, e o leitor, ao ter acesso à revista, não tem apenas aquela edição em si, mas as referências do passado, dos números anteriores. Por isso, os conteúdos da revista “por mais ligados que estejam a fatos ocorridos em datas próximas à publicação [...] discursivamente trazem laços com questões próprias daquela revista, conformações esperadas para aquele título e para cada editoria ou seção” (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 35).

A revista também é tratada como uma montagem, uma justaposição de imagens. Para Vogel (2013, p. 17), as revistas

“desmontam e remontam os noticiários, as atualidades, as vivências. Selecionam as imagens do presente, enredam-nas, justapõem umas com as outras [...]. Configuram, desse modo, montagens em que se justapõem fotografias, ilustrações, informações, narrativas [...]; pequenas sùmulas de imagens do contemporâneo”.

Além disso, Vogel (2013) compreende que essas imagens da revista sempre trazem sentido de carga, “ou seja, sempre um acionamento de arquivos: imagens em associação, em confronto, em composição, e imagens do noticiário, do cotidiano vivo, operadas junto a imagens da experiência e da memória [...]” (p.18).

O **princípio da montagem e justaposição** e o acionamento de dados do passado para compreender o presente (VOGEL, 2013) vão ao encontro do nosso objeto de estudo: a reportagem especial sobre o Brasil na revista *The Economist*. Isso porque a matéria parte do presente, da situação econômica, social e política atual para explicar os supostos problemas brasileiros, mas também resgata uma série de dados históricos sobre o Brasil, como a imigração para nordeste, o período de inflação, a instabilidade econômica, entre outros.

Outro aspecto a ser destacado é a escolha de uns temas em detrimento de outros. Sobre o acontecimento que ocupa a capa da revista, Benetti (2013) observa que a escolha é resultado de uma série de movimentos. “[...] Houve investimento de reportagem, a percepção do veículo de que aquele tema é importante para o leitor, o acontecimento foi percebido pelos editores como pleno de potencialidade verbal e não-verbal” (BENETTI, 2013, p. 52).

Assim, as peculiaridades das revistas permitem a compreensão da maneira como determinados temas são tratados e do motivo da escolha desses temas. Por que, por exemplo,

o início da matéria, de setembro, fala dos protestos de junho⁷? Uma série de interesses (políticos, econômicos, institucionais) podem justificar a escolha do tema. Mas como já apontado, a revista não tem o compromisso de apresentar temas factuais, do dia, mas trabalha com a atualidade, numa concepção mais estendida.

Vale observar que o dispositivo de autoridade é uma forte característica do jornalismo, especialmente o jornalismo de revista, que pontua, no decorrer do discurso, o compromisso com os princípios deontológicos da profissão. O jornalismo precisa de referências, cria ancoragens para tratar dos assuntos (BENETTI, 2013).

De forma geral o dispositivo de autoridade sustenta a ideia de que a revista está autorizada a falar porque fez o trabalho de apuração, sabe o que é novo e atual, estava no local dos acontecimentos, selecionou com rigor o que publicar, buscou o melhor especialista, não está apenas emitindo uma opinião, traz dados específicos e modos de mensuração, sabe o que é científico (BENETTI, 2013, p. 54, grifo do autor).

O dispositivo de autoridade também é fortemente utilizado por uma especialização do jornalismo: o econômico. Dados, números resultantes de cálculos e pesquisas são utilizados para mensurar a realidade, apontar falhas e avanços, sugerir melhorias. O jornalismo econômico trata de um assunto especializado, mas de fundamental importância para a sociedade. Por isso, analisar a sua lógica própria colabora para o entendimento da sua forma de construção da realidade.

2.3 Jornalismo Econômico

O jornalismo econômico é referenciado como uma das especializações do campo que trata de temas como mercado financeiro, taxa de juros, câmbio, política econômica de países, entre outros assuntos. Seu papel é avaliado não como meramente informativo, mas como colaborador para o progresso por meio de análises e sugestões (ERBOLATO, 1981). Podemos observar que o jornalismo econômico, por tratar de dados não comumente conhecidos pela população, atua não apenas na divulgação desses dados, mas na sua análise e interpretação. Ele “mostra as realidades do mercado, serve de sugestão ou crítica aos planejamentos setoriais, prepara o povo para as relações comerciais com outros países [...]” (ERBOLATO, 1981, p. 141).

⁷ Os protestos ocorridos em 2013 ficaram conhecidos como “Jornadas de junho”. Inicialmente, foram provocados pelo aumento do valor do transporte público em cidades como Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, espalhando-se pelo país.

Segundo Caldas (2008, p. 11) a economia é um tema que sempre integrou a imprensa.

O jornalismo econômico tem a mesma idade da imprensa. Não há registro de um jornal sem notícias de fatos econômicos. O comportamento da economia de um país, região ou cidade influencia a vida das pessoas e elas precisam ser devidamente informadas para poder tomar decisões.

A importância da economia para as pessoas depende, sobretudo, da sua relação estabelecida com o fato, sendo que os fenômenos externos ocorridos em localidades distantes podem impactar na nossa vida de diversas maneiras (BASILE, 2011). “Uma grande empresa de energia quebra nos Estados Unidos e, subitamente, os empregos de sua subsidiária no Brasil começam a minguar” (BASILE, 2011, p.4). Podemos citar inúmeras situações que exemplificam a relação entre um fenômeno econômico e de que forma este influencia na vida das pessoas. A relação da inflação com o preço dos alimentos no supermercado, a política do governo em reduzir os impostos sobre os automóveis e a consequência para o trânsito, o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e sua relação com o aumento de empregos são outros exemplos de como assuntos econômicos influem na vida das pessoas e de como podem ser abordados pelo jornalismo. Para Caldas (2008), ao tratar-se de assuntos econômicos, sobretudo nos jornais diários e revistas, deve estar presente a preocupação com a linguagem das informações técnicas características da economia, uma vez que a clareza das informações é premissa básica do conteúdo jornalístico.

Também é o próprio jornalista quem tem o compromisso de tornar o assunto compreensível para o receptor da informação, uma vez que, ainda que se trate de economia, a linguagem jornalística é uma só; o que muda é o tema. “Se o leitor não entendeu o que leu, é porque o jornalista não cumpriu sua função básica de informar” (CALDAS, 2008, p. 9-10). Percebemos, então, que informar pode ser considerada uma das funções básicas do jornalismo. No entanto, o produto jornalístico, muito além de informar, representa um permanente diálogo entre os produtores da informação e o público, o qual também irá constituir sentido ao conteúdo ao qual está tendo acesso. Assim, cabe a ressalva de que, mesmo que tenha sido cumprida a função básica do jornalista de informar, a compreensão do leitor dependerá dos sentidos que ele vai agregar ao que está sendo narrado.

O fato é que tratar de economia, um assunto que exige interpretação de dados, torna a questão da linguagem mais complexa. Kucinski (2000) aponta que um dos principais problemas da linguagem do jornalismo dedicado à economia é que ele se dirige a pelo menos dois públicos bem diferentes: especialistas, grandes empresários e profissionais de mercado

de um lado; grande público e pequenos empresários de outro. “O grande público e os pequenos empresários sentem-se permanentemente agredidos pela linguagem técnica [...]. Os mecanismos principais da economia não são necessariamente complexos numa primeira aproximação, mas há detalhes [...] de difícil compreensão” (KUCINSKI, 2000, p. 168).

É importante enfatizar o papel de construtor da realidade exercido pelo jornalista econômico, pois na maioria das vezes ele não está diante de uma ação singular, como por exemplo um evento, um incidente, uma reunião. O jornalismo econômico trabalha com dados que necessitam de interpretação sua e/ou de suas fontes, além de uma contextualização. “Economia é muito mais um processo do que uma sucessão de fatos singulares. Por isso, no jornalismo econômico, processos e sistemas são igualmente objetos de interesse, sendo singularizados pela linguagem jornalística, que os noticia como se fossem episódios” (KUCINSKI, 2000, p. 21). Ou seja, notícias como “PIB cresce e bate recorde”, “inflação é maior dos últimos 5 anos”, “Dólar sobe” são construídas a partir de dados de um processo, de uma sequência de fatores. Por outro lado, Kucinski (2000) também aponta que no jornalismo econômico alguns episódios singulares precisam ser interpretados com base em processos ou relações econômicas e com base no saber das teorias econômicas. Um exemplo são as privatizações ocorridas no Brasil nos anos 90. Mais do que fatos isolados, é preciso compreendê-las como parte de uma postura de governo, neoliberal, a qual defende a redução da participação do Estado.

Além de realizar a construção do presente, para Basile (2011, p. 96) o jornalismo econômico realiza uma espécie de registro na história.

Uma boa definição de imprensa é a de que ela é uma espécie de borrador da História. É registro, muitas vezes em forma de rascunho – impreciso, inexato, disperso – de fatos e tendências que, muito tempo depois, teremos entendido como decisivos para que o país tenha seguido para um rumo ou outro.

Sendo o produto jornalístico resultado de uma construção, vale observar que esse processo de produção da notícia também está vinculado a perspectivas econômicas. Na visão de Kucinski (2000, p. 14), o jornalismo foi decisivo, na década de 1990, na campanha neoliberal, “pelo desmonte do Estado social-democrata, na sedução dos jovens ao ideal do sucesso pessoal, na disseminação da nova utopia das classes médias: a de possuir o próprio negócio”. Ou seja, o jornalismo está vinculado a essa lógica do lucro e da individualidade.

O mecanismo de produção e o processo de acumulação são os objetos centrais do jornalismo econômico especializado, sendo a lógica da produção de lucros seu objeto principal.

Seus valores referenciais são o sucesso, a esperteza, e a verdade, nessa ordem. Seus heróis são as empresas bem-sucedidas. Sua ideologia mais permanente é a das teorias econômicas marginalistas que relegam o homem ao papel variável de dependente do sistema. [...] Podemos dizer que o jornalismo econômico não é apenas uma especialização, é uma modalidade de jornalismo, referenciada por uma ética própria (KUCINSKI, 2000, p. 176).

Assim, é observado que os padrões ideológicos do jornalismo surgem dos padrões ideológicos das elites dominantes, sendo que as teorias econômicas dominantes de cada período moldariam o conteúdo jornalístico. Em razão de este trabalho tratar especialmente da revista *The Economist*, ressalta-se a visão do autor sobre os impressos que estão de acordo com esse padrão dominante.

Os padrões ideológicos do jornalismo, oriundos dessas teorias [econômicas] são moldados em boa parte pelos seis grandes jornais do mundo ocidental e duas ou três revistas de circulação mundial, além das agências de notícias dominantes: *New York Times*, *Washington Post*, *Le Monde*, *The Guardian*, *Financial Times* e *Wall Street Journal*. Entre as revistas estão *Times* e *The Economist*. **No jornalismo econômico, *The Economist* ocupa posição-chave, como geradora primária de ideologia, papel que assumiu como proposta editorial e por ser a revista transnacional por excelência, lida pela comunidade internacional de homens de negócios** (KUCINSKI, 2000, p. 184, grifo nosso).

A escolha do capital e seu processo de acumulação são apontados como traços da ideologia do jornalismo econômico. Sendo que tal escolha, portanto, é decorrente “[...] da ideologia de livre mercado em suas várias manifestações” (KUCINSKI, 2000, p. 188).

Assim, observamos que quando se trata de economia, o jornalismo exerce função muito presente de interpretar, analisar e tornar compreensíveis dados e números, aproximando-os da realidade. Mas o mais importante a ser ressaltado é a vinculação do jornalismo econômico com teorias econômicas dominantes, no caso, o liberalismo. O entendimento do papel da *The Economist* analisado por Kucinski (2000) em moldar os padrões ideológicos do jornalismo e a sua escolha em defender o liberalismo também é fundamental para uma posterior análise do conteúdo publicado pela revista.

2.4 Sobre a *The Economist*

Editada em Londres (Grã-Bretanha) desde 1843, a publicação semanal oferece notícias, análises e comentários sobre os assuntos da atualidade - negócios, finanças, ciência, tecnologia, cultura, sociedade, mídia e artes - com ênfase nas questões econômicas e políticas internacionais. Por isso, apesar de o nome remeter à economia, não se trata de uma revista especializada apenas nesse assunto. **De acordo com a definição da *The Economist Group*, a revista é “lida pelos líderes políticos e de negócios mais do que qualquer outra publicação do gênero e por pessoas que não são unidas pela idade ou pela região demográfica, mas pela maneira como pensam, como veem o mundo”**⁸. A publicação soma mais de 4 milhões de leitores localizados em praticamente todos os países, sendo que os locais com maior número de circulação são América do Norte (883.871), Continente Europeu (245.783) e Reino Unido (221.080). No Brasil, há 8.407 assinaturas. Quanto ao perfil dos leitores, 87% são do sexo masculino, enquanto 13 % são mulheres, sendo que a média de idade dos leitores é de 47 anos⁹.

Voltando às origens da publicação, podemos compreender o seu posicionamento econômico. Foi James Wilson, um chapeleiro escocês, que fundou a revista com o objetivo de defender o livre comércio internacional e a mínima interferência do governo, especialmente nos negócios de mercado¹⁰. E, embora tenha passado mais de um século, a *The Economist* ainda se define como defensora dos ideais liberais. Inicialmente, foi escrita, em grande parte em Londres, com relatos de comerciantes no exterior. Atualmente, a revista conta com mais de 20 correspondentes no exterior.

Desde 1928, metade das ações pertence ao *Financial Times*, uma subsidiária da *Pearson*, e a outra metade pertence a um grupo de acionistas independentes, incluindo muitos membros da equipe. O editor é nomeado por um conselho de administração, sendo que, de acordo com a revista, isso garante a sua independência, uma vez que ele não pode ser removido formalmente depois de nomeado. Sobre sua internacionalização, vale observar que desde o início circulava no exterior, assim como tratava sobre assuntos estrangeiros. Em 1938, a venda para o exterior caiu pela metade em decorrência da Guerra Mundial, mas não por muito tempo. O editor da revista entre 1938 e 1956, Geoffrey Crowther, criou uma seção

⁸ Disponível em: <http://www.economist.com/help/about-us#About_Economistcom>. Acesso em: 17 fev 2014.

⁹ Disponível em: <<http://www.economistgroupmedia.com/products/the-economist/>>. Acesso em: 10 mar 2014.

¹⁰ Todas as informações históricas que seguem sobre a *The Economist* estão disponíveis em: <http://www.economist.com/help/about-us#About_Economistcom>. Acesso em: 10 mar 2014.

dedicada à América, leia-se Estados Unidos, logo após o ataque japonês a *Pearl Harbor*, em dezembro de 1941. A seção “Levantamento americano” (rebatizada de “Estados Unidos”, em 1997) não visava a americanos, mas a leitores britânicos que para Crowther precisavam saber mais sobre seus novos aliados. No entanto, a seção ganhou seguidores nos Estados Unidos, que se tornou a base para o grande aumento na circulação americana, no início de 1970. Mas nem sempre a revista foi popular no exterior. Em 1920, vendia 6.000 exemplares e, em 1956, 55.000, não atingindo uma tiragem de 100.000 até 1970. **Atualmente, sua tiragem semanal é de aproximadamente 1 milhão e 500 mil cópias.** Há outras características peculiares à publicação. Em primeiro lugar, a revista se descreve como um jornal político, literário e geral, porque, além de oferecer análise e opinião, tenta, a cada número, apresentar os principais eventos – de negócios e políticos – da semana. A revista é impressa na terça simultaneamente em seis países, sendo que está disponível na maioria das principais cidades do mundo já no dia seguinte ou logo após. Os leitores do mundo todo recebem praticamente o mesmo conteúdo editorial. Os anúncios são diferentes e a ordem das seções e às vezes a capa também diferem. Mas os textos são os mesmos, exceto os leitores ingleses que a cada semana recebem conteúdo extra voltado para notícias britânicas. Outra característica é que nenhum conteúdo é assinado. E por que o anonimato? De acordo com a *The Economist*, a principal razão para o fato é a crença de que o que está escrito é mais importante do que quem escreve. Além disso, muitas “mãos” escrevem a revista que “fala” com uma voz coletiva. Jornalistas frequentemente escrevem artigos juntos. Apenas reportagens especiais, os suplementos alongados publicados cerca de 20 vezes por ano sobre vários assuntos ou países, são assinados.

Até hoje a *The Economist* defende a lógica do livre mercado e livre comércio. A *The Economist* considera-se “inimiga dos privilégios, pompa e previsibilidade”. A revista diz que apoiou conservadores como Ronald Reagan e Margaret Thatcher e apoiou os americanos no Vietnã. Mas diz também ter endossado Harold Wilson e Bill Clinton e defendido uma variedade de causas liberais: opôs-se “contra a pena de morte desde o início, apoiou a reforma penal e a descolonização, bem como, mais recentemente, o controle de armas e o casamento gay”.

A revista é composta de dezoito seções: *The world this week; Leaders; Letters; Briefing; United States; The Americas; Asia; China; Middle East and Africa; Europe; Britain; International; Business; Finance and economics; Science and technology; Books and arts; Obituary* e *Economic e financial indicators*, além das reportagens especiais já mencionadas, publicadas ao longo do ano.

A matéria sobre o Brasil *Has Brazil blown it?*, publicada no dia 28 de setembro de 2013, foi assinada pela jornalista irlandesa Helen Joyce, que trabalhou como correspondente internacional no Brasil, em São Paulo, entre 2010 e 2013. Helen Joyce tem toda a sua formação acadêmica na área matemática, com Doutorado na área¹¹. Com base nas publicações da revista, consideramos que a *The Economist* propõe-se a realizar uma análise não apenas dos acontecimentos da Europa, mas de outras partes do mundo. Também é possível observar, a partir das seções da revista, que alguns países contam com um espaço exclusivo, como o caso da China e dos Estados Unidos, enquanto os mais de 70 países, somando Oriente Médio e África, dividem a seção *Middle East and Africa*.

Vale ressaltar que mais de um tema sobre o mesmo país podem ser tratados em diferentes seções. Por exemplo, a revista publicada no dia 08 de junho de 2013 apresentou duas matérias sobre o Brasil, em duas seções diferentes: a primeira - *Brazil`s mediocre economy* - na seção *Leaders* e a segunda - *Brazil`s disappoint economy* - na seção *The Americas*, embora ambas tenham uma aproximação temática. Partindo do seu conteúdo, também podemos observar que, além de informar, o periódico propõe-se a realizar análises sobre situações econômicas, políticas e sociais. Muitas vezes, a notícia apenas traz a informação e a análise, sem a utilização de um comentário de fonte especializada, prática jornalística muito habitual no Brasil. Os conteúdos da publicação estão disponíveis *online*, sendo que os não assinantes podem acessar o mesmo conteúdo da revista, porém de maneira limitada.

Compreender a dinâmica da revista *The Economist*, principalmente seu posicionamento liberal, é fundamental para entendermos a forma como a revista discute o Brasil atual na matéria em questão. Mas, uma vez que a revista se assume como defensora dos princípios liberais, revisar o conceito de liberalismo permitirá verificar em quais os aspectos da matéria publicada, de fato, condizem com o seu posicionamento.

¹¹ Disponível em <<http://www.economist.com/mediadirectory/helen-joyce>>. Acesso em: 09 abr 2014.

3 LIBERALISMO, JORNALISMO E PODER

A *The Economist* foi fundada em 1843 com o intuito de defender o livre comércio internacional e a mínima interferência do governo na economia. Ainda hoje, quase dois séculos depois, a revista ainda se define como “defensora dos ideais liberais, não só de ordem econômica, uma vez que a publicação defendeu uma série de causas liberais, como a extinção da pena de morte e a permissão do casamento gay”¹². A lógica liberal, portanto, permeia os discursos e as escolhas dos conteúdos publicados. A edição do dia 13 de abril de 2013, por exemplo, trouxe uma matéria especial por ocasião da morte de Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990, responsável por reduzir a intervenção estatal por meio da implementação de um programa de privatização e de corte de custos sociais. A chamada de capa da edição, intitulada *Freedom Fighter* (Defensora da liberdade), já demonstra a empatia da revista com os ideais liberais da personalidade política britânica. Mas o que é o liberalismo? Como e onde surgiu?

3.1 Do Liberalismo Clássico ao Estado de Bem-estar Social

As ideias liberais surgiram, gradativamente, em oposição às monarquias absolutistas europeias e ao seu modelo econômico – o mercantilismo, que imperou na Europa do século XVIII. O modelo mercantilista pressupõe a existência de um Estado com poderes para intervir na economia, concedendo privilégios às elites e aos mercadores (STEWART, 1995). A Inglaterra é considerada o primeiro país a aderir aos ideais liberais. É lá que surgem movimentos em favor de medidas específicas de natureza econômica, como por exemplo a abolição das *Corn Laws*, que garantiam a reserva de mercado de cereais aos produtores ingleses (STEWART, 1995). Já no final do século XVIII, a ideia dominante entre as elites intelectuais era o liberalismo. Neste período, “começaram a cair as monarquias absolutas, advém a separação entre a Igreja e o Estado; surge nos EUA o primeiro regime constitucional” (STEWART, 1995, p. 21).

Na mesma época, a França vivia momentos de crise do modelo de Estado Absolutista. Denunciavam-se os privilégios das classes dominantes sustentados pelo Estado. Os controles da burocracia e o excesso de regulamentação dificultavam o desempenho da economia

¹² Disponível em: <http://www.economist.com/help/about-us#About_Economistcom>. Acesso em: 07 abr 2014.

(ROSSETI, 2009). Florescia, então, a ideia de que era natural e mais adequado que não houvesse intervenção. A ordem econômica “deveria resultar da ordem natural que governa todos os aspectos da vida humana [...]. *The Wealth of nations* [1776], de Adam Smith, constituiu uma severa condenação aos objetivos e à ineficiência dos controles exercidos sobre os indivíduos e a sociedade mercantilista” (ROSSETI, 2009, p. 304).

Esse período de florescimento dos ideais liberais é chamado de liberalismo clássico. O período quando,

[...] uma série de ideias deixam de ser apenas intuições [...] e começam a constituir um verdadeiro sistema de pensamento. Um sistema que afirma, convictamente, que o mundo seria melhor, mais justo, racional, eficiente e produtivo - se houvesse livre iniciativa, se as atitudes econômicas dos indivíduos (e suas relações) não fossem limitadas por regulamentos e monopólios estatais (MORAES, 1997, p. 2).

Novos conceitos surgem dessa época: o da ordem natural e o da “mão invisível de mercado”. O conceito de “mão invisível” foi cunhado por Adam Smith para se referir a esse novo modelo liberal.

[...] uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e fazer com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas (SMITH, 1983, p. 104).

A ideia de Smith parte do pressuposto de que os preços refletem tanto o valor de um bem quanto o custo social para produzi-lo, não sendo necessária a intervenção do Estado, pois “as famílias e as empresas observam os preços para decidir o que comprar e o que vender, levam em consideração, involuntariamente, os custos e benefícios de suas ações sociais” (MANKIWI, 2006, p. 10). Ou seja, a lei da oferta e da demanda é a que deve prevalecer no liberalismo. Pois se o Estado intervém nos preços por meio dos impostos, ele os distorce, e, com isso, interfere nas decisões dessas empresas e famílias (MANKIWI, 2006). Por isso, o liberalismo clássico propôs o *laissez-faire*¹³ em detrimento dos regulamentos impostos pelo governo. De acordo com essa perspectiva, a função do governo se restringe a assegurar os direitos naturais, ligados à vida, à liberdade ou à propriedade, intervindo o menos possível na vida do cidadão. O sistema econômico, portanto, “poderia operar com base no interesse

¹³ Para Rosseti (2009, p. 304), “*laissez-faire*” (ou *laissez-passer, le monde vá de lui même*), expressão atribuída a Gournay, significa que “o mundo caminha por si próprio, independente de normas impostas por uma autoridade pública e há uma ordem natural capaz de orientar as atividades econômicas”.

próprio de cada um de seus agentes, e não, necessariamente, no controle por uma autoridade pública” (ROSSETI, 2009, p. 304).

A ideia de que “o mercado regula por si só” e o Estado não precisa intervir produziu alguns efeitos, como a desigualdade de concorrência, pois no liberalismo prevalece a lei do mais forte e a concorrência acaba sendo sufocada. “O modelo liberal-individualista de produção não conduziu à justiça distributiva tão amplamente quanto imaginaram seus primeiros ideólogos” (ROSSETI, 2009, p. 305). Uma vez que a teoria de que o livre mercado e a eliminação das restrições governamentais levariam a um progresso imediato e universal das condições materiais de vida não se comprovou totalmente, fora produzida, na segunda metade do século XIX, uma ampla crítica ao modelo – o socialismo. A riqueza aumentou com o liberalismo, conforme previam os liberais, mas as desigualdades econômicas geradas pelo processo começaram a ser observadas. Nesse sentido, *O Manifesto Comunista*, publicado por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, é uma das primeiras e mais importantes obras de crítica ao modelo capitalista e às diferenças entre a classe operária e proprietária dos meios de produção. Contudo, o modelo socialista não produziu, no século XIX, mudanças no ordenamento da economia (ROSSETI, 2009).

Já no século XX, ocorre a construção das economias de comando central, baseadas nos fundamentos marxistas. Os princípios liberais passam por um período de abandono no início do século XX, especialmente após a I Guerra Mundial (1914-1918), com o advento de regimes totalitários na URSS, Itália, Alemanha (STEWART, 1995). No período entre as duas guerras mundiais, “as ideias liberais estavam inteiramente esquecidas. Quase nada era publicado sobre o assunto e do pouco que se escrevia o mundo não tomava conhecimento. As ideias socialistas-intervencionistas, por outro lado, floresciam” (STEWART, 1995, p. 25). É importante considerar que a doutrina política nazi-fascista desapareceu com a derrota da Alemanha na Segunda Guerra (1939-1945) mas que sucede a isso o período marcado pela polarização e pelas disputas entre Estados Unidos e União Soviética (URSS), conhecido historicamente como a Guerra Fria. A URSS, cujas raízes encontram-se na Revolução Russa de 1917, consolida-se principalmente no leste europeu e também se expande para a África e Ásia. São os princípios de intervenção estatal, opostos aos liberalismo, que regem os países chamados de comunistas.

Os países comunistas operavam com base na premissa de que os planejadores centrais do governo estavam na melhor posição para conduzir a atividade econômica. Esses planejadores decidiam que bens e serviços produzir, quando produzir e quem os produziria e consumiria. A teoria desenvolvida a partir do planejamento central era de que apenas o

governo poderia organizar a atividade econômica de uma maneira que promovesse o bem-estar econômico de todo o país (MANKIWI, 2006, p. 9). Isso porque os socialistas acreditavam que as instituições liberais, a liberdade de empreender, a livre concorrência e a propriedade privada dos meios de produção eram responsáveis pelas desigualdades na distribuição de renda e pelas seguidas crises econômicas. “Eliminar essas instituições, substituindo-as por outras, sintetizava o objetivo da revolução socialista” (ROSSETI, 2009). Somado ao surgimento de economias de comando central na URSS e sua extensão, a crise econômica ocorrida na primeira metade do século XX introduziu mudanças na economia de mercado. “Com a grande depressão dos anos 30, que atingiu praticamente todas as economias livres do mundo ocidental, o *laissez-faire* clássico chegou ao fim. Desde a década de 30, o governo voltou a assumir novas e crescentes funções [...]” (ROSSETI, 2009, p. 308).

É nesse período que as ideias de John Maynard Keynes, autor da obra *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda* publicada no ano de 1936, começaram a se destacar. Conforme a doutrina keynesiana, o poder público deveria regular as oscilações de emprego e investimento, moderando as crises econômicas e sociais, inclusive através de instrumentos como a política monetária, a taxa de juros e os gastos públicos. As ideias do economista Keynes foram então utilizadas no plano de governo do então presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt, em 1933, no seu novo projeto intitulado de New Deal. “O New Deal americano e o Estado de bem-estar europeu iriam testar (e aprovar durante bom tempo) a convivência do capitalismo com um forte setor público, negociações sindicais, políticas de renda e seguridade social, etc” (MORAES, 2001, p. 30). Moraes também aponta que no período pós-guerra pareceria disseminado um acordo sobre o papel positivo da intervenção estatal, principalmente “na criação de pleno emprego; na moderação de desequilíbrios sociais excessivos e politicamente perigosos; no socorro a países e áreas economicamente deprimidos; na manutenção de uma estrutura de serviços de bem-estar [...]” (MORAES, 2001, p. 30). Observamos, no início do século XX, um abandono da doutrina liberal. Porém é também no mesmo século que novos princípios liberais irão surgir e fazer parte de políticas de governos. Tais princípios integram a doutrina neoliberal.

3.2 O Liberalismo do século XX ou Neoliberalismo

Em oposição ao Estado intervencionista e de bem-estar, teóricos desenvolvem novos princípios liberais. Esse renascimento do pensamento liberal é chamado de neoliberalismo, diferenciando-se assim do liberalismo clássico do século XVIII. Moraes (2001, p. 27) afirma

que o neoliberalismo “constitui em primeiro lugar uma ideologia, uma forma de ver o mundo social, uma corrente de pensamento”. O austríaco Ludwig von Mises é um dos precursores do ideais no século XX, mas o papel de propulsora do neoliberalismo é atribuído, por Anderson (1998) e Moraes (2001), à obra *O Caminho da Servidão* (1944), de Friedrich Hayek. “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1998, p. 9). O liberalismo é conceituado pelos seus amplos defensores do século XX, von Mises (2010) e Stewart (1995), como uma doutrina política voltada para a melhoria e o progresso do bem-estar material do homem.

Autores como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Walter Eupken, Walter Lippman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros, também apoiavam as ideias de Hayek, contra o intervencionismo estatal vigente. “Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo [...] deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 1998, p. 10). Os teóricos argumentavam que a desigualdade era um fator positivo, pois estimulava a competitividade e, conseqüentemente, o crescimento das sociedades ocidentais.

Se a crise de 1929 fez com que as ideias intervencionistas ganhassem terreno na política, a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, abriu espaço para o neoliberalismo. Para Hayek e os demais defensores do liberalismo, as causas de tal crise estavam fundadas no poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário que haviam devastado as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas, as quais fizeram com que o Estado pressionasse, cada vez mais, os capitalistas. Para resolver essa situação, “a estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. [...] Isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas” (ANDERSON, 1998, p. 11).

Esses princípios neoliberais conquistam governos importantes a partir da década de 70: Margaret Thatcher em 1979 na Inglaterra; Reagan nos EUA em 1980; Helmut Kohl em 1982 na Alemanha. As primeiras experiências de ajustes “neoliberais”, no entanto, ocorreram na América Latina, com Pinochet no Chile (1973) e com o General Videla, na Argentina (1976). Na década de 1980 são impostos, aos países da América Latina, os programas neoliberais de ajuste econômico como condição para renegociação de suas dívidas.

Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia; 1988, México, com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, dessa vez com Menen; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Perez; 1990, Fujimori, no Peru. E, desde 1989, o Brasil, de Collor a Cardoso (MORAES, 2001, p. 33).

Uma série de outros princípios neoliberais foram expostos a partir de então, sendo necessário, para a compreensão do fenômeno ocorrido no final do século XX, uma análise específica deles. Vimos, até então, que o liberalismo do século XX, o chamado neoliberalismo, surge em oposição à intervenção estatal. Mas quais são as ações e políticas de governo defendidas pelos neoliberais? Moraes (2001) apresenta uma primeira síntese dos princípios neoliberais: **privatizar empresas estatais e serviços públicos e desregular ou, ainda, criar novas regulamentações que diminuam a interferência do Estado sobre os empreendimentos privados**. Na visão neoliberalista, “o Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera e deixar a cargo da disciplina do mercado as atividades regulatórias que em vão tentara estabelecer” (MORAES, 2001, p. 35). A justificativa é que o Estado de bem-estar, buscando proteger o cidadão, acaba produzindo o clientelismo, à medida que oferece ao próprio cidadão uma série de serviços pagos, pesadamente, por ele mesmo (MORAES, 2001).

O teórico Donald Stewart (1995), vinculado aos princípios liberais apresentados por von Mises e Hayek, foi um dos grandes difusores do liberalismo no Brasil e também é fundador do Instituto Liberal no Brasil. O autor defende que o liberalismo é antes de tudo liberdade, e liberdade, necessariamente, pressupõe a inexistência de restrições à propriedade privada dos meios de produção e plena liberdade de entrada no mercado. Pois assim, “prevalecerão sempre aqueles que forem capazes de produzir algo melhor e mais barato e, conseqüentemente, capazes de melhor atender o consumidor” (STEWART, 1995, p. 72). **Liberalismo, portanto, trata-se de liberdade econômica: redução de impostos, direito de entrada no mercado para produzir os bens e serviços que os consumidores desejam, redução de encargos sociais, liberdade de contrato entre as partes interessadas em fazer negócio, seguro-desemprego não compulsório**. É o Estado mínimo, cujo principal objetivo deve ser de “[...] manter um clima de paz e tranquilidade nas suas fronteiras, possibilitando assim a maior cooperação pacífica entre os concidadãos” (STEWART, 1995, p. 78). Além da liberdade econômica, liberalismo é liberdade política, sendo que “o traço característico da liberdade política é a realização periódica de eleições livres e a ausência de restrições, de natureza política ou econômica, à formação de partidos políticos” (STEWART, 1995, p. 76). Na visão do autor, até mesmo serviços como saúde e educação devem ser privatizados,

cabendo, ao Estado, apenas distribuir tickets representando um período escolar ou de atendimento em saúde, ficando, a cargo do indivíduo, a escolha do serviço de sua preferência. Pois “o essencial é que a concessão desses benefícios seja feita diretamente aos indivíduos, que escolherão, no mercado, quem melhor lhes pode fornecer o produto ou o serviço em questão” (STEWART, 1995, p. 81).

Outro aspecto do neoliberalismo apontado por Moraes (2001) é que a doutrina condena a interferência dos governos nacionais, mas transfere muitas das regulamentações para organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros. Assim, “prerrogativas reguladoras (deliberações sobre política econômica, monetária, cambial, tributária, etc.) são transferidas para administrações supranacionais, que aparecem como as guardiãs de uma racionalidade superior, imunes às perversões [...]” (MORAES, 2001, p. 39).

Apresentados os principais preceitos do neoliberalismo, vamos ao seu maior exemplo. Perry Anderson, no seu artigo intitulado *Balanço do Neoliberalismo*, descreve algumas ações implantadas por governos declaradamente neoliberais. Como já mencionado, o modelo inglês, da Primeira-ministra Margaret Thatcher (1979-1990), foi o mais forte e puro. Os governos de Thatcher “contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros [...]” (ANDERSON, 1998, p. 12). Também implantaram um amplo programa de privatização de indústrias básicas como aço, eletricidade, petróleo, gás, entre outros.

No caso do Brasil, a doutrina neoliberal foi adotada tardiamente, apenas na década de 90, com o governo de Fernando Collor que assumiu a Presidência em 1990. Seu discurso afirmava promover a modernização do Brasil pela passagem de um capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo baseado na eficiência e na competitividade. Após o seu impeachment, assumiu o vice-presidente Itamar Franco. Como Ministro da Fazenda, assumiu Fernando Henrique Cardoso, responsável por implantar o Plano Real, estabilizando a economia brasileira. O sucesso de sua estratégia, o Plano Real, o levou a vencer as eleições em 1994 e ao prosseguimento de seu projeto (CARINHATO, 2008). O combate à inflação, por meio da dolarização da economia e valorização das moedas nacionais, em conjunto com o ajuste fiscal também faziam parte da estratégia. Além disso, outras políticas reformistas, que incluíam as privatizações, a desregulamentação dos mercados e a liberalização comercial e financeira, foram aplicadas com o justificativa que proporcionariam o crescimento econômico (CARINHATO, 2008). De fato, a estratégia do governo de Fernando Henrique Cardoso é reconhecida por estabilizar a economia e controlar a inflação, assim como as iniciativas

neoliberais de Thatcher detiveram a inflação. O neoliberalismo, no entanto, é alvo de muitas críticas por não ter alcançado um dos seus grandes objetivos: o aumento da produtividade e o progresso.

Anderson (1998) - ao considerar itens como deflação, lucros, empregos e salários - afirma que é possível observar o êxito do programa liberal. Mas, no final das contas, todas estas medidas haviam sido pensadas como meios para alcançar um fim histórico: a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas de crescimento altas e estáveis, como existiam antes da crise dos anos 1970. Entre os anos 1970 e 1980, no entanto, não houve nenhuma mudança na taxa de crescimento, muito baixas nos países da OCDE¹⁴ (ANDERSON, 1998, p. 16). Anderson (1998) baseia o seu argumento em dados sobre o crescimento nos chamados países de capitalismo avançado, como Inglaterra, Estados Unidos, Austrália, entre outros. Segundo ele, a produtividade desses países fora de 5,5% nos anos 60, de 3,6% nos anos 70 e 2,9% nos anos 80, tendo-se, portanto, uma curva descendente. A crítica ocorre porque, de acordo com o autor, a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos, pois a desregulamentação financeira, tão defendida pelo programa neoliberal, criou condições muito mais para a especulação do que para a produção. “Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercados reais” (ANDERSON, 1998, p. 16).

Outra crítica forte à doutrina é que ao mesmo tempo em que se alcança ajustes e estabilização, problemas como desigualdade social, pobreza e exclusão aumentam. Sobre as instituições financeiras internacionais, Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), Borón (1998, p. 102) coloca: “recomendam calorosamente umas políticas que geram pobreza e exclusão social, e, ao mesmo tempo, encomendam numerosas pesquisas sobre o tema e manifestam sua consternação pelo agravamento do flagelo da pobreza na América Latina”. Uma série de outras críticas assim como defesas podem ser apresentadas sobre a doutrina neoliberal. Cabe ressaltar a complexidade em definir, com exatidão, se as políticas de governo atuais adotadas pela maioria dos países, especialmente o Brasil, vão ao encontro das ideias liberais. O que pode ser observado, no entanto, é que as políticas de governo adotadas pelo governo atual se diferem das implantadas na década de 90, particularmente por Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

¹⁴ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico composta por 34 países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado.

Na visão do sociólogo e cientista político Emir Sader (2013), os governos de Lula e Dilma podem ser considerados pós-neoliberais, à medida que romperam com o modelo neoliberal de Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso. Também são governos que têm muitos pontos em comum com outros governos latino-americanos, como Evo Morales, na Bolívia; Rafael Correa no Equador; a Frente Ampla no Uruguai; os Kirchner na Argentina; Chávez na Venezuela. Para Sader (2013), tais governos latino-americanos representam uma reação ao neoliberalismo.

Os traços que esses governos têm em comum, que permite agrupá-los na mesma categoria, são: a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado (SADER, 2013, p. 138).

De fato, tais governos são reconhecidos internacionalmente como antiliberais. A revista *The Economist*, objeto de tal estudo, afirmou em 28 de janeiro de 2010, ainda quando Lula governava, que os liberais no Brasil eram escassos como floco de neve, e que embora com um PIB crescente, o governo não previa um favorecimento aos investidores por meio da redução de impostos¹⁵.

Observamos, portanto, a evolução da ideia de liberalismo e do conceito de neoliberalismo, pois são muitos desses princípios que integram o discurso da revista *The Economist*. Também vimos que há defesas e críticas em relação à forma de pensamento, pois embora defenda a liberdade, o liberalismo não se preocupou em garantir, ou ao menos priorizar, a redução da desigualdade social; pelo contrário a desigualdade é vista por tal ideia como um fator que gera competitividade e, conseqüentemente, leva ao progresso. Uma vez que a revista expõe claramente a defesa dos princípios liberais, faz-se necessário compreender o papel da *The Economist* e do campo jornalístico como espaço de exposição e de defesa de determinados interesses.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.economist.com/node/15393723>>. Acesso em: 16 abr 2014.

3.3 Jornalismo e poder

Em entrevista concedida para a BBC Brasil em outubro de 2013¹⁶, Michael Reid, editor da seção *The Americas* da revista *The Economist*, falou sobre as matérias publicadas na revista sobre o Brasil e respondeu perguntas sobre o que é necessário fazer para o País melhorar a sua situação econômica. Entre suas sugestões estão abandonar o modelo de Estado corporativo e controlador, investir em infraestrutura, controlar os gastos com a educação, aumentar o tempo de serviço para um funcionário público se aposentar. A matéria *Has Brazil blown off?*, nosso objeto de estudo, preocupa-se não apenas em relatar a situação atual do Brasil, mas também em propor medidas, formas de o País voltar a ter um Produto Interno Bruto (PIB) crescente e uma economia aquecida.

À medida que a revista *The Economist* se diz defensora dos princípios liberais vistos anteriormente, podemos adiantar que essa construção da realidade feita pelo jornalismo tem como objetivo apresentar a realidade, ou indícios de realidade, a partir da defesa do liberalismo. Aqui, vale salientar que não cabe a hipótese de que a revista manipula ao defender esses princípios, no entanto não podemos negar a sua relação com uma orientação econômica e política, com outros fatores externos ao jornalismo.

A partir de uma visão construcionista, entendemos o jornalismo como uma forma de poder simbólico, vinculado a outros atores que também exercem poder. O poder não é oriundo das sociedades atuais, mas as instituições dominantes podem mudar conforme o tempo. Conforme Castells (2009), poder é a capacidade relacional que permite atores sociais influenciar, assimetricamente, as decisões de outros atores sociais, sempre em favor dos empoderados, de seus interesses e valores. **O poder pode ser exercido pela coerção e/ou pela construção de sentido a partir de discursos, através dos quais atores sociais guiam suas ações.** Para o autor, o poder sempre existiu, desde que existe sociedade, mas com o processo de globalização, o Estado já não é a única forma de poder, uma vez que a fronteira entre o global, o nacional e o local ficou difusa. Estruturas sociais, como a sociedade em rede¹⁷ teorizada por Castells, originam do processo de produção e apropriação de valores. “A questão fundamental é que, em uma estrutura social organizada em redes globais, qualquer

¹⁶ Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/10/131023_entrevista_michael_reid_cc.shtml>. Acesso em: 10 abr 2014.

¹⁷ A sociedade em rede é a estrutura social que caracteriza a sociedade no século 21, uma estrutura social construída em torno, mas não determinada, por redes de comunicação digital (CASTELLS, 2009). Embora o conceito refira-se à tecnologia e internet, o conceito de Castells também é importante à medida que analisa a dinâmica da sociedade atual.

que seja a hierarquia entre as redes, esta se tornará a regra em toda a estrutura das redes organizadas/dominadas do planeta”¹⁸ (CASTELLS, 2009, p. 27, tradução nossa).

Por sua vez, Thompson (1998) identifica quatro tipos principais de poderes: econômico, político, coercitivo (especialmente poder militar) e poder simbólico, deixando claro que essas diferentes formas de poder se sobrepõem de formas variadas e muito mais complexas. A atenção deve ser dada para o poder simbólico que, segundo o autor, é oriundo da atividade de produção, transmissão e recepção do significado de formas simbólicas. A mídia é uma das instituições paradigmáticas que exerce tal poder por meio da produção em larga escala e difusão generalizada de formas simbólicas no espaço e no tempo. Thompson defende que, em virtude do desenvolvimento de instituições de comunicação, “as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escala sempre em expansão; tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço” (THOMPSON, 1998, p. 19). O desenvolvimento da mídia, nesse sentido, transformou e vem transformando a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno.

Bourdieu (2010) também teoriza sobre o poder simbólico, colocando-o como um “poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo [...], quer dizer, **uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências**” (BOURDIEU, 2010, p. 9). Ou seja, essa ordem instituída à realidade pelo poder simbólico dá sentido a ela, cabendo também a concordância de sentido entre ambas as partes - a que exerce poder e a sobre o qual o poder é exercido. Bourdieu alia sua crítica ao Marxismo e atribui às produções simbólicas o papel de instrumentos de dominação.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem sua função política de instrumentos de imposição e de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2010, p. 10, grifo do autor).

Sua visão, portanto, parte da ideia da existência da luta simbólica entre classes, que tentam impor sua visão de mundo conforme seus interesses, sendo que “a classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia, dos princípios de hierarquização: [...] as facções

¹⁸ The critical matter is that, in a social structure organized in global networks, whatever the hierarchy is between the networks will become the rule in the entire grid of networks organizing/dominating the planet.

dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação” (BOURDIEU, 2010, p. 12). **O poder simbólico, diferentemente do exercido pela força, é exercido pela crença na legitimidade que o enunciador do discurso tem para proferir o discurso; ele só é exercido se tiver o reconhecimento daqueles sobre os quais o poder opera.**

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização [...] (BOURDIEU, 2010, p. 14)

Se o jornalismo é capaz de reproduzir e criar formas simbólicas, criar realidades por meio do discurso, pertence a ele, então, o poder de atuar em favor de uma causa, de fazer acreditar que a realidade construída é a realidade de fato, omitindo os valores arraigados nessa construção. Podemos entender que esse “efeito de mobilização” do jornalismo é oriundo da legitimidade do campo como enunciador dos fatos, de verdades sobre o mundo.

Ao apontar os temas a que devemos dar atenção e quais assuntos devem ser privilegiados, anunciando para o leitor aquilo que é importante para ele e para a sociedade, o jornalismo atua como instrumento de disciplinaridade. Gomes, M. (2009) indica que em cada tema selecionado em que são indicadas “as normas de boa conduta”, o campo atua como forma de disciplina e de controle. “As chamadas perfazem os caminhos da educação e da disciplina. Do apelo ao Estado ao apelo à responsabilidade individual, delineia-se a ordem desejável, modo com que se induz à interiorização de uma concepção específica do desejável [...]” (GOMES, M., 2009, p. 3). Esse caráter pedagógico e disciplinador pode ser observado na forma como o discurso jornalístico é construído, com base em asserções e constatações. Dessa forma, há pouca margem para oposições ou até mesmo diálogos, colocando o jornalismo como afirmativo de um “dizer incontestável”.

Além do caráter discursivo afirmativo/assertivo, a visibilidade proporcionada pelo jornalismo também integra o seu caráter disciplinante. Pois

Enquanto mostram, as mídias disciplinam pela maneira do mostrar, enquanto mostram, elas controlam pelo próprio mostrar. É em relação à disciplina que se diz que se não passou pelas mídias não há poder de reivindicação; é em relação a controle que se diz que se não passou pelas mídias não existe” (GOMES, M., 2009. p. 3).

Se observamos, alguns circunstâncias acontecem diariamente, no entanto, ao serem transcritos pelo discurso jornalístico, adquirem um caráter de existência pela visibilidade atingida.

Justamente a visibilidade proporcionada pelo jornalismo e a legitimidade do campo o tornam um espaço de disputa por atores sociais, que buscam incorporar a credibilidade jornalística à sua imagem. Gomis (2004), em seu artigo intitulado *Os interessados produzem e fornecem os fatos* discute o papel das fontes interessadas em fornecer notícias, evidenciando a relação entre as notícias e o fornecimento de fatos pelas fontes as quais têm interesse em divulgá-los.

Cabe principalmente à nossa análise a compreensão do jornalismo como um espaço de disputa simbólica. Para Steinberger (2005), o jornalismo pode ser visto como um campo constituído por uma relação de forças, em que disputam modos hegemônicos de representar. Também considera a hipótese de que as disputas ocorridas no campo refletem as disputas que ocorrem na sociedade.

Na modernidade, a mídia jornalística, pelo seu poder de disseminar informações e multiplicar imagens em grande escala, passa a desempenhar um papel importante na formação de imaginários sociais. [...] Estamos considerando a hipótese de que a mídia instaura uma espécie de espaço público disputado por atores sociais numa correlação de forças que, em princípio, refletiria aquela que existe na realidade social (STEINBERGER, 2005, p. 162).

Steinberger entende que se desenvolveu, no mundo pós-moderno, um novo tipo de pensamento geopolítico baseado em espaços comunicativos-dicursivos ao lado do pensamento materialista, em que o domínio de territórios, localização estratégica, fluxos de transporte, efetivos militares e acumulação econômica são considerados os maiores trunfos. São esses processos linguístico-dicursivos que constituem, nos dias atuais, uma espécie de geopolítica simbólica, uma espécie de “modos de apresentação do mundo, visões de mundo instituídas segundo modos sociais de dizer esse mundo – ou simplesmente de fazê-lo existir” (STEINBERGER, 2005, p. 184). Ou seja, são esses processos os responsáveis pela produção social de discursos que organizam visões sobre as ordenações geopolíticas do mundo. Tais visões se expressam por meio de categorias que são objeto de negociações sociais na disputa por formas hegemônicas de apresentação desse mundo e de naturalização desses dizeres.

Os discursos hegemônicos consolidam seus sistemas de categorização e, com isso, acabam por naturalizar certos modos de apresentação do mundo. Tal naturalização acaba gerando formas sofisticadas de ocultação (STEINBERGER, 2005, p. 185), por meio das quais

visões unilaterais sobre os acontecimentos são transmitidas como as únicas possíveis aniquilando, portanto, o espaço para contestação. Oculta-se não só a voz do outro como também toda uma rede ampla e complexa de relações sociais no espaço internacional em prol de visões simplistas que buscam a naturalização dos sistemas de significação.

Essa geopolítica simbólica – materializada nas práticas discursivas jornalísticas – enquanto espaço de produção de discursos e de cognição social desempenha um papel fundamental na formação dos modelos mentais responsáveis tanto pela nossa compreensão quanto pela produção de discursos. Conforme Steinberger (2005, p. 190) “a informação jornalística também é gerada no âmbito de sistemas de conhecimento (sistemas de referência), em contextos históricos e geográficos de relações de poder que interferem nos modos institucionalizados de ver os espaços”. Mas o jornalismo, ao construir significados para o mundo, também constrói sistemas classificatórios que influenciam nossas leituras desse mundo e nossos sistemas cognitivos. A notícia é uma construção e, como tal, inclui alguns fatos e exclui outros; coloca em sequência eventos que se deram simultaneamente ou em uma ordem espaço-temporal desconexa, tendo, portanto, o poder simbólico de indicar ao leitor de informação como ele deve compreender o assunto.

Reconhecer o poder simbólico do jornalismo em reproduzir e produzir valores não significa dizer que o campo tenha o poder de incidir diretamente sobre o poder de decisão das pessoas. No entanto, a hipótese do agenda setting, que surge na década de 70, teoriza o jornalismo como capaz de influenciar a agenda pública. Para McCombs (2009, p. 18), os assuntos enfatizados pelas notícias passam a ser considerados, ao longo do tempo, os assuntos mais importantes pelo público.

Os jornais comunicam uma variedade de pistas sobre a saliência relativa a tópicos de nossa agenda pública. A matéria principal da p.1, a página de capa *versus* a página interior, o tamanho do título e mesmo o tamanho de uma matéria comunicam a saliência dos tópicos da agenda noticiosa [...]. Os públicos usam estas saliências da mídia para organizar suas próprias agendas e decidirem quais assuntos são os mais importantes.

Cabe enfatizar que não podemos cair em um determinismo de que o jornalismo serve apenas a determinados interesses políticos ou de classes dominantes, e de que, também, o jornalista exerce total influência sobre o que as pessoas pensam. Se assim fosse, estaríamos negando totalmente a autonomia do campo frente aos interesses de outros grupos, o que não é sempre verdade, uma vez que uma notícia pode ser contrária a uma empresa capitalista por exemplo, embora o modelo econômico vigente seja o capitalismo Voltamos, portanto, ao

resgate da teoria da construção social, considerando a relação, e não determinação, com outros campos externos ao jornalismo. Conforme Traquina (2001), as notícias devem ser vistas como resultado de um processo de interação social.

As notícias são uma construção social [...]. As notícias também refletem 1) os constrangimentos organizacionais; 2) as narrativas que governam o que os jornalistas escrevem; 3) as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda a atividade jornalísticas e 4) as identidades das fontes de informação com que falam (TRAQUINA, 2001, p. 123).

Sobre o processo de produção jornalística, Pena (2006, p. 132) também descreve:

Há espaços de manobra para os jornalistas e eles estão localizados na interação com os agentes sociais. A rede de fontes, a capacidade de negociação e um talento para a investigação são trunfos utilizados para demonstrar que o processo de produção das notícias é interativo. Depende das rotinas profissionais, mas também de iniciativas dos jornalistas e de demandas da sociedade, entre outros fatores.

Portanto, observamos que o jornalismo integra uma lógica social exterior ao campo, é uma construção social. Uma vez que a defesa do capitalismo e do liberalismo é uma constante na sociedade ocidental, tal construção jornalística certamente será influenciada por esses ideais, mas não determinada por eles. O jornalismo constrói e é construído, em um processo social constante. É resultado dessa interação entre fontes, organizações, profissionais. O campo também está submetido a uma rotina jornalística determinada pelos fatores tempo e espaço. As escolhas dos profissionais sofrem interferência por uma série de constrangimentos políticos, econômicos, estruturais, hierárquicos (BREED, 1993).

Reconhecemos, assim, o jornalismo como produtor da realidade, mas também como um produto social, vinculado a valores socialmente compartilhados. Por meio do discurso, o jornalismo exerce o poder simbólico, pois institui uma ordem nos fatos, sendo reconhecido socialmente pela função de mostrar a realidade. Também atua como instrumento disciplinante e de controle, à medida que indica as normas a seguir e dá visibilidade a alguns fatos em detrimento de outros. As escolhas jornalísticas também ajudam a construir e reafirmar a ideia do que é aceitável e não-aceitável. Embora o mecanismo de seleção seja invisível, o jornalismo é capaz de marcar o que é norma e o que é desvio, o que é legítimo e o que é ilegítimo, apresentando-se como um mapa cultural do mundo social (HALL, 1993).

Muitas vezes, o jornalismo é criticado por utilizar seu poder simbólico em favor de determinados grupos sociais. Entendemos, no entanto, o jornalismo não como instrumento de dominação, mas como um discurso que serve à legitimação de outros discursos presentes na

sociedade em determinados momentos. Quando temos acesso ao produto jornalístico não podemos afirmar com convicção se o jornalista, intencionalmente, preferiu “A” em detrimento de “B” ou se a empresa jornalística interferiu no processo de escolha. São múltiplos fatores envolvidos, sendo o acesso do leitor restrito ao produto final. Contudo, é possível perceber os sentidos produzidos pelo jornalismo por meio de uma análise *a posteriori* se entendermos que a produção jornalística sempre opera em relação ao seu contexto, parte de uma representação de mundo a qual atravessará o discurso.

4 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA E ANÁLISE

Neste capítulo, desenvolveremos a análise da reportagem especial *Has Brazil blown it?* com o objetivo de compreender os sentidos produzidos sobre o Brasil na revista *The Economist*. Uma vez que a matéria discorre prioritariamente sobre a realidade brasileira, coube apresentarmos, primeiramente, o contexto sobre o qual a revista constrói seu discurso. Posteriormente, apresentaremos o objeto de estudo e a metodologia utilizada para, enfim, realizarmos a análise dos sentidos produzidos.

4.1 Breve apresentação do contexto brasileiro

A matéria publicada na revista *The Economist* (anexo A) inicia chamando a atenção para um dos principais eventos do ano de 2013 e que marcou a história brasileira: os protestos de junho. Os atos pela redução do valor das passagens no transporte público se alastraram pelo País, ganhando diversos adeptos e diversas causas em diferentes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília. Não apenas pela redução das passagens, a população tomou as ruas para protestar contra a violência policial e reivindicar melhor infraestrutura, qualidade dos serviços públicos, menos corrupção, etc.

A Copa do Mundo e as eleições de 2014 também ganham visibilidade à medida que se aproximam. O Brasil prepara sua infraestrutura para receber a Copa, e 2013 é um ano marcado por obras de mobilidade urbana, reformas e construção de estádios de futebol, entre outras adaptações para receber o campeonato. O mês de setembro de 2013 também está praticamente a um ano das eleições de 2014. Por isso, o governo da Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, que assumiu o cargo em 2011, é também assunto da reportagem. Dilma, candidata do Partido dos Trabalhadores, foi a primeira mulher eleita no Brasil. Sucessora de Lula no cargo, a Presidente venceu o candidato José Serra, do PSDB, com 56,05% dos votos válidos¹⁹. O ano de 2013 também é um marco para o Partido dos Trabalhadores, que, há 10 anos, tem seus representantes na Presidência da República, com dois mandatos de Lula e um de Dilma.

O Brasil da última década também não é o mesmo em termos populacionais. Em 2003 a população era composta por 176 milhões habitantes, enquanto que em 2013 ultrapassa

¹⁹ Disponível em: <<http://www.dilma.com.br/site/biografia#>>. Acesso em: 10 mai 2014.

marca de 200 milhões, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁰.

Em relação ao cenário econômico, podemos observar que o ano de 2013 e o anterior não foram períodos de crescimento elevado. O Produto Interno Bruto (PIB), que representa a soma de todos os serviços e bens produzidos num período de uma determinada região, cresceu 0,9% em 2012 e 2,3% em 2013 em relação ao ano anterior. Muito diferente do crescimento alcançado em 2010, por exemplo, quando o aumento chegou a 7,5%. Segundo dados do IBGE, esse aumento próximo a 10% representou a maior alta em 24 anos, sendo influenciada pelo desempenho da demanda interna brasileira e por ser comparada ao baixo percentual do ano anterior. Já em 2011, o PIB do Brasil cresceu 2,7%²¹.

Apesar do crescimento menor da produtividade em comparação ano a ano, a economia brasileira está entre as maiores do mundo. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)²², o Brasil ocupa a sétima posição no *ranking* das maiores economias mundiais, calculado com base no PIB. O Relatório de Desenvolvimento Humano²³, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2013, também destaca a ascensão dos países do Sul e em desenvolvimento, entre eles, o Brasil.

Quando, durante a crise financeira de 2008-09, o crescimento das economias desenvolvidas estagnou, mas o das economias em desenvolvimento prosseguiu, o mundo registrou esse facto. A ascensão do Sul, vista no mundo em desenvolvimento como um reequilíbrio mundial há muito esperado, tem alimentado desde então um grande debate (2013, p.1-2).

Ainda de acordo com a publicação da Organização das Nações Unidas (ONU), pela primeira vez em 150 anos, o Produto Interno Bruto (PIB) das três principais economias do mundo em desenvolvimento – Brasil, China e Índia - é aproximadamente igual aos Produtos Internos Brutos combinados das antigas potências industriais do Norte: Canadá, França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos. Trata-se de uma nova conjuntura internacional. Se em 1950, o Brasil, a China e a Índia, em conjunto, representavam apenas 10% da economia mundial - enquanto os seis tradicionais líderes econômicos do Norte respondiam por mais de metade - até 2050, de acordo com as projeções do Relatório, o Brasil, a China e a Índia representarão, em conjunto, 40% de todo o produto mundial. Por isso, apesar de o crescimento econômico em 2012 não ser tão expressivo se comparado aos anos

²⁰ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>>. Acesso em: 10 mai 2014>.

²¹ Disponível em <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2329>>. Acesso em: 03 mai 2014.

²² Disponível em <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/update/01/>>. Acesso em: 03 mai 2014.

²³ Disponível em <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013-resumo.pdf>> . Acesso em: 15 mai. 2013.

anteriores, é preciso considerar que o Brasil segue crescendo, ainda que em porcentagem menor, ocupando posição privilegiada no cenário econômico internacional.

Vale observar que, de acordo com relatório das Nações Unidas²⁴, a desigualdade diminuiu no Brasil nos últimos anos. Conforme os dados, o índice Gini – que mede a concentração de renda – caiu representativamente de 54,2 para 45,9 no Brasil, dado que demonstra essa redução da desigualdade. Segundo o documento, o aumento do salário mínimo entre 2003 e 2010, de 80%, é um dos grandes responsáveis por essa redução de diferença. Mas o Brasil não ocupa posição privilegiada em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador que considera a expectativa de vida, educação e renda per capita, a fim de classificar o grau de desenvolvimento dos 187 países. No último *ranking* divulgado em 2012²⁵, o Brasil aparece com o IDH de 0,73, considerado elevado, mas ocupando ainda a 85ª posição no ranking, juntamente com a Jamaica, entre os 187 países classificados.

O Brasil é marcado por contrastes. O diplomata Guimarães (2006) destaca o fato de o País se encontrar em companhia dos Estados Unidos e da China nas relações de países de maior território, maior população e de maior PIB do mundo, além de ter mais de 50% do território, da população e do PIB da América do Sul. Entretanto, para o autor, o país ainda tem o desafio de eliminar suas *disparidades internas*, que se referem “[...] à concentração de renda e de riqueza; à privação e alienação cultural; ao acesso à tecnologia; à discriminação racial e de gênero ilegais, mas reais; à política, pela impudente e decisiva influência do poder econômico” (2006, p. 259). Cada uma dessas disparidades podem ser observadas na atual conjuntura brasileira, algumas mais do que as outras. O aumento ou diminuição destas também é suscetível de análise. No caso dessa contextualização, cabe ressaltar que elas existem, em maior ou menor grau, apesar do avanço econômico e social.

Basile (2011), ao tratar das diferentes maneiras de cobrir jornalisticamente fatos da economia, também lembra que o Brasil é um país que ficou às margens, por um período, das inovações trazidas pela Revolução Industrial, modernizou-se tardiamente, conheceu a convivência republicana tardiamente e ainda aprende a se estruturar como sociedade democrática. Além disso, a população brasileira se organizou para viver em grandes cidades. Para o autor, “são enormes, portanto, os desafios que se colocam à nossa frente. Alguns, como

²⁴ *Humanidade Dividida: Confrontando a desigualdade nos países em desenvolvimento*, publicado pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento em 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3799>>. Acesso em: 10 mai 2014.

²⁵ Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2012.aspx>>. Acesso em: 09 mai 2014.

a distribuição de renda, a redução consequente da miséria absoluta, da inserção vantajosa na comunidade econômica internacional, a consolidação da democracia [...]” (2011, p. 96). Mas, apesar de tudo, é um país que aprendeu a conviver com uma moeda estável, em uma economia que se afirma no mercado internacional.

O processo de transformação social no Brasil não é característico das últimas décadas, trata-se de uma constância. Lafer (2006) enfatiza o quanto a sociedade brasileira vem mudando desde o início do século XX. O processo de modernização do Brasil é inegável: urbanização, industrialização, democratização, ampliação da pauta de exportações e aumento de seu acervo de relações diplomáticas. “Em síntese, modernizou-se e melhorou seu *locus standi* internacional sem, no entanto, ter equacionando uma das 'falhas' constitutivas de sua formação – o problema da exclusão social” (LAFER, 2007, p. 112, grifos do autor).

Essa breve apresentação não tem a pretensão de compreender em detalhes a conjuntura atual do Brasil, pois tal tarefa requer uma pesquisa de fôlego, com um amplo levantamento de dados e uma análise detalhada dos fatos históricos. No entanto, podemos observar que o País cresce economicamente, ocupa posição diferenciada, por exemplo, ao se encontrar em 7º lugar no *ranking* das maiores economias. O PIB cresceu em 2012 e em 2013, ainda que menos em comparação aos anos anteriores. O Brasil também diminuiu sua desigualdade. Contudo, muitos brasileiros, conforme demonstraram os protestos de 2013, ainda estão insatisfeitos, pedem por melhorias nos serviços públicos e na infraestrutura do País e por governantes que trabalhem para melhorar as condições de vida da população. Conforme observado, o Brasil cresceu economicamente e melhorou as condições de vida da população. Mas isso não significa que questões como desigualdade social, violência, corrupção estejam resolvidas. Reconhecemos os avanços alcançados até o presente e os desafios para o futuro.

4.2 Escolha do objeto

Dentro desse universo de mídias que corroboram para a construção social da realidade e formação do imaginário do sujeito, temos como um dos meios mais reconhecidos internacionalmente a revista *The Economist*. Uma publicação que busca informar sobre as notícias mais importantes da semana e também constrói análises sobre determinadas situações econômicas, políticas e sociais. Os conteúdos sobre o Brasil publicados pela revista são repercutidos por vários veículos de comunicação brasileiros, como Folha de São Paulo, Exame, Época, Portal G1, entre outros, fator que indica o caráter de legitimidade que o

periódico possui. Tendo em vista sua abrangência internacional e o quanto o que é dito pela revista sobre o Brasil repercute nacionalmente, consideramos importante desenvolver um estudo sobre o tema “O Brasil na revista *The Economist*”.

Para compor o corpus de análise desta pesquisa, realizamos um levantamento de todas as matérias publicadas sobre o Brasil na revista, durante o período de 02 de março a 21 de dezembro de 2013. Nas 43 edições destes 10 meses, identificamos 57 inserções sobre o Brasil, as quais incluem desde pequenas notas, de 2 a 5 linhas, até matérias de maior tamanho – de uma página em diante. Mas a matéria de maior destaque é publicada no segundo semestre de 2013: 14 páginas de uma reportagem especial intitulada *Has Brazil blown it?*, traduzida como “O Brasil estragou tudo?”.

São 14 páginas que analisam a situação atual do Brasil – política, econômica, social - questionando, afinal, se o País seria capaz de continuar crescendo economicamente. No dia 28 de setembro de 2013, a matéria ganha a capa da versão publicada na América Latina e Ásia,, além de chamada de capa nas versões distribuídas para o resto do mundo. A capa divulgada na América Latina e Ásia mostra o morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, sendo atingido pelo Cristo Redentor (Figura 01), já indicando uma queda. Pode-se entender também que tal imagem traz um forte significado: o Brasil sendo atingido por ele mesmo. Vale observar que o País foi o único da América Latina que ganhou este espaço privilegiado na publicação em 2013. Também foi o único país latino-americano sobre o qual a revista escreveu reportagem especial.

Assim, em função da relevância da reportagem especial no contexto da *The Economist* e por consideramos que os sentidos ali elencados representam os sentidos sobre o Brasil reiterados ao longo do tempo pela revista, esta pesquisa terá como o objeto a reportagem especial. Por ser uma publicação britânica, em inglês, a reportagem foi traduzida para o português pela autora deste trabalho. Vale lembrar que fotos e infográficos integram a construção jornalística, porém a reportagem é predominantemente composta por textos. Temos uma pesquisa que não esgota todas as possíveis análises, uma vez que há um universo de possibilidades de estudos para a compreensão do assunto. A reportagem especial *Has Brazil blown it?*, no entanto, é um objeto representativo da visão de mundo e do Brasil que a revista desenvolve, o qual consideramos válido para compreender os sentidos produzidos sobre o Brasil pela revista *The Economist*.



Figura 01 - Capa revista *The Economist* que circulou na América Latina e Ásia. Fonte: *The Economist* (2013)

4.3 Análise de Discurso

Ao longo deste trabalho, entendemos o jornalismo como construtor da realidade. Ao realizar o recorte dos fatos que são ou deixam de ser notícia, o jornalista escolhe o que representará como sendo a “realidade”, articulando uma série de fatores externos a ele – contexto histórico-social, cultura organizacional, valores pessoais e profissionais, etc. Embora o jornalismo seja reconhecido como relator da verdade e dos fatos, o discurso jornalístico não é neutro. Ele reitera valores já socialmente constituídos e, ao mesmo tempo, produz novos conhecimentos e uma nova realidade. A forma como representa está carregada de sentidos os quais muitas vezes não estão expressos abertamente. A análise de discurso francesa é uma das metodologias que serve à identificação de tais sentidos.

De acordo com Benetti (2007), o dizer jornalístico produz um sentido de verdade, um efeito de literalidade. “O efeito de literalidade cresce proporcionalmente ao apagamento de uma ideologia *como* ideologia – quanto mais naturalizada a ideologia, mais as formações discursivas que dela derivam carregam sentidos que parecem literais” (BENETTI, 2007, p.

108, grifo da autora). Para a análise de discurso, importa compreender que existe uma exterioridade ao texto que ajuda a formá-lo, por isso não podemos separar a produção jornalística do contexto de produção. O contexto histórico e cultural e as ideologias são externos ao texto, mas ao mesmo tempo fazem parte dele. No caso do jornalismo, a proposta de entendê-lo como um lugar de circulação de sentidos significa recusar a visão de que o discurso poderia conter uma verdade intrínseca ou uma literalidade (BENETTI, 2007).

A compreensão pelo viés da análise de discurso entende que a linguagem não é transparente. O discurso é resultado da articulação entre sujeito, história e linguagem, sendo um objeto sócio-histórico. Podemos observar, pelo discurso, a relação entre língua e ideologia, entendendo-se a forma como a língua produz sentidos por e para os sujeitos. Para realizar a análise de discurso é necessário articular outros conhecimentos – históricos, do contexto social e cultural – para que possamos compreender os sentidos impressos no discurso (ORLANDI, 2003). “A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam ‘escutar’ outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem” (ORLANDI, 2003, p. 26, grifo da autora). Os sentidos não estão só nas palavras, mas na relação com a exterioridade, dependem das condições em que são produzidos e não apenas das intenções dos sujeitos.

Ao aplicar essa metodologia, o analista deve perceber a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico. O primeiro passo é identificarmos as formações discursivas (FDs), considerando as FDs como região de sentidos (BENETTI, 2007). “No mapeamento dos sentidos é preciso limitar o campo de interpretação, aos ‘sentidos nucleares’, isto é, a reunião, em torno de uma FD, de diversos pequenos significados que constroem e consolidam *aquele sentido nuclear*” (BENETTI, 2007, p. 112, grifos da autora). A análise de discurso também observa o que é dito em relação ao que não é dito. “A lógica da AD nos diz que um sentido sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instalados ideologicamente a dizer uma coisa, e não outra” (BENETTI, 2007, p. 112). Assim, a análise de discurso sempre coloca em relação o que está sendo dito, por quem e em qual contexto, atentando para as outras possíveis formas de dizer.

Tendo em vista que o nosso problema de pesquisa é identificar os sentidos produzidos sobre o Brasil na revista *The Economist*, buscamos localizar no texto as sequências discursivas que integram os “sentidos nucleares” – aqueles principais reforçados pela revista. Após identificarmos esses sentidos, procuramos entendê-los a partir da sua relação com os fatores externos e anteriores ao texto os quais determinaram aquelas formações discursivas ali presentes, observando o que é dito e como é dito, sempre em relação ao contexto. Ao

analisarmos o discurso, também é preciso considerar o que não é dito, pois a ausência também é indicativa da ideologia presente no discurso, à medida que este poderia ser dito de uma forma, mas foi dito de outra. É importante frisar que essa pesquisa reconhece o jornalismo como espaço de interação entre sujeitos, incluindo-se as fontes jornalísticas. No entanto, observamos que a reportagem especial pouco utiliza fontes para justificar suas afirmações, colocando a própria revista como autoridade para tratar do assunto, como problematizaremos no decorrer da análise.

4.4 Produção de sentidos: *The Economist*

Para compreender os sentidos produzidos sobre o Brasil na *The Economist*, realizamos a análise a partir de quatro blocos temáticos: as questões socioeconômicas, os brasileiros, os políticos brasileiros e o sistema político brasileiro e, por fim, a Presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Essas categorias foram criadas a partir do entendimento de que são fundamentais na construção que a revista faz a da reportagem, embora o texto não faça essa separação. Em cada um desses blocos temáticos, são reiterados determinados sentidos, os quais são problematizados para que a análise conduza à compreensão do objetivo principal que é o de identificar os sentidos produzidos sobre o Brasil na revista *The Economist*. Ao apresentar os sentidos referentes aos quatro blocos temáticos, apresentamos algumas sequências discursivas, que funcionam como exemplos da reiteração daquele sentido e nas quais serão grifados em negrito as marcas que dão sentido àquela sequência. Foram mapeadas, ao total, 121 sequências discursivas. Dessas, 73 dizem respeito a questões socioeconômicas, 19 referem-se aos brasileiros, 17 aos políticos e 12 à Presidente Dilma e seu governo.

4.4.1 Brasil e questões socioeconômicas: estagnação e solução

A matéria publicada na *The Economist* também produz sentidos sobre o Brasil a partir de seus aspectos socioeconômicos. Sobretudo ajustes na economia são colocados como os principais fatores que podem alavancar a mudança e o progresso do País. O título da matéria *Has Brazil blown it?* – traduzido como “O Brasil estragou tudo?”, já sugere que o País não correspondeu ao que se esperava dele. Tal ideia é reforçada no subtítulo da matéria:

Tendo chegado tão perto de decolar, o Brasil **estagnou**. Helen Joyce explica o que o país **deve** fazer **para crescer novamente** (SD 1, 2013, p. 3).

A matéria parte de um pressuposto claro: o Brasil está estagnado, não cumpriu sua promessa de crescimento econômico. Esse sentido será ratificado ao longo de todo o discurso da revista.

Mas a economia brasileira **não cooperou**. Tendo crescido 7.5% em 2010, a maior taxa em 20 anos, caiu para 2.7% em 2011 e apenas 0.9% em 2012. Esse ano verá uma **recuperação morna** na melhor das hipóteses. A inflação permanece em torno de 6% (SD 5, 2013, p. 3).

Nos anos recentes, o Brasil tem sido visto como uma das **principais economias** dos mercados-emergentes que **ajudariam** a impulsionar o crescimento global nos próximos 50 anos. Mas muitos se perguntam agora se o país conseguiu nada mais do que um **voe de galinha, um breve voo**, um surto de crescimento insustentável, seguido por um rápido retorno à Terra (SD 6, 2013, p. 3) .

Enquanto o mercado brasileiro estava se expandindo vigorosamente, fazia sentido focar nele. Mas agora todas essas empresas enfrentam os mesmos desafios imediatos: uma **economia lenta, alta dívida do consumidor** e a **impossibilidade** de o Brasil repetir seu **truque da última década**: adquirir 35 milhões de novos consumidores, com o surgimento da nova classe média (SD 87, 2013, p. 14).

Ao colocar o Brasil como estagnado economicamente, a publicação sugere os motivos pelos quais o País estaria em tal situação. Entre eles, os problemas de infraestrutura relatados são tratados como entraves que devem ser resolvidos para ofertar melhores condições aos investidores e menos custos.

O número de carros em circulação mais do que dobrou em uma década, mas a maioria das **estradas permanece sem pavimentação** e apenas algumas novas foram construídas. O transporte público consiste principalmente em ônibus **abarroitados e velhos**. O tráfego aéreo mais do que dobrou nos últimos dez anos, mas os **aerportos mal foram tocados** (SD 12, 2013, p. 4).

Um **excesso de outros custos ajudam a aumentar os preços**. **Estradas precárias** e uma **limitada malha ferroviária** à altas taxas de frete. **Altas taxas de criminalidade** criaram um exército privado de 650.000 seguranças. Os **aluguéis de escritórios em grandes cidades são absurdos**, os no Rio são os mais caros da América do Sul e do Norte. **Baixas taxas de poupança, altas exigências dos bancos de reserva** e uma considerável necessidade de fundos do governo (SD 36, 2013, p.6).

Nenhuma parte dessa jornada faz sentido. O Brasil tem pouquíssimos silos de colheita, então os caminhões são utilizados para estocar assim como transportar, causando uma aglomeração nos portos após a colheita. O transporte pela estrada custa duas vezes mais do que por ferrovias e quatro vezes mais do que pelo mar (SD 55, 2013, p. 9).

Além da **falta de infraestrutura**, outros fatores são apontados como obstáculos para o desenvolvimento econômico: o sistema de pensão e de aposentadoria brasileiro, o alto custo

dos produtos e serviços, os altos impostos, o custo de mão-de-obra, a burocracia e a interferência estatal.

O **sistema de pensão e aposentadoria** é apresentado como sendo um dos maiores gastos, sendo necessário cortá-lo. De acordo com o argumento, o Brasil não aproveita o fato de ser um País populoso, pois grande parte dessa população depende de aposentadoria, não se aproveitando o que a revista chama de “bônus demográfico”.

O país também **estragou a chance** de ganhar dinheiro com seu **bônus demográfico**. Infelizmente muito desse bônus depende de um sistema de pensão generoso. Isso irá em breve colocar uma **pressão ainda maior sobre as finanças públicas**, quando um grande número de trabalhadores começarem a se aposentar (SD 21, 2013, p. 4).

Brasil, o “país do futuro”, **gasta demais em seu passado** (SD 70, 2013, p. 12).

O **crescimento fora de controle das despesas com pensões** no Brasil tem suas raízes no idealismo da geração que lutou contra o regime militar, diz Marcelo Caetano do IPEA. Ao invés de descobrir o que pode ser acessível, a geração tentou transformar os privilégios sociais dos poucos para os direitos de todos. (SD 72, 2013, p. 12).

Mas as **práticas mais prejudiciais** têm a ver com as pensões de novo. Professores se aposentam cinco anos mais cedo do que os outros trabalhadores, nos mesmos termos. **Essas aposentadorias precoces** tomam experientes profissionais da sala de aula cuja **perda mal pode ser sustentada**. (SD 78, 2013, p. 13).

Assim, é reiterada a visão de que um benefício conquistado pelo trabalhador trata-se de um malefício para as finanças públicas. A população como um “bônus demográfico” é analisada a partir de um ponto de vista que privilegia o equilíbrio das finanças públicas, a partir de uma avaliação de custo e benefício.

Outro fator apontado como um obstáculo ao crescimento econômico são os **altos valores cobrados pelos produtos e serviços brasileiros**. A reportagem exemplifica tal cenário ao colocar que uma pizza de queijo em São Paulo custa uma média de 30 dólares, e hotéis “ruins” no Rio de Janeiro chegam a diárias de 250 dólares. Ainda, lembra que eletrodomésticos e carros custam pelo menos 50% mais do que em outros países. Ao medir o quão caro é viver em cada país, por meio de um levantamento do valor do Big Mac no mundo todo, a *The Economist* também verifica que o preço do hambúrguer feito no Brasil é mais caro do que em países ricos como Noruega, Suécia e Suíça. Para a reportagem, os **altos impostos** são os grandes responsáveis pelo alto custo no Brasil, sendo, também, um grande empecilho ao crescimento econômico, juntamente com o **alto custo da mão-de-obra**.

As causas do problema dos custos no Brasil é a **abundância**. **Começando pelos impostos**. Correspondendo a 36% do PIB, o total da carga tributária é muito mais

pesado do que em outros países em desenvolvimento. As taxas na folha de pagamento, 58% do salário do empregado, são maiores do que em qualquer outra grande economia. O consumo também é **altamente taxado**, o que explica porque um carro feito no Brasil custa 45% menos no México do que no próprio Brasil. As altas tarifas deixam os **preços para importação ainda maior**. Um smartphone custa cerca de 50% mais do que nos Estados Unidos (SD 33, 2013, p. 5-6).

As **leis brasileiras e a burocracia** são outros fatores utilizados para justificar o não crescimento do País, sendo analisadas como obstáculo à medida que aumentam os custos e necessitam de tempo para serem cumpridas.

A **complexidade do código tributário** também aumenta os **custos de cumprimento da legislação fiscal** (custos de conformidade). Uma empresa de médio porte brasileira leva 2.600 horas para preparar a sua declaração de imposto anual, quase dez vezes do que a média global. **Rígidas leis de trabalho** tornam difícil de preparar e organizar os trabalhadores eficientemente e levaram, para casos de justiça, um custo de 3,2 milhões apenas no ano passado (SD 34, 2013, p. 6).

Rígidas leis de trabalho tornam difícil de preparar e organizar os trabalhadores eficientemente e levam para casos de justiça, um custo de 3,2 milhões apenas no ano passado (SD 35, 2013, p. 6).

O Código Florestal Brasileiro exige que algumas terras devem ser preservadas em cada fazenda no território nacional, **não interessa o quão distante da floresta tropical**. Conseguir com que a agência ambiental concorde na retirada das terras e conceder a licença para começar a compensação pode levar anos. **A burocracia mesquinha é também um problema** (SD 47, 2013, p. 8).

Um **difícil processo de licença ambiental** aumenta os custos e causa atrasos. Estudos caros são solicitados antes da construção de grandes projetos começarem, depois, durante vários estágios da construção, e no final (SD 58, 2013, p. 9).

Por fim, a revista compreende a **interferência do Estado** na economia como é um fator negativo o qual retarda o crescimento, uma vez que gera dívidas para o Estado e cerceia a liberdade de investimentos do setor privado. O sentido produzido indica que o Estado não é capaz de melhorar a infraestrutura como a iniciativa privada.

Mas desde que Lula chegou ao poder em 2003 **tem havido poucos leilões de infraestrutura** de qualquer tipo. Nos anos recentes, sob forte pressão dos portos públicos, os reguladores de portos pararam de garantir a operação de licenças para portos privados, exceto aqueles destinados principalmente para uso dos seus próprios donos. **Como resultado, durante a década em que o Brasil tornou-se um exportador poderoso de commodities, seus terminais de carga mal se expandiram** (SD 62, 2013, p. 10).

A dívida pública bruta do Brasil é quase 60% do PIB (ou cerca de 70%, por definição mais pessimistas do FMI), o que é muito para um país de renda média. **Se mesmo assim alguns dos ambiciosos planos de infraestrutura do governo continuarem, a dívida vai subir ainda mais** (SD 74, 2013, p. 12-13).

Apesar da situação de estagnação econômica, a *The Economist* afirma que é possível “voltar para os trilhos” e crescer novamente, mas desde que certas atitudes sejam tomadas. Nesse caso, é a matéria que indicará uma série de medidas para a questão, apresentando os motivos para a estagnação e mostrando as formas de sair dessa posição de paralisia.

Para atingir isso, o governo terá que retomar as reformas que **deixou durante os bons tempos: cortar benefícios de pensão, reduzir a burocracia, diminuir e simplificar os impostos e atualizar as leis trabalhistas**. Leilões de infraestrutura de sucesso, também, ajudariam a obter investimentos **de volta no trilho**, e **abandonar a retórica de anti-lucro melhoraria a confiança dos empresários**. Mas o problema mais urgente com o qual o Brasil precisa lidar é a **perda acentuada da competitividade** (SD 25, 2013, p. 4).

O relatório anual do Banco Mundial sobre negócios em vários países escreveu uma lista do que o Brasil deve fazer para aumentar a produtividade: **simplificar para as empresas start ups e wind up, cortar e flexibilizar os impostos, aumentar a poupança e investimentos domésticos**. Para mais pistas, o país deveria olhar para um dos poucos setores que a produtividade tem aumentado regularmente nos últimos anos: a agricultura (SD 44, 2013, p. 7).

Há um forte caráter pedagógico no sentido de indicar em que aspectos o Brasil progrediu nos últimos anos, mas, principalmente, no sentido de apontar as falhas. Nesse caso, as formas de “consertar” esses “erros” são propostas pela própria revista: reduzir impostos, diminuir a burocracia, flexibilizar as leis trabalhistas, cortar as aposentadorias, melhorar a infraestrutura do País para que os investidores possam investir.

Mas em 1990, o então presidente do Brasil, Fernando Collor, cortou as tarifas e desmantelou muitos controles de importação e exportação. Desde então, **a área total sob cultivo no Brasil aumentou 38 % e a produção mais do que triplicou** (SD 48, 2013, p. 8).

O porto público na capital da Bahia, Salvador, **é um exemplo resultante do dinheiro privado e administração**. Seus usuários o avaliavam como o pior porto, com uma profundidade muito rasa para navios grandes e um cais muito curto que até mesmo as menores embarcações tinham que descarregar um pouco de cada vez. Mas na última década seu operador, **Wilson Sons, gastou 260 milhões de reais para substituir equipamentos, aumentar o cais e aumentar a profundidade. A capacidade dobrou** (SD 60, 2013, p. 10).

Paranaguá está gastando 400 milhões de reais de seu próprio rendimento para substituir equipamentos desatualizados, mas **sem dinheiro privado não é possível expandir o suficiente para finalizar** as filas para atracar (SD 61, 2013, p. 10).

Ao apontar o governo como incapaz de gerenciar a economia, aponta-se, conseqüentemente, para a abertura de mercado, indicando a medida como positiva para o progresso econômico. De acordo com essa lógica, a ameaça da concorrência e a competitividade gerada pelo livre mercado é vista como impulsionadora dos investimentos.

Mas os agricultores do Brasil inovaram não só porque o governo ofereceu ajuda, mas porque **eles foram ameaçados com a concorrência**. Apoio à inovação ligada à proteção do mercado dificilmente funcionará da mesma forma (SD 52, 2013, p. 9).

Assim como o mercado deve ser aberto para investimento privado, o Estado também deve minimizar suas despesas, apontando-se como um dos principais “encargos” as pensões e aposentadorias.

Mais amplamente, o Brasil precisa **reformular suas despesas públicas, não aumentá-las** (SD 80, 2013, p. 13).

Só **uma reformulação radical da despesa pública, e em particular mais tarde aposentadorias e pensões, irá produzir a poupança necessária** (SD 115, 2013, p. 16).

Ao mesmo tempo em que reafirma uma ideia de estagnação e aponta para o que o Brasil deve fazer para aumentar sua produtividade, o discurso assinala o crescimento do País dos últimos anos, colocando-o como um lugar com abundância de fatores que possibilitam o crescimento – empresas, agricultura, grande população para ser mão-de-obra.

A **mudança** no cenário político veio após quase duas décadas de céus claros. Desde 1994, quando a superinflação foi controlada com a nova moeda, o real, governos sucessivos têm dado continuidade a **sólidas políticas econômicas** e adotado programas contra a pobreza. A economia **creceu** rápido e a **desigualdade diminuiu** (SD 4, 2013, p. 3).

Nos últimos 20 anos, um **mercado de trabalho melhor** e uma **rede de segurança social básica** reduziram a pobreza em dois terços. Na década passada, a renda dos 10% mais pobres praticamente dobrou em termos reais, enquanto a renda dos 10% mais ricos tem crescido menos do que 20%. O coeficiente Gini brasileiro, uma medida que expressa a desigualdade de renda, é o mais baixo em 50 anos (SD 8, 2013, p. 4).

Apesar de todas essas ressalvas, essa reportagem especial irá argumentar que, com vontade, há espaço para **continuar com os avanços sociais e econômicos das duas últimas décadas**. O agronegócio brasileiro tem obtido **grandes ganhos produtivos** e oferece **oportunidades** para **maior crescimento**. Empresas de consumo **inovadoras** estão atendendo a **nova classe média** e estão começando a se **expandir** no exterior (SD 23, 2013, p. 4)

Segundo a reportagem, existem empresas brasileiras que progrediram, cresceram com a ascensão da classe média. A Natura, O Boticário, Havaianas, Hering são apresentadas como casos de sucesso. O modelo de negócios da Natura, a qual vende seus produtos por meio de

vendedores autônomos, é tratado como um modelo de negócios que deu certo principalmente porque adotou medidas liberais.

Desde 1974, os produtos da Natura eram distribuídos por vendedores autônomos, um pouco como as senhoras Avon. A ideia era conhecer melhor suas clientes e fornecer um serviço pessoal, mas isso gerou efeitos colaterais muito felizes: **menos funcionários abrangidos por leis trabalhistas onerosas, menos necessidade de capital durante um período de hiperinflação, menos dependência de estradas horríveis. É focada no mercado médio, que se beneficiou perfeitamente com o surgimento de uma imensa nova classe média** (SD 84, 2013, p. 14).

Ao tratar sobre o Brasil, a *The Economist* reconhece que o País cresceu nos últimos anos, incluiu mais pessoas na classe média, diminuiu sua desigualdade, avançou no mercado de trabalho. No entanto, o Brasil é apresentado como estagnado economicamente. A partir de então, a revista adota um papel de explicar os empecilhos que impedem esse crescimento – impostos, burocracia, leis trabalhistas, pensões e aposentadorias – e mostra quais seriam as soluções para sair desse estado de paralisia.

4.4.2 Os brasileiros: indignação, ascensão e consumo

Enquanto os políticos e a presidente Dilma Rousseff são alvo de críticas contundentes da matéria publicada pela *The Economist*, os brasileiros são colocados como não mais tolerantes aos problemas do País, como falta de infraestrutura, baixa qualidade dos serviços públicos como o transporte, entre outros.

Os protestos também deram vazão à **fúria pública, previamente insuspeita**, pelo aumento da inflação, altos impostos, serviços públicos escassos e corrupção na política. Até o futebol, uma paixão brasileira, tornou-se um alvo da **ira dos protestos** (SD 2, 2013, p. 3).

Há um reconhecimento da melhoria das condições sociais e financeiras de muitos brasileiros, assim como da ascensão social de muitos, que agora pertencem à classe média. A reportagem cita que um mercado de trabalho melhor e uma rede de segurança social básica reduziram a pobreza em dois terços nos últimos 20 anos. Além disso, mais da metade da população de 200 milhões de brasileiros pertence à nova classe média baixa, vivendo em famílias com uma renda mensal por pessoa entre R\$ 291,00 e R\$ 1.019 (\$127-446). Assim, é indicado um progresso no País, especialmente por meio do aumento do poder aquisitivo de muitos brasileiros e da possibilidade de aquisição de bens materiais.

Dezenas de milhões de brasileiros vivem agora em mais casas de concreto equipadas com fogões, geladeiras e máquinas de lavar. Muitos têm carros. Filhos de **empregadas domésticas analfabetas** têm empregos na economia formal e estudam à noite para obter um diploma universitário (SD 9, 2013, p. 4).

Conforme indica o trecho acima, há uma diferenciação entre as condições da geração anterior da geração atual, neste caso expressa na figura da empregada doméstica analfabeta e seu filho, que já está na universidade. O discurso construído é permeado pela ideia de que os brasileiros ascenderam socialmente, e, por isso, estão mais inconformados com o que é oferecido pelo poder público, pois em melhores condições exigem serviços de melhor qualidade.

Quando a vida era uma batalha pela sobrevivência, **a economia e os trabalhos eram as principais preocupações.** Agora que **as pessoas estão com melhores condições,** o **estado periclitante** da infraestrutura e dos serviços públicos vem à tona (SD 13, 2013, p. 4).

É reconhecida a transformação social no Brasil, contudo não pelas políticas públicas de seus governantes.

Mesmo assim, três quartos dos ganhos de renda e três quintos da queda de desigualdade durante a década passada vêm de trabalho remunerado, e não de **esmolas do governo.** Isso criou um **eleitorado grande e crescente que quer melhores serviços públicos e infraestrutura.** Satisfazê-los exigirá algumas escolhas políticas difíceis (SD 106, 2013, p. 16).

Os brasileiros são apresentados como insatisfeitos não apenas com as condições de infraestrutura e serviços públicos, mas também com os políticos do Brasil, afinal estes são colocados como os responsáveis pelas falhas e pela falta de investimento em ações que efetivamente deem retorno à população. A Copa do Mundo é colocada como alvo de crítica dos brasileiros, uma vez que esta gera gastos ao governo.

Contribuintes do Brasil estão **indignados,** uma vez que 8 bilhões de reais estão sendo gastos em todos estes brilhantes estádios enquanto a infraestrutura do país, em geral, é tão **defasada** (SD 64, 2013, p. 11).

Essa **insatisfação** explodiu em protestos de junho. Muitos manifestantes carregavam cartazes de leitura: “Eles **não me representam**” (SD 102, 2013, p. 15).

As novas classes médias estão **cada vez com mais voz,** e suas demandas estão sendo apoiadas por empresas em setores como agronegócio e produtos de consumo que floresceram sem muita atenção do governo. O Sr. Maluf e sua turma não são nada se não sobreviventes: se o **eleitorado quer uma legislação melhor,** eles podem apenas tentar fornecê-la (SD 119, 2013, p. 16).

Os brasileiros também são apresentados como cada vez mais pertencentes à lógica do consumo. Com melhores condições, gastam mais, especialmente no exterior onde o custo dos produtos é inferior se comparado ao Brasil. Conforme indica, os turistas brasileiros gastaram 22.2 bilhões de dólares no exterior somente em 2012.

Os **brasileiros respondem** à imensa diferença de preço ao realizarem **compras compulsivas** no exterior (SD 38, 2013, p. 6).

Outro aspecto atribuído aos brasileiros é a preocupação com a aparência. Neste caso, a matéria também faz uma distinção de gênero ao indicar que as mulheres brasileiras gastam mais do que as mulheres britânicas. O consumo é novamente utilizado para justificar tal característica.

"Cafuné (S): um carinho ou coceira no cabelo de um ente querido". O fato de os brasileiros terem cunhado uma palavra tão específica **atesta seu calor físico, sensação de toque e obsessão com o cabelo** (SD 82, 2013, p. 14).

O Brasil, apesar de ser apenas a sétima maior economia do mundo, é o seu segundo maior mercado para produtos capilares. A quantidade que as **mulheres brasileiras gastam com embelezamento** vem crescendo fortemente há anos, e agora corresponde à mesma média de despesa por pessoa das mulheres britânicas, embora a renda seja muito mais baixa (SD 83, 2013, p. 14).

Pesquisadores de mercado dizem que, embora apenas alguns consumidores de fora saibam muito sobre o país, eles têm uma impressão positiva do país e acham que **os brasileiros são lindos** (SD 89, 2013, p. 15).

Ao descrever e analisar a situação atual do Brasil e indicar que o País precisa de mudanças - na sua infraestrutura, no modo de governar, nas suas políticas - a matéria também coloca que os brasileiros terão de fazer escolhas. Neste caso, tais escolhas partem de uma suposição da própria revista: de que há relação entre as leis restritivas, burocracia e atraso com o alto custo e baixa qualidade de infraestrutura e de serviços. Ao final, a reportagem oferece apenas duas opções aos brasileiros, indicando que sem cortes de gastos não haverá melhoria na infraestrutura e nos serviços públicos.

Além disso, muitos brasileiros ainda têm de fazer a ligação entre as leis restritivas de trabalho e a burocracia paralisante de um lado, e do alto custo e baixa qualidade da infraestrutura e bens produzidos localmente de outro (SD 117, 2013, p. 16).

Mas para os brasileiros, a escolha é entre dois **males atuais**: aceitar cortes nos benefícios generosos demais ou continuar com uma infraestrutura terrível e serviços públicos terríveis. Isso pode **torná-los mais abertos** para a reforma (SD 118, 2013, p. 16).

Enfim, os brasileiros são representados como inconformados com a situação atual do Brasil no que tange às condições de infraestrutura e serviços públicos principalmente. Tal insatisfação é justificada, sobretudo, pela ascensão social dos brasileiros e maior nível de educação. Principalmente o aumento do poder de compra, um critério econômico, é utilizado para justificar essa inconformidade e até indignação. Renda melhor também indica que, cada vez mais, os brasileiros entram para o grupo de consumidores, realizando compras no exterior, gastando em produtos de beleza. À população em análise também é atribuído o papel de fazer escolhas, no caso colocado, optar por cortes de benefícios ou continuar com a infraestrutura “terrível”.

4.4.3 Os políticos brasileiros e o sistema político: corrupção e impunidade

Os políticos brasileiros são referenciados em diversos momentos da matéria como incapazes de compreender e corresponder aos anseios e necessidades dos eleitores. É importante observar que a matéria utiliza o termo “muitos políticos” ou “políticos” criticando, portanto, de maneira generalizada todos que atuam no campo.

Muitos políticos brasileiros parecem acreditar que os protestos foram simples **dores de crescimento, mas eles estão indevidamente complacentes** (SD 16, 2013, p. 4).

Os então políticos são apresentados como apáticos aos interesses da população, dando a entender que deveriam, mas não trabalham para melhores condições da população. A ideia de que com uma nova classe média surgem novos anseios por políticos capazes de atender as demandas é constantemente reforçada.

Eles deveriam ter se dado conta de que a **nova classe média brasileira** gostaria de serviços públicos decentes, viagens sem engarrafamentos épicos e **políticos eleitos que estivessem visivelmente trabalhando para esses fins** (SD 17, 2013, p. 4).

Os políticos brasileiros **foram avisados** de que os jovens adultos de hoje, com mais educação do que a geração anterior, estão menos dispostos a aceitar a **corrupção e políticos corrompidos** e estão insistindo mais para obter serviços públicos decentes em retorno aos altos impostos que eles pagam. (SD 24, 2013, p. 4)

Ao falar sobre a copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, a matéria traz uma fala da chefe da Empresa Municipal das Olimpíadas, Maria Silvia Bastos Marques, a qual afirmou que as Olimpíadas deram ao Rio um novo foco e determinação. Após tal consideração, os

governantes da cidade do Rio de Janeiro são, genericamente, colocados como responsáveis por uma suposta “bagunça” na cidade.

Depois que o governo federal mudou-se para Brasília em 1960, os **incompetentes e às vezes corruptos governos locais** deixaram a cidade maravilhosa a **maltrapilhos** (SD 69, 2013, p. 11).

Um dos fortes sentidos produzidos pela reportagem sobre os políticos brasileiros é que, apesar de corruptos, não são condenados. O fato de os políticos serem acusados de corrupção é contrastado com o fato de estes mesmos políticos terem obtido um amplo número de votos nas eleições, podendo-se, portanto, compreender que ser corrupto no Brasil não é empecilho para ser eleito.

O Sr. Maluf é **apenas um dos muitos políticos brasileiros com nomes sujos**: um terço dos congressistas enfrentam acusações criminais, a maioria de **compra de votos, corrupção ou fraude. Muitos deles foram bem nas eleições** (SD 92, 2013, p. 15).

Ao sistema político brasileiro também é atribuída a característica de falho em dois sentidos: no sistema de votação e na incapacidade de condenar políticos acusados de corrupção.

Mas, mesmo quando os brasileiros tentam escolher sabiamente, eles podem ser **frustrados pelo seu sistema de votação**. Os membros da Câmara dos Deputados são eleitos por um enorme grupo de eleitores em todo o estado (SD 93, 2013, p. 15).

Não importa o que um político brasileiro faz, uma vez que ele está dentro, **torna-se muito difícil de chutá-lo para fora**. Alegações de corrupção **raramente são devidamente investigadas**, muito menos levadas ao tribunal. Os titulares de altos cargos não podem ser julgados por tribunais de primeira instância; congressistas pode ser julgados apenas pelo Supremo Tribunal Federal. E mesmo que um caso venha à corte, o sistema jurídico do Brasil oferece **quase infinitas oportunidades para mudar o jogo** (SD 96, 2013, p. 15).

Os brasileiros também **“dão de cara”** com representantes que nem sequer votaram. Quando um político renuncia durante seu mandato, ele é substituído por outro de sua escolha, ao invés de por meio de uma eleição (SD 94, 2013, p. 15).

Os partidos denominam de “voto-puxadores”, importantes figuras que **arrastam políticos desconhecidos ou corruptos para o escritório com eles**. Em 2010, Tiririca, um palhaço bem conhecido com um programa de televisão, obteve 1,3 milhões de votos no estado de São Paulo, o suficiente para levá-lo ao Congresso com mais três outros membros do seu partido (SD 95, 2013, p. 15)

A matéria apresenta a Lei da Ficha Limpa, que prevê a inelegibilidade de candidatos e que estes tenham seu mandato cassado, é considerada como uma medida capaz de melhorar a situação, sem, contudo, acabar com a corrupção no Brasil ou tornar o sistema de julgamento

mais rígido. A ideia de que os políticos não são investigados e condenados é novamente reforçada.

Isso deve melhorar as coisas **um pouco**, mostrando os **corruptos conhecidos** e dando a candidatos com ficha limpa uma razão para ficarem desse jeito. Mas isso **não aumenta a probabilidade de investigação da corrupção**, nem aumenta as sanções penais (SD 97, 2013, p. 15).

No discurso, é apresentada uma oposição e disputa constante entre os interesses dos brasileiros e os interesses dos políticos, colocados como antagônicos. Permeia uma ideia de contrariedade: políticos desinteressados contra uma população cheia de anseios; riqueza em oposição à pobreza; corrupção versus desejo de uma política “limpa”.

Brasília, a capital construída em planícies centrais então desertas do Brasil na década de 1950, está afastada de muitos lugares e **é muito mais rica do que a maior parte do resto do país**, com uma renda per capita 2,2 vezes maior que a média nacional. O Congresso em Foco, uma revista e cão de guarda, calcula que os salários e **regalias** dos 513 membros da Câmara dos Deputados vai somar quase 1 bilhão de reais neste ano. Isso inclui um **salário de 365 mil reais, subsídios para alimentação, habitação, voos e gasolina, e 25 assessores de sua escolha cada** (SD 98, 2013, p. 15).

Até agora, os políticos **nem sequer tentaram** fazer caso para o eleitorado. Também não estão propensos a contorná-lo em breve: com as eleições chegando no próximo ano, eles provavelmente vão iniciar outra **farra de gastos** (SD 113, 2013, p. 16).

A matéria indica uma possibilidade de mudança, no entanto não uma mudança oriunda do bom senso dos políticos, mas do clamor popular, que não poderá ser ignorado a longo prazo pelos políticos, embora estes tentem resistir.

E a maioria dos políticos **resistem** a mudar o sistema que fez eles chegarem onde estão (SD 104, 2013, p. 16).

A longo prazo, no entanto, os protestos têm mostrado que **os políticos não podem esquivar-se de escolhas difíceis eternamente** (SD 116, 2013, p. 16).

Os sentidos produzidos sobre os políticos indicam que o grupo é incapaz de corresponder aos anseios da população, a qual cada vez mais exige qualidade de serviços, melhor infraestrutura e condições de vida. Além disso, a corrupção é apontada como uma constância na política brasileira, e a sua presença é justificada principalmente pela falta de um sistema capaz de julgar e condenar os seus responsáveis. A matéria também tensiona a relação entre os políticos e a população brasileira, de maneira que os primeiros são colocados como um grupo à parte do conjunto de brasileiros, com interesses próprios e condições de vida particulares.

4.4.4 Presidente Dilma Rousseff: intervencionismo e falta de apoio

A Presidente do Brasil Dilma Rousseff é apresentada pela revista *The Economist* como um governo incapaz de atender as demandas crescentes por serviços públicos de qualidade, como transporte e educação.

O governo tem feito **tentativas**, mas tem **falhado** amplamente ao responder a crescente demanda por serviços públicos (SD 14, 2013, p. 4).

Mas, principalmente, a revista critica o seu modo de governar, colocando a Presidente como responsável por um intervencionismo desnecessário, responsável por emperrar o progresso do País. Para superar questões de infraestrutura, a *The Economist* apoia todas as iniciativas da Presidente direcionadas ao liberalismo, ainda que contrárias à própria vontade do governo. Dilma é apontada como uma governante que centraliza as decisões de forma negativa, pois é seu intervencionismo que “obstrui” o desenvolvimento do Brasil.

Dilma Rousseff, a presidente, **aparenta pelo menos** ter aceitado que o Brasil precisará do envolvimento do setor privado para ter as estradas, ferrovias, portos e aeroportos que precisa, mas **sua mudança de ideia ocorreu tarde e de má vontade** (SD 15, 2013, p. 4).

A senhora Rousseff tem intimado homens de negócio para investir mais, ignorando o fato de que é principalmente **a obstrução e a mão pesada do governo que os seguram** (SD 20, 2013, p. 4).

Um possível abalo à popularidade de Dilma é apontado em decorrência dos protestos ocorridos em 2013. A revista analisa que o nome da Presidente parecia uma aposta certa antes das manifestações e lembra que, em março de 2013, 65% da população aprovava seu governo. No entanto, sugere que sua popularidade não se manteve constante.

a **queda** de Rousseff após os protestos tem sido **surpreendente** (SD 26, 2013, p. 5).

As curvas das pesquisas sugerem que o apoio à Dilma **carecia de raízes profundas** (SD 27, 2013, p. 5).

Além disso, as qualidades como política da Presidente também são colocadas em questão. Dilma é apresentada como escolha de Lula, sem empatia com o povo. Até mesmo o ex-presidente Lula é apontado como um nome de maior prestígio para uma possível reeleição.

Impulsionada para a presidência por Lula, seu mentor, **a burocrata durona nunca** formou uma conexão pessoal com o eleitorado (SD 28, 2013, p. 5).

Nem a lealdade do seu próprio partido é garantida. O partido a aceitou porque **ela foi a escolha de Lula** – e porque todos os candidatos óbvios foram atingidos por escândalos. **Muitos no partido gostariam de ver Lula retornar.** Ele provavelmente iria obter mais votos que Rousseff (SD 31, 2013, p. 5).

Vinculada a sua falta de empatia com o povo, está a falta de apoio e liderança em relação aos partidos da coalizão. A negociação entre partidos para obtenção de apoio também é criticada.

A maioria dos partidos da sua **desajeitada coalizão** apenas querem permanecer no poder. Desde que assumiu o cargo, ela tem **liderado eles de maneira errada**, expondo uma **mistura de arrogância, inexperiência e talvez uma incompreensível repugnância pelas nojentas barganhas** necessárias para governar o Brasil. Se sua candidatura parece **afundando**, seus aliados pularão do barco sem hesitação (SD 30, 2013, p. 5).

A relação entre os poderes executivos e legislativos é abertamente **mercenária**, com a presidente negociando nomeações políticas e projetos para obter apoio de sua enorme coalizão, **ideologicamente incoerente**. Os Ministérios também são usados como moeda (SD 100, 2013, p. 15).

O governo de Dilma também é intimamente relacionado ao baixo crescimento do PIB, se comparado principalmente aos anos anteriores do governo Lula, no qual a economia foi impulsionada pelo *boom* das commodities.

Desde que Rousseff tomou posse, o crescimento evolui **pouco** acima de 2,5 % ao ano (SD 112, 203, p. 16).

A revista *The Economist*, apesar de reconhecer que o Brasil superou uma série de problemas socioeconômicos, reduzindo o analfabetismo e incluindo mais pessoas na classe média, não dá o crédito de tais melhorias à presidente Dilma Rousseff. Seu governo é criticado, direta e indiretamente. O baixo crescimento do PIB em 2012, próximo a 0.9 %, problemas de infraestrutura e baixa produtividade do País são colocados como resultado da proposta de governo de Dilma e de sua atitude centralizadora. Sua atuação como política é colocada em questão, à medida que é, abertamente, apresentada como incapaz de lidar com os partidos da coalizão política.

4.5 A produção de sentidos sobre o Brasil na revista *The Economist*

Observamos, assim, que a *The Economist* constrói sentidos de um Brasil estagnado economicamente, demonstrando esse fato pela redução do crescimento do PIB, que em 2011

havia sido de 2,7% e em 2012 reduziu para 0,9%. O Brasil é apresentado como uma promessa que não deu certo, que conseguiu crescer até determinado ponto, mas estabilizou. Como diz a revista, não conseguiu nada mais que um “voo de galinha” – um rápido surto de crescimento seguido de um retorno à terra.

Já o povo brasileiro é representado como inconformado com as situações recorrentes no País, como os problemas de infraestrutura no transporte e os políticos “corruptos”, que não representam seus interesses, não se importam com suas demandas. A consciência do povo brasileiro é, para a revista, sobretudo oriunda da ascensão financeira, principalmente da nova classe média, que agora vive em casas de concreto, vai à universidade, consome e ambiciona um Brasil com melhor infraestrutura e menos corrupção.

Os sentidos produzidos sobre a Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, indicam, por sua vez, que as ações intervencionistas da representante são consideradas negativas para o crescimento do Brasil. A legitimidade do governo de Dilma é também questionada, à medida que ela é apresentada sem apoio dos políticos dos outros partidos e de sua própria coalizão, sendo que o fato de ter chegado ao poder é atrelada à influência de Lula para influenciar votos.

Uma vez que este trabalho propôs utilizar a análise do discurso, mais importante do que descrever o que é dito é analisar a forma como o discurso é dito. A revista trabalha, constantemente, com a ideia de apresentar os empecilhos ao crescimento e como solucionar tais empecilhos, mostrar as falhas e a solução, indicando o que é certo e errado. Neste caso, fica claro quais são, para a publicação, os obstáculos ao crescimento: falta de infraestrutura, sistema de pensão e aposentadoria, altos custos dos produtos e serviços, leis brasileiras e burocracia, interferência do Estado - e neste caso da Presidente - corrupção, entre outros.

Por outro lado, a *The Economist* assume o papel de propor as soluções para tais empecilhos ao crescimento: investimento de infraestrutura, inclusive com a realização de leilões públicos para empresas privadas, aumento da idade para se aposentar, flexibilização das leis e redução de impostos que encarecem os produtos. Enfim, abrir o mercado e reduzir a interferência do Estado são as soluções apresentadas. O setor público também é retratado no discurso como ineficiente, incapaz de resolver os problemas de infraestrutura, enquanto ao setor privado é atrelado um sentido de efetividade, competência.

Percebemos, assim, que os blocos discursivos expostos demonstram que a revista reitera uma formação discursiva hegemônica liberal, posto que os sentidos construídos apontam para preceitos defendidos pelo liberalismo: flexibilização das leis, livre mercado, não interferência estatal. Conforme já colocado, a *The Economist* diz ser uma publicação

defensora do liberalismo, não sendo sua posição uma descoberta. Mas é interessante perceber que existem regras de formação desse discurso e, como demonstra o conceito de formação discursiva, o que pode e deve ser dito em determinado contexto, em oposição ao que não pode e não deve ser dito, tem relação com uma formação ideológica (PÊCHEUX, 2009). Podemos observar que, por ter o liberalismo como um dos seus preceitos, a revista constrói um discurso que atribui sentidos e adjetivos negativos às ações que não correspondem às diretrizes liberais. Assim, as pensões são “prejudiciais”, os impostos são “pesados”, as leis são “complexas”, a burocracia é “mesquinha”, o intervencionismo de Dilma “obstrui”. São sentidos negativos produzidos com base em uma visão de mundo. Ou seja, essa formação discursiva liberal reflete as diferenças ideológicas e a forma como as posições dos sujeitos e seus lugares sociais estão representados na *The Economist*.

Perceber o discurso da revista em relação ao seu contexto de produção, ao sujeito que produz e ao que se refere é fundamental para entender a sua construção discursiva. O jornalismo é um dos atores sociais que participa da construção da realidade, que impõe ordem aos objetos à medida que realiza sua narrativa, na qual estarão embutidos os valores sociais e culturais. Cabe observar que a construção de discurso realizada pela *The Economist* parte de um contexto singular. É uma revista, declaradamente liberal, relatando os motivos pelos quais o Brasil estaria estagnado. Uma publicação que nasceu com o propósito de defender o liberalismo, sendo, portanto, a questão “o Brasil estragou tudo?” analisada a partir dessa perspectiva econômica. O título da matéria também deixa subentendido que o País é responsável pela sua própria condição socioeconômica de estagnação.

Na sua construção, a revista escolhe. Neste caso em específico, opta mostrar o lado da queda do crescimento no PIB e a falta de infraestrutura, justificadas pelas ações internas de governos, pelas políticas de Estados, que, na sua visão, são ineficientes. O que não é dito pela publicação pode nos ajudar a pensar nas suas escolhas pois os silenciamentos também fazem parte do discurso e são essenciais para a formação dos sentidos (ORLANDI, 2007). A revista, por exemplo, não coloca que o Brasil está entre as sete maiores economias do mundo. Também não estabelece relação entre os políticos “corruptos” brasileiros com a formação histórica do Brasil.

A *The Economist*, ao propor uma análise da realidade de outro país (como faz com frequência), também exerce o papel de especialista. Trata-se de uma publicação britânica preocupada em relatar, para o mundo, a situação em que vive o Brasil. O caráter de autoridade que assume é ainda mais saliente, uma vez que pouco cita fontes especialistas para justificar o que está sendo dito. No caso, o próprio discurso jornalístico afirma o que está obstruindo o

crescimento do Brasil e o que deve ser feito diante da situação. A revista se coloca como referência no assunto, exercendo o seu poder simbólico de produzir e reproduzir sentidos sobre uma realidade. Também atua como instrumento disciplinante, educativo, à medida que ela indica “as normas de boa conduta”, a partir de um discurso afirmativo/assertivo.

Ao colocar-se como especialista no assunto, a publicação também exerce a sua legitimidade como enunciadora de verdades sobre o mundo. Mas é importante lembrar que o jornalismo constrói a realidade em diálogo constante com os outros atores sociais. O jornalismo é um produto social e, como tal, demonstra as disputas por modos de representar na sociedade. Mais ainda, é capaz de consolidar discursos hegemônicos, como o discurso liberal, e tomá-los como consensuais, como o modo “verdadeiro” e “correto” de perceber as questões econômicas.

O discurso da revista também pode ser compreendido a partir do público para o qual ela escreve. O fato de colocar-se como lida por grandes líderes políticos e de negócios indica que a publicação assume, para si, o papel de meio jornalístico de tal grupo. O jornalismo de revista tem essa característica de segmentação, de direcionar o seu discurso a um determinado grupo e de criar identificação com os indivíduos que acredita ser seu público. Sendo assim, é possível questionar se o seu posicionamento não teria relação com sua preocupação de agradar esse leitor “imaginado”, trazendo informações relevantes para esse determinado grupo.

Enfim, entendemos que na produção de sentidos sobre o Brasil na *The Economist* estão envolvidos inúmeros fatores. O jornalismo é resultado de um processo de interação social, envolvendo a organização, os jornalistas, o contexto sócio-histórico, a rotina de produção, etc. No caso da revista, fica nítida a relação entre o seu discurso com o discurso liberal, conforme demonstram as sequências discursivas.

Partindo de preceitos liberais, a revista constrói sentidos sobre um Brasil incapaz de gerir soluções para os seus problemas internos. A população é mostrada como ambicionando melhorias que não são atendidas pelos políticos. As ações de Dilma são apresentadas como não eficazes para reduzir custos e aumentar a produtividade do País. É a *The Economist*, no entanto, que se coloca como dispositivo de autoridade apta a apresentar as soluções para os problemas brasileiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o propósito de identificar os sentidos produzidos sobre o Brasil na reportagem *Has Brazil blown it?*, publicada na revista *The Economist* no dia 28 de setembro de 2013. Observamos que o Brasil é mostrado como um País estagnado, sendo utilizados principalmente critérios econômicos para justificar essa situação. Ao mesmo tempo, o Brasil é representado a partir de uma população que ambiciona mudanças, mas encontra dificuldades em obtê-las, principalmente porque os políticos não se importam com essa população. As escolhas políticas da Presidente, Dilma Rousseff, também são utilizadas para justificar esse estado de paralisia do País. A análise indica que a revista reitera uma formação discursiva hegemônica liberal, o que está relacionado com a ideologia liberal, se entendermos que um discurso é resultado de regras de formação que o assujeitam para que seja dito dessa e não de determinada maneira em um contexto específico (PÊCHEUX, 2009).

Para desenvolver a análise, este trabalho entendeu o jornalismo a partir do construcionismo. Retomamos as teorias sociais da construção da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2000) e das representações sociais (MOSCOVICI, 2003), posto que colaboram no entendimento de que valores, conceitos e representações são construídos e reafirmados socialmente. O jornalismo, ao noticiar as situações, constrói a realidade em diálogo permanente com outros agentes sociais, não sendo o único ator social que realiza essa função (MEDITSCH, 2005). Além disso, reconhecemos que o jornalismo é um campo reconhecido socialmente por informar sobre diferentes temáticas, assumindo o papel de traduzir assuntos às vezes desconhecidos para a população (MIGUEL, 1999). O jornalismo atua como sistema perito, sendo nele depositada a crença em sua competência como especialista em assuntos.

Por tratar-se de uma análise do objeto “revista”, este trabalho também buscou entender suas peculiaridades. Diferentemente dos jornais, a revista costuma ser segmentada por público, por interesse, privilegia temas de maior duração, estabelecendo o que julgar contemporâneo e adequado (BENETTI, 2013). Também buscamos compreender os princípios do jornalismo econômico. Neste aspecto, as contribuições de Kucinski (2000) foram fundamentais, posto que o autor entende que há uma relação estreita entre padrões ideológicos dominantes e os padrões ideológicos do jornalismo.

A revista *The Economist* declara-se liberal, e, por isso, também buscamos entender os princípios fundamentais do liberalismo econômico. Vimos que privatizar empresas estatais, flexibilizar as leis, reduzir os encargos sociais e diminuir a interferências do Estado integram

a doutrina liberal (MORAES, 2001). Na visão dos liberais econômicos, como Stewart (1995), a liberdade estimula a competitividade e, conseqüentemente, sobreviverão aqueles que conseguirem produzir algo melhor e mais barato, atendendo melhor o consumidor.

Também entendemos o jornalismo como uma forma de poder simbólico, que se vincula a interesses de outros atores sociais. O jornalismo impõe uma ordem ao tempo, ao espaço, institui uma ordem à realidade, dando sentido a ela (BOURDIEU, 2010). Além disso, reconhecemos a capacidade de o campo atuar como forma de disciplina e de controle (GOMES, M., 2009), exercendo um caráter pedagógico de indicar o que é certo e errado e apontar os temas que devemos privilegiar.

Por fim, este trabalho adotou como metodologia a análise de discurso (ORLANDI, 2003; BENETTI, 2007), pois compreendemos que essa metodologia é capaz de revelar os valores constituintes do discurso, observando a relação entre língua e ideologia. Por meio de tal análise, foi possível verificar que a publicação reitera, na sua construção narrativa, princípios liberais. Ao observar a realidade brasileira, a revista se coloca como perita no assunto, à medida que aponta quais as medidas que o Brasil deve tomar a fim de aumentar a sua produtividade e solucionar os seus “problemas”. O discurso jornalístico da *The Economist* poucas vezes recorre à autoridade de fontes oficiais para justificar o que está sendo “aconselhado”. É a revista que afirma, diretamente, ser necessário reduzir impostos, cortar gastos, flexibilizar as leis, etc.

O entendimento de que o jornalismo é uma construção social da realidade foi fundamental para a realização desta análise, bem como o reconhecimento de que o produto jornalístico é resultado da interação entre uma série de fatores – contexto sócio-histórico, cultura organizacional da empresa, rotina jornalística – e entre diversos atores sociais. Assim, colocamos que a reportagem é uma construção resultante de um determinado contexto ao mesmo tempo em que constrói a realidade brasileira partindo, principalmente, de uma visão liberal. O poder simbólico do jornalismo e a sua capacidade em atuar socialmente também foi discutido, sendo possível verificar que a revista utiliza fortemente de sua posição de legitimidade para tratar do assunto.

Reconhecemos que a reportagem em análise é apenas uma pequena amostra diante de toda a produção que é realizada pela *The Economist* sobre o Brasil. Contudo, esta foi considerada de grande importância, na medida em que obteve um grande espaço na publicação e repercutiu internacionalmente. Além disso, a autora do trabalho observou a publicação por um período de 10 meses, de março a dezembro de 2013, constatando que a

escolha é representativa dos sentidos construídos pela revista sobre o Brasil durante este período. Até a finalização deste estudo, foi a matéria mais recente que obteve maior destaque.

Ao longo do trabalho, também nos deparamos com o desafio de falar sobre um meio jornalístico internacional. Há diversos estudos em relação à história do jornalismo econômico no Brasil, por exemplo, enquanto encontramos escassos estudos que tratem sobre o nosso objeto ou sobre uma teoria geral do jornalismo econômico. A Tese de Puliti (2009), intitulada *A Financeirização do Noticiário Econômico no Brasil: (1989-2002)*, aproxima-se da nossa pesquisa ao indicar que temas e fontes defensoras do neoliberalismo dominam em grande parte dos jornais brasileiros. A defesa das privatizações, desregulamentação, reformas são assuntos que, segundo a autora, aparecem no noticiário como os mais importantes e fundamentais na agenda econômica nacional. Ainda assim, a pesquisa tem como foco o jornalismo brasileiro. Por isso, acreditou ser de fundamental importância falar sobre o tema, uma vez que a *The Economist* trata sobre o Brasil com certa frequência. Como verificado, apenas entre março e dezembro de 2013, em um acumulado de 43 edições, foram 57 inserções sobre o País, entre as quais a reportagem analisada obteve maior destaque.

Acredito que este trabalho obteve êxito na compreensão dos sentidos produzidos sobre o Brasil pela reportagem especial e no entendimento sobre de que forma esses sentidos vão ao encontro do discurso liberal da publicação. Entretanto, reconhecemos que esta pesquisa não esgota as inúmeras possibilidades de análise, as quais poderiam incluir um estudo semiótico sobre a capa da revista ou análise de imagens que aparecem na publicação, uma comparação entre as reportagens especiais, publicadas em 2009 e 2013, uma análise específica em relação à forma como a revista utiliza as fontes em seu discurso, entre outras. Uma outra possível análise poderia tratar sobre com que frequência e como os conteúdos sobre o Brasil publicados na *The Economist* repercutem nos veículos jornalísticos brasileiros, uma vez que, de fato, as notícias sobre o Brasil na revista são reproduzidas em grandes meios de comunicação, como O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, entre outros. O entendimento sobre os sentidos construídos sobre o Brasil por veículos internacionais é de fundamental importância, afinal o jornalismo é um dos meios de construção e reiteração de valores, colaborando, de alguma forma, para a construção da imagem do Brasil fora do País.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel. *A Construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). *Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- BASILE, Sidnei. *Elementos do Jornalismo Econômico: A sociedade bem informada é uma sociedade melhor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- BENETTI, Marcia. *Análise de discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BENETTI, Marcia. *O jornalismo como acontecimento*. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia P. S. (Orgs.). *Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010.
- BENETTI, Marcia. *Revista e jornalismo: conceitos e particularidades*. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges (Orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. *Mito, registro e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.
- BORÓN, Atilio. *A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal*. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). *Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BREED, Warren. *Controlo social na redacção: uma análise funcional*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.
- BUITONI, Dulcília. *Revista e segmentação: dividir para reunir*. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges (Orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- CALDAS, Suely. *Jornalismo Econômico*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CARINHATO, Pedro. *Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas Últimas Décadas do século XX no Brasil*. Aurora. São Paulo, vol. 2, n. 1, p. 37-46, dez. 2008.
- CASTELLS, Manuel. *Communication power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- CASTRO, Alexandre. *Teorias do Jornalismo, Universidade e Profissionalização: Desenvolvimento Internacional e Impasses Brasileiros*. In: ENCONTRO DOS GRUPOS DE

PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 12., 2012, Fortaleza. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/castro-alexandre-2013-teorias-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2014.

ERBOLATO, Mário L. *Jornalismo Especializado: emissão de textos no jornalismo impresso*. São Paulo: Atlas, 1981.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A fabricação do presente*. Aragão: UFS, 2005. p. 164-173.
GOMES, Mayra Rodrigues. Jornalismo: poder disciplinar. *Revista Kairós*, São Paulo, Caderno Temático 6, dez. 2009.

GOMES, Greice. *A cultura no jornalismo econômico: análise do suplemento Eu&Fim de Semana do jornal Valor Econômico*. 2013. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v.1, n. 1, p. 102-116, 2004.

GUIMARÃES, Samuel. *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

JOYCE, Helen. Special Report Brazil. *The Economist*, Nova Iorque, 28 set., v. 408, n. 8855, p. 1-16, 28 set. 2013.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. Tradução Wladir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo Econômico*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado, Presente e Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LUNARDI, Paulo. *Jornalismo como fonte de aprendizagem em ciências econômicas : um estudo sobre a transmissão de informações e apropriação de conhecimentos através da mídia impressa no Rio Grande do Sul*. 2010. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MANKIW, Gregory N.. *Introdução à Economia*. Tradução Allan Hastings. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

MAURO DEL, Karen. *A produção de sentidos sobre a nova classe média brasileira no Globo Repórter: poupar, sonhar e vencer*. 2012. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

- MCCOMBS, Maxwell. *A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública*. Tradução Jacques Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MEDITSCH, Eduardo. *Jornalismo e construção social do acontecimento*. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia P.S. (Orgs.). *Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010.
- MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 11 (1): 197-208, maio 1999.
- MIRA, Maria C.. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.
- MISES, Ludwig von. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- MORAES, Reginaldo C. *Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa*. Primeira Versão, Campinas, n. 73, p. 1-30, 1998.
- MORAES, Reginaldo C. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?*. São Paulo: Senac, 2001.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. 4.ed.
- PENA, Felipe. *Teorias do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PROCÓPIO, Pedro. *O Fim da Era Lula e a Candidatura Rousseff: Elementos de Análise de discurso do Jornal Britânico The Economist*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 35., 2012, Fortaleza. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-1963-1.pdf>>. Acesso em: 12 jun 2014.
- PULITI, Paula. *A Financeirização do Noticiário Econômico no Brasil: (1989-2002)*. 2009. 314 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- RODRIGUES, Adriano. *O Acontecimento*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “Estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 27-32.
- ROSSETI, José P. *Introdução à Economia*. 20. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SADER, Emir. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de Revista*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2. v.

STEINBERGER, Margarethe Born. *Discursos geopolíticos na mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: Educ, 2005.

STEWART, Donald. *O que é o liberalismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

TAVARES, Michele. *Lula e Obama em fragmentos biográficos temporalizados: a vitória presidencial sob o olhar de Veja e The Economist*. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. 10., 2012, Curitiba. Disponível em <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/10encontro/michele_da_silva_tavares_michele_da_silva_tavares.pdf>. Acesso em: 12 jun 2014.

TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges. *Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos*. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges (Orgs). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

TRAQUINA, Nelson. *As notícias*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1993. p. 167-176.

_____. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. *Teorias do jornalismo: volume II*. Florianópolis: Insular, 2008.

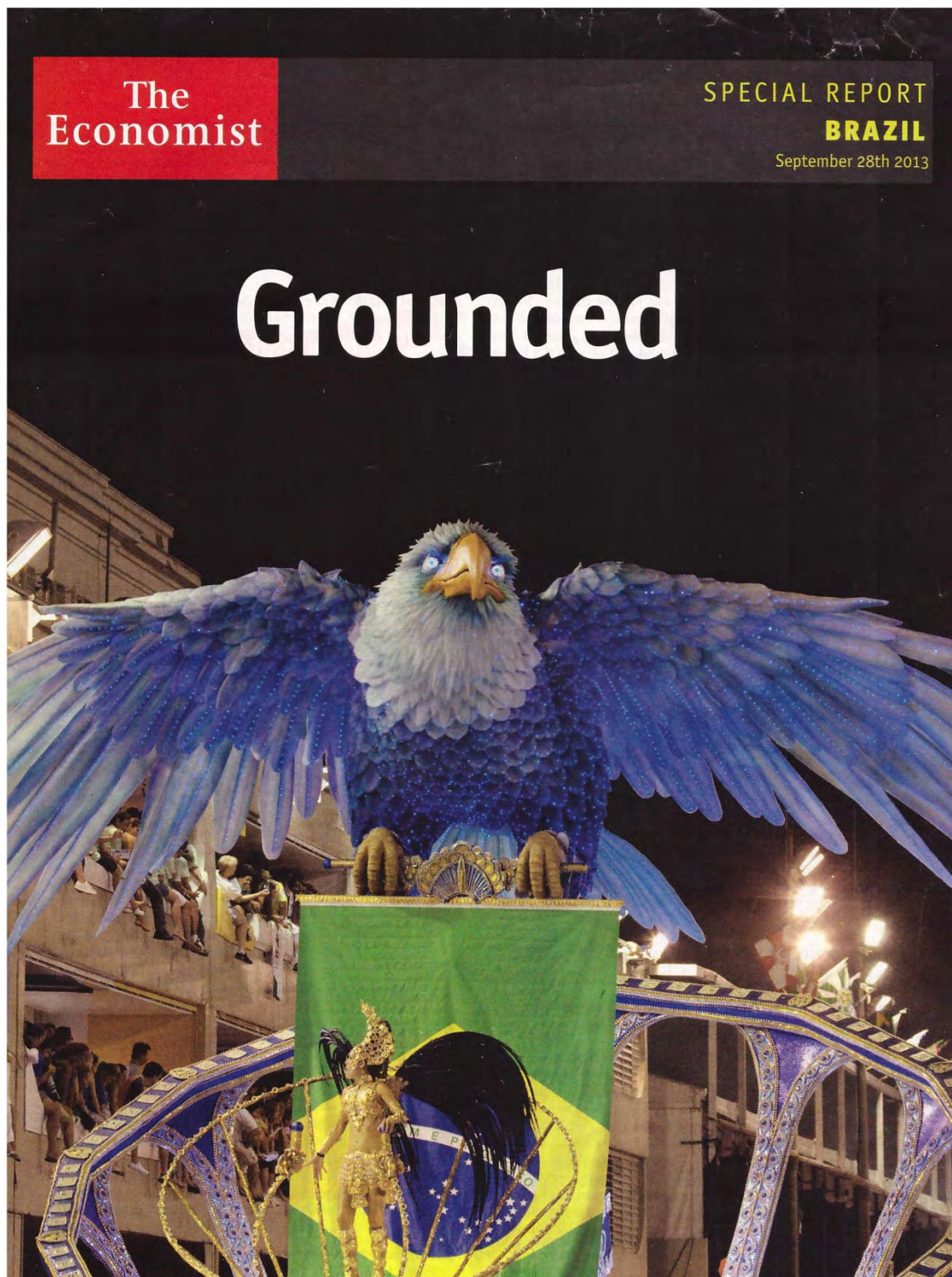
TUCHMAN, Gaye. *A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “Estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-88.

VOGEL, Daisi. *Revista e contemporaneidade: imagens, montagens e suas anacronias*. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges (Orgs). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 6. ed. Lisboa: Presença, 2001.

ANEXO A

Reportagem especial *Has Brazil blown it?*, publicada na revista *The Economist*





Grounded

Having come tantalisingly close to taking off, Brazil has stalled. Helen Joyce explains what it must do to get airborne again

IN JUNE THIS year Brazil was struck by an outbreak of mass protests as sudden as a tropical storm. Brutal policing of demonstrations against a rise in bus fares elicited a wave of solidarity and brought more than a million marchers to the streets on subsequent nights. It also gave vent to previously unsuspected public fury over rising inflation, high taxes, poor public services and political corruption. Even football, a Brazilian passion, became a target of the protesters' ire. Many carried placards contrasting their government's lavish spending on stadiums for next year's World Cup with the dire state of the rest of the country's infrastructure.

The change in political weather came after almost two decades of brightening skies. Since 1994, when hyperinflation was tamed with a new currency, the real, successive governments have pursued generally sound economic policies and adopted anti-poverty programmes. The economy grew rapidly and inequality declined. The global commodity boom helped by sucking in Brazilian iron ore and agricultural produce, and in 2007 Brazil struck vast deposits of deep-sea oil. Being chosen to host both the 2014 World Cup and the 2016 Olympics seemed due recognition that its days as a chronic underachiever were behind it.

But Brazil's economy did not play ball. Having grown by 7.5% in 2010, the fastest rate for a quarter-century, it slowed to 2.7% in 2011 and a mere 0.9% in 2012. This year will see a tepid recovery at best. Inflation is sticking at around 6%. Pessimists recall that the one period of impressive growth within living memory, in the 1970s, ended in chaos and hyperinflation. In recent years Brazil has been seen as one of the leading emerging-market economies that would help drive global growth in the next half-century. But many now wonder whether it has managed nothing more than a *vôo de galinha* (chicken flight), a brief, unsustainable growth spurt followed by a rapid return to earth.

During Brazil's "economic miracle" of the 1970s it was the rich who captured most of the gains. At the time Edmar Bacha, an economist, invented a new label for it, "Belindia"—a combination of a small, rich coun-

CONTENTS

- 5 Politics**
A rough ride for Rousseff
- 5 The economy**
The price is wrong
- 7 Agriculture v industry**
Leave well alone
- 9 Infrastructure**
The road to hell
- 11 Stadiums**
Money no object
- 12 Pensions and education**
Land of the setting sun
- 14 Consumer goods**
Looks good
- 15 Reform**
Reality dawns

A list of sources is at Economist.com/specialreports

An audio interview with the author is at Economist.com/audiovideo/specialreports

ACKNOWLEDGMENTS

Of the many people who helped with the preparation of this report, particular thanks are due to Alberto Almeida, Welber Barral, David Beker, Silvio Costa, Matthias Dietrich, David Fleischer, João Gilberto Cominese Freire, Eduardo Giannetti, Ilan Goldfajn, Joseph Harper, Ricardo Hausmann, George Lei, Marcos Lisboa, Victor de Martino, Sílvia Matos, Marcus André Melo, Naercio Menezes Filho, Greg Michener, João Augusto Castro de Neves, Ana O'Sullivan, Liam O'Sullivan, Carlos Pereira, Samuel Pessoa, Loy Pires, Paulo de Rezende, Fernanda Salem, José Scheinkman, Marcos Trojão and Raul Velloso.

SPECIAL REPORT

BRAZIL

try, like Belgium, and a large, poor one, like India. Public education, health care and roads were provided for the Belgian part. Those living in India did without and expected nothing better.

Brazil is still one of the world's most unequal countries. Its murder rate rivals Mexico's. Public health care is a lottery. Fewer than half its pupils leave school fully literate. But it is no longer Belindia. In the past quarter-century a better labour market and a basic social safety net have cut poverty by two-thirds. In the past decade the income of the poorest 10% of Brazilians has almost doubled in real terms, whereas that of the richest 10% has grown by less than a fifth. Brazil's Gini coefficient, a measure that expresses income inequality, is at a 50-year low. But "there is a sense in which Brazil is still Belindia," says Marcelo Neri, the president of IPEA, a government-funded think-tank: "A rich country that's growing like Belgium—that is, slowly—and a poor one that's growing fast, like India."

More than half Brazil's population of 200m now belongs to a new lower-middle class, living in households with a monthly income per person between 291 and 1,019 reals (\$127-446). Most of these gains in income have come from earnings, though government transfers have made an important contribution, especially in the poor north-east. Tens of millions of Brazilians now live in more solid houses equipped with cookers, fridges and washing machines. Many own cars. Children of illiterate domestic servants have jobs in the formal economy and study for degrees at night.

But when the new middle classes step outside their doors, traces of 1970s Belindia are still all around. The number of cars in circulation has more than doubled in a decade, but most roads are still unpaved and few new ones have been built. Public transport consists mainly of packed, decrepit buses. Air traffic has

also more than doubled in the past ten years, but airports have barely been touched. Children attend school in two, sometimes three shifts a day. Two-fifths of Brazilians are not covered by local primary health care. When life was a struggle for survival, the economy and jobs were the main concerns. Now that people are a little better off, the parlous state of infrastructure and public services is at the front of their minds.

The government has tried but largely failed to respond to growing demand for public goods. Many of the big infrastructure projects included in its Growth Acceleration Programme announced in 2007 are running years behind schedule and way above budget. Dilma Rousseff, the president, appears at last to have accepted that Brazil will need private-sector involvement to get the roads, railways, ports and airports it needs, but her conversion has been late and grudging. Concessions to run three airports were auctioned at the beginning of 2012, but auctions for more airports, as well as ports, roads and railways, were delayed while the government quibbled over the terms.

The dangers of complacency

Many Brazilian politicians seem to believe that the protests were simply growing pains, but they are being unduly complacent. They should have realised that the new middle classes would want decent public services, commutes without epic traffic jams and elected representatives who were visibly working towards these ends. Several parties have proposed electoral reforms to make politicians more responsive to voters, but they all want different things, so reaching consensus will be difficult.

A less favourable economic climate is now making it even harder to meet the voters' increasingly vocal demands. The slowdown in growth has caused a downturn in investment, which last year was just 18.4% of GDP, not enough to lead a recovery or to build the infrastructure Brazil needs. Ms Rousseff has been hectoring businessmen to invest more, ignoring the fact that it is mainly government obstructionism and heavy-handedness that hold them back. And commodity prices seem unlikely to bail out Brazil's economy with another growth spurt.

The country has also blown its chance to cash in on its demographic bonus. Its birth rate has declined steeply over the past few decades but it still has a young population, with many people currently of working age, and a relatively small number of dependants at either end of the age scale. Unfortunately most of this bonus is going on a crazily generous pension system. That will soon put an even bigger strain on public finances as large numbers of workers start to retire.

Despite all these caveats, this special report will argue that, given the will, there is scope for the social and economic advances of the past two decades to continue. Brazil's agribusiness has made huge productivity gains and offers opportunities for further growth. Innovative consumer firms are catering to the new middle classes and are starting to expand abroad. Brazil's politicians have been put on notice that today's young adults, better educated than the previous generation, will be less willing to accept corrupt, venal politics and more insistent on getting decent public services in return for the high taxes they pay.

The way to fund such services is not to increase public spending, which at 38.5% of GDP is already far higher than in comparable countries, but to get growth going again. To achieve that, the government will have to resume the reforms it dropped during the good times: trimming pension benefits, cutting red tape, lowering and simplifying taxes and updating labour laws. Successful infrastructure auctions, too, would help get investment back on track, and abandoning anti-profit rhetoric would improve business sentiment. But the most urgent problem that Brazil needs to tackle is a sharp loss of competitiveness. ■

A roller-coaster decade





A rough ride for Rousseff

But much could still change in the year to the next election

BEFORE THE PROTESTS in June Dilma Rousseff of the Workers' Party (PT) seemed a shoo-in for a second presidential term after the elections in October 2014. Back in March this year 65% of voters approved of her government, a better mid-term showing than for either Fernando Henrique Cardoso, the architect of the inflation-busting Real Plan in the 1990s, or Luiz Inácio Lula da Silva, the former trade-unionist who succeeded him as president. But Ms Rousseff's post-protest fall has been equally striking. By June her government's approval rating had fallen to 30%, though it rebounded to 38% in September.

The sagging polls suggest that Ms Rousseff's support lacked deep roots. Propelled into the presidency by Lula, her mentor, the dour former bureaucrat has never formed a personal connection with the electorate. But mid-term unpopularity need not mean disaster at the polls. Lula's own support suffered a big blow in 2005 after revelations that his party had been buying votes in Congress. Once the ugly stories dried up, he bounced back and was re-elected the following year.

Ms Rousseff's biggest advantage is a weak and splintered opposition. Aécio Neves, the preferred candidate of many in Mr Cardoso's Party of Brazilian Social

Democracy (PSDB), can point to two successful terms as governor of Minas Gerais, the country's second most populous state, but the current anti-politics mood has not helped his standing. José Serra, also of the PSDB, who lost against Lula in 2002 and Ms Rousseff in 2010, wants to challenge Mr Neves for the party's nomination. He is unlikely to succeed, but the attempt may weaken Mr Neves. Eduardo Campos, the business-friendly governor of the north-eastern state of Pernambuco, looks increasingly likely to run, but his chances are hard to gauge since he is not well known in other regions; and some in his party, which currently supports Ms Rousseff, would prefer not to gamble on a rupture.

The fourth of the possible challengers is the only one who seems capable of responding to the mood of the streets, but she is not ready to seize the moment. Marina Silva, who resigned as Lula's environment minister in 2008 and left the PT over the issue of dam-building in the Amazon, garnered nearly 20% of the vote as the Green Party's presidential candidate in 2010. The child of poor rubber-tappers who learnt to read only as a teenager and put herself through university by working as a maid, she is admired like few other politicians. Her sincerity appeals to an elector-

ate that is sick of politics as usual. The latest polls give her 22%. If she did that well in the election, she would force Ms Rousseff to a run-off. But without backing from a big, established party, she will find it hard to get airtime on television and to run an effective campaign.

More worrying for Ms Rousseff than the opposition is friendly fire. Most of the parties in her unwieldy coalition just want to stay in power. Since taking office she has managed them badly, displaying a mixture of arrogance, inexperience and a perhaps understandable distaste for the unsavoury bargains required to govern Brazil. If her candidacy looks like sinking, those allies will jump ship without hesitation.

Nor is her own party's loyalty guaranteed. It accepted her because she was Lula's choice—and because all the obvious candidates were struck by scandal. Many in the party would like to see Lula return. He would probably garner more votes than Ms Rousseff. But since stepping down he has said many times that he does not want to run again. Only a total collapse in Ms Rousseff's popularity would change his mind. That still looks unlikely—but it is no longer unimaginable.

The economy

The price is wrong

Why Brazil offers appalling value for money

FROM \$30 CHEESE pizzas in São Paulo to \$250-a-night windowless, smelly hotel rooms in Rio, the lasting memory from a visit to Brazil in recent years has been shock at how expensive it is. When Lula came to office in 2003 a dollar bought 3.5 reais; by mid-2011 it bought just 1.53 reais, barely a third of the 2003 figure in real terms, because inflation in Brazil during the period was much higher than in the United States. Since then the exchange rate has fallen to 2.3 reais to the dollar, but that has undone little more than half the past decade's gains. In any case, the causes of Brazil's competitiveness problem go far deeper than the exchange rate. The strong real actually helped keep prices down by making imports cheaper. It did, however, give foreign visitors a chance to experience something the locals know so well that they have a name for it: the *custo Brasil* (Brazil cost).

Compared with other middle-income countries, Brazil is

astonishingly poor value for money. Large domestic appliances and cars cost at least 50% more than in most other countries. For everyday items such as toothbrushes and children's toys the difference is often a lot more. Among the 48 countries tracked by the Big Mac index, *The Economist's* lighthearted currency-comparison tool, a burger in Brazil costs more than in only a handful that are much richer (Norway, Sweden, Switzerland) and one that is dysfunctional (Venezuela). Burgers should be cheaper in poorer places because wages are lower: in Brazil, less than a quarter of European or North American levels. Allowing for that, a Brazilian Big Mac costs an indigestible 72% more than it should do, and the real remains one of the world's more overvalued currencies.

The IMF's broader cost-of-living figures show that Brazil's high prices are no mere quirk of burgeronomics. In most less well-off countries people find their money goes further than market rates would suggest because non-tradable goods are cheaper. Averaged across all goods and services, a Mexican's spending power, for example, is 45% higher at home than if he bought dollars and shopped across the border. But a Brazilian can buy little more at home than he can in the United States.

The causes of Brazil's cost problem are legion. Start with taxes. At 36% of GDP, the total tax burden is far heavier than in other developing countries. Payroll taxes, at 58% of salary, are higher than in any other big economy. Consumption, too, is heavily taxed, which explains why a Brazilian-made car costs up

SPECIAL REPORT

BRAZIL

The Brazil price

Cost of doing business 2012	Brazil	Average	
		Other Latin America	OECD
Procedures to start a business, number	13	9	5
Time to start a business, days	119	51	12
Time to pay taxes, hours per year	2,600	308	186
Cost to export, \$ per container	2,215	1,197	1,029
import, \$ per container	2,275	1,545	1,089
Time to resolve insolvency, years	4.0	3.1	1.7

Sources: World Bank; *The Economist*

to 45% less in Mexico than it does in Brazil itself. High tariffs push up the price of imports even more. A smartphone costs about 50% more than in the United States. Most cars imported from outside the Mercosur trade block and Mexico attract not only a 35% tariff but an extra 30% on top of the normal sales tax.

The complexity of the tax code also raises compliance costs. A mid-sized Brazilian firm takes 2,600 hours to prepare its annual tax return, almost ten times the global average. Rigid labour laws make it hard to deploy workers efficiently and lead to costly court cases, 3.2m last year alone. Many businesses prefer to hide in the informal sector. A 2006 McKinsey report estimated that by remaining in the shadows a retailer could more than triple its profit margin, but at the cost of forgoing investment and economies of scale. A simplified regime for small firms introduced since then has persuaded many to register, but the resulting efficiency gains are limited by a new problem: too many "Peter Pan" firms unwilling to grow up and lose their privileges.

A plethora of other costs help drive up prices. Poor roads and a limited rail network make for high freight charges. High crime rates have bred a private army of 650,000 security guards. Prime office rents in big cities are vertiginous; Rio's are the highest in the Americas, north or south. A low savings rate, high bank-reserve requirements and the government's considerable funding needs (it runs a budget deficit each year, despite that 36% tax burden) make credit expensive. FIESP, São Paulo's association of industrialists, says firms' financing costs make up 5% of the end price of manufactured goods.



Retailers manage to keep selling by accepting payment in instalments. The hyperinflationary years taught Brazilian consumers not to worry about the total cost, just whether they can afford the monthly payments. But the effect is to push up the sticker price, since the cost of waiting for full payment and the risk of default has to be built in. Corners are also being cut on quality. In Mexico the bottom-of-the-range VW Gol, made in Brazil, is a 1.6-litre, four-door affair with air-conditioning. In Brazil it has a 1-litre engine and two doors, with air-conditioning extra.

Shopping around

Brazilians respond to whopping price differences by going on foreign shopping sprees. Brazilian tourists spent \$22.2 billion abroad last year, a record, and seem set to go even higher this year. Direct Luxury Group, a consultancy, estimates that four-fifths of Brazilians' spending on upmarket goods takes place abroad. Miami has been getting so many Brazilian shoppers in recent years that many stores there have hired Portuguese-speaking staff. TAM, a Brazilian airline, says it takes on extra fuel on the return leg of that route to allow for excess baggage.

The story of the *custo Brasil* is decades old. Now soaring pay is adding a new chapter to it. Since 2003 the country's unit labour costs have doubled, compared with inflation at 67%. In dollar terms they have trebled, thanks to currency appreciation. One reason is the scarcity of well-educated workers. Manpower Group, an employment agency, says Brazil is the world's second-hardest place for firms to find the skills they need, behind only ageing Japan. At the top end, headhunters say multinationals often have to pay their Brazilian executives more than their bosses in London or New York earn. But the main reason is a decade of big increases in the minimum wage, which sets a trend for all pay negotiations. At the start of 2003 it was 200 reais a month; now it is 678 reais, almost twice as much in real terms (see chart 2, next page). The government is committed to above-inflation increases until 2015.

Raising the minimum wage had its merits at first, says Gray Newman of Morgan Stanley. In the years before Lula took office its value had eroded, creating room to shift profits from capital to labour. High interest rates kept inflation in check, and the weak currency ensured that exports remained competitive even if prices did rise a bit. Higher incomes, helped by somewhat more accessible consumer credit, boosted consumption, creating more jobs in a virtuous cycle.

Large domestic appliances and cars cost at least 50% more than in most other countries

But the policy has now pushed costs beyond what either the foreign or the domestic market is willing to bear. Household consumption, one of the economy's few bright spots in the past two years, has levelled off. Consumers are overstretched, with 21.5% of household income going to service debts. Despite some of the world's highest tariffs, imports are taking a bigger share of the manufactured products Brazilians buy. Exports of manufactured goods are slipping. After several years of price rises close to 10%, demand for services is losing steam. "After a long boom driven by credit and consumption, Brazil has ended up looking in some ways like southern Europe," says Tony Volpon of Nomura Securities, a broker. Only the rising value of its commodity exports saved it from ballooning current-account deficits. ▶

Less minimalMonthly minimum wage
January 2002=100Sources: Brazil Labour Ministry;
Thomson Reuters

In the short term a weaker currency will help, as long as tight fiscal and monetary policy prevent it from fuelling inflation. The real is now 11% lower than at the start of this year, having touched 20% in August, though after taking inflation into account it is still well above its long-run average. A cheaper real will make Brazilians poorer by lowering their wages in foreign-currency terms and do nothing to get to the roots of the *custo Brasil*. But it will protect jobs by making exports cheaper and imports pricier, and by reducing

the price of services compared with tradable goods.

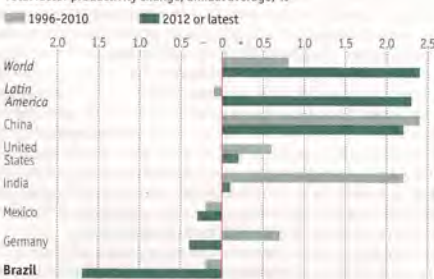
In the longer term Brazil needs to boost its productivity. A recent study by the Boston Consulting Group estimated that three-quarters of Brazil's growth in the past decade has come from adding more workers and only a quarter from productivity gains. Since there is little room for the workforce to grow further, that needs to change. Other developing countries, and plenty of rich ones too, are doing far better. Regis Bonelli and Julia Fontes of the Fundação Getulio Vargas, a university, calculate that in 2000 Brazil achieved 19% of United States productivity levels, but by 2012 this had dropped to 18%. Over the same period the Chinese figure leapt from 6% of that in the United States to 17%.

A closer look at the productivity figures points to some explanations. In the past two decades "total factor" productivity—the part left over after accounting for growth in inputs such as labour, education and physical capital—has fallen in Brazil but grown in most other countries: in China by 2.8% annually, in India by 2.3%. That suggests Brazil missed out on gains other countries saw from investments in both human and physical capital, or that other improvements that generally come with such investments somehow failed to materialise.

The World Bank's annual report on doing business in various countries reads like a productivity to-do list for Brazil: make it simpler to start up and wind up companies; cut and streamline taxes; increase domestic savings and investment. For more hints, the country might turn to one of the few sectors where productivity has grown steadily in recent years: agriculture. ■

Poor show

Total factor productivity change, annual average, %

Sources: The Conference Board; *The Economist***Agriculture v industry****Leave well alone**

Brazil's agriculture has benefited from government neglect. Its car industry has had too much attention

IN 1984 WALTER HORITA, the youngest of three sons of a Japanese immigrant who farmed 500 hectares (1,240 acres) in the southern state of Paraná, headed north in search of land. Mato Grosso do Sul and Mato Grosso, colonised by *gaúchos* from southern states in the previous two decades, were too expensive for him. Eventually he settled on western Bahia (see map in next article), where he bought 1,210 hectares, paying four sacks of soybeans per hectare. "There was nothing," he says. "No roads, no schools, no health care, no electricity, no water supply, no phone." He got digging. By 1999 the farm was so successful that his brothers in Paraná sold up and joined him. Today the Horita brothers own 150,000 hectares in western Bahia, growing mostly soya, cotton and corn.

The story of how Brazil's vast central and north-eastern crop belt was won starts in 1973, when Brazil's military regime decided to centralise agronomy research and set up the Brazilian agricultural research corporation, Embrapa. It sent 1,200 bright young scientists abroad to study. When they returned and were set to work, they achieved something of a miracle: they made the *cerrado* bloom. Until then, Brazil's savannah with its acid, nutrient-poor soil had been thought impossible to cultivate. It turned out that deep tilling, huge quantities of lime and fertiliser and fast-growing crops bred to suit the local conditions could coax a rich harvest from it.

Go north, young man

The new crops and techniques were adopted by *gaúcho* sons lured to the *cerrado* by the promise of virgin lands. They pushed northwards through Brazil's central states, eventually arriving in the region now nicknamed MaPiToBa: the cultivable parts of Maranhão, Piauí, Tocantins and Bahia. Not only vast farms but prosperous new towns sprang up as a result. When Mr Horita arrived in western Bahia, Luís Eduardo Magalhães (known as LEM) was just a petrol station. In 2000, when it had 18,000 residents, it split away from Barreiras, the region's only sizeable municipality at the time. LEM now has a population of 70,000 and is one of Brazil's fastest-growing towns. The mayor says his biggest problem is finding 2,000 new school places each year. The John Deere concession run from LEM by Chico Oliveira, another *gaúcho* pioneer, is one of the American farm-equipment maker's biggest worldwide.

Around 40% of the 6.6m hectares planted with grains and oilseeds in MaPiToBa is in western Bahia. Much of it is producing soya and either cotton or corn, planted and harvested in the same year. Where rain is too sparse, millet replaces the cotton or corn. Marcos Jank of Agroconsult, a Brazilian consultancy, reckons that another 20m hectares in Brazil could be transformed in the same way without further advances in crops and technology. A further 6m hectares currently under pasture could be turned over to high-productivity crop farming.

The transformation of the *cerrado* is often dismissed as Brazil's belated discovery of a competitive advantage. That leaves out a lot, and not just Embrapa's role and the courage of the *gaúcho* pioneers. Farming in the tropics is in many ways more diffi-

SPECIAL REPORT
BRAZIL

► cult than in a temperate climate. Without cold winters, pests and crop diseases are harder to control. Intensive soil preparation and large amounts of lime and fertiliser require scale and capital. According to Rodrigo Rodrigues of Agrifirma, a company that buys and farms virgin *cerrado*, preparing land for its first crop—deep-tilling, root-picking, liming and so on—means passing over it 15 times, which costs as much as the land itself. The 1,300 members of AIBA, Bahia's farmers' association, on average farm 1,269 hectares each. The average American farm is 170 hectares.

Other obstacles in the way of Brazil's frontier farmers include murky land titles. Bahia is better in this respect than other bits of MaPiToBa, and an electronic rural-land register will eventually bring a big improvement, but for now every purchase requires expensive due diligence. Brazil's Forest Code requires some land to be set aside on every farm nationwide, no matter how far from the rainforest. Getting the environment agency to agree on set-aside and grant a licence to start clearing can take years. Petty bureaucracy is a problem too. After buying a farm in western Bahia in 2009, Agrifirma built a 23km power line at a cost of 460,000 reais to connect it to the national grid. The power line has been finished since March, but the company is still waiting for permission to hook it up.

Survival of the fittest

On the wall of the Horita brothers' office in Barreiras hangs the framed root of a drought-resistant cotton plant. It is 3.4m long, a reminder of the power of natural selection in a harsh environment. Julio Busato, AIBA's president, says such forces have shaped the region too. One reason its farms are so big is that only the best made the grade, and they bought out the losers. "You don't hear those stories so often," he says, "but lots of people came and lost everything, and now they're, say, driving a truck."

It was the opening up of Brazil's economy that enabled Embrapa's tropical-farming technology to be taken up so widely, says José Garcia Gasques of the agriculture ministry. Until a couple of decades ago farmers were being supported by means of minimum prices, government-purchase schemes and trade controls, and agricultural output was growing only because extra land was being added. But in 1990 Brazil's then president, Fernando Collor, slashed tariffs and dismantled many import and export controls. Since then the total area under crop cultivation in Brazil has increased by 38% and production has more than tripled. Total factor productivity has been growing by 4.6% a year. "In these new areas [such as MaPiToBa] they rarely even mention the government," says Mr Gasques. "There's no culture of subsidies; it was broken 20 years ago."

In the past decade, propelled by the commodity boom, Bra-



Cottoning on to more productive farming

zil has become one of the world's largest agricultural producers. It is among the top three for nearly all of the 15 most widely traded crops. And since it uses less of what it grows than other big producers, it makes the biggest contribution of any country to feeding hungry mouths elsewhere.

Even as Brazil's economy was opening up in the 1990s, industrial sectors with powerful lobbies in Brasilia managed to hang on to some of their privileges, a legacy of the generals' infatuation with government-driven industrialisation. The result is an anomaly: a big agricultural producer that protects its farmers less than its manufacturers. A recent study by the International Chamber of Commerce, a business lobby group, ranked Brazil as the most protectionist of the world's 20 biggest economies. But according to figures from the OECD, a rich-country club, agriculture is largely left to fend for itself. State support accounts for just 5.7% of farm income in Brazil, compared with 12% in America, 26% across the OECD and 29% in the European Union.

Brazilian carmakers are particularly cosseted. The government first offered infant-industry support for foreign car firms prepared to open local factories in 1952. From 1974 to 1990 car imports were banned almost completely, and subsequently they were subjected to high tariffs which still persist. Brazil went from having no car industry at all to making 3.3m vehicles a year. Yet not even high tariffs could save carmakers when the currency strengthened. In 2005 imports made up just 5% of sales; by 2011 their share had leapt to 22%. The government responded by setting quotas on car imports from Mexico, with which Brazil supposedly has a free-trade agreement for cars, and to add an extra 30% to the sales tax on cars made anywhere other than Mexico and Brazil's partners in the Mercosur free-trade block. That provoked complaints to the World Trade Organisation.

The government's latest wheeze is to offer tax breaks for local research and development, which came into force in January. Carmakers who sign up to the programme do not have to pay the ►►

More fruitful



R



SPECIAL REPORT
BRAZIL

Infrastructure

The road to hell

Getting Brazil moving again will need lots of private investment and know-how

BRINGING CROPS FROM one of the futuristic new farms in Brazil's central and northern plains to foreign markets means taking a journey back in time. Loaded onto lorries, most are driven almost 2,000km south on narrow, potholed roads to the ports of Santos and Paranaguá (see map, next page). In the 19th and early 20th centuries they were used to bring in immigrants and ship out the coffee grown in the fertile states of São Paulo and Paraná, but now they are overwhelmed. Thanks to a record harvest this year, Brazil became the world's largest soya producer, overtaking the United States. The queue of lorries waiting to enter Santos sometimes stretched to 40km.

No part of that journey makes sense. Brazil has too few crop silos, so lorries are used for storage as well as transport, causing a crush at ports after harvest. Produce from so far north should probably not be travelling to southern ports at all. Freight by road costs twice as much as by rail and four times as much as by water. Brazilian farmers pay 25% or more of the value of their soya to bring it to port; their competitors in Iowa just 9%. The bottleneck at ports pushes costs higher still. It also puts off customers. In March Sunrise Group, China's biggest soya trader, cancelled an order for 2m tonnes of Brazilian soya after repeated delays.

Where do we start?

All of Brazil's infrastructure is decrepit. The World Economic Forum ranks it at 114th out of 148 countries. After a spate of railway-building at the turn of the 20th century, and road- and dam-building 50 years later, little was added or even maintained. In the 1980s infrastructure was a casualty of slowing growth and spiralling inflation. Unable to find jobs, engineers emigrated or retrained. Government stopped planning for the long term. According to Contas Abertas, a public-spending watchdog, only a fifth of federal money budgeted for urban transport in the past decade was actually spent.

Just 1.5% of Brazil's GDP goes on infrastructure investment from all sources, both public and private. The long-run global average is 3.8%. The McKinsey Global Institute estimates the total value of Brazil's infrastructure at 16% of GDP (see chart 5). Other

big economies average 71%. To catch up, Brazil would have to triple its annual infrastructure spending for the next 20 years.

Moreover, it may be getting poor value from what little it does invest because so much goes on the wrong things. A cumbersome environmental-licensing process pushes up costs and causes delays. Expensive studies are required before construction on big projects can start and then again at various stages along the way and at the end. Farmers and manufacturers spend heavily on lorries be- ▶▶

▶ extra 30% sales tax. The stated aim is to make cars produced at home more competitive by stimulating innovation. In practice, manufacturers without a local presence will face higher taxes if they import more than a few thousand cars a year. Several, including BMW and China's JAC Motors, have decided that building factories in Brazil is a price worth paying for access to the world's fourth-largest car market.

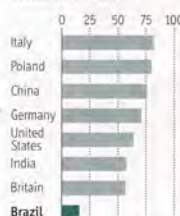
The new policy may indeed increase local production, says Maurício Canêdo Pinheiro, an economist at the Fundação Getúlio Vargas. And government support can stimulate innovation, as Embrapa has shown. But Brazil's farmers innovated not only because the government offered help but because they were threatened with competition. Support for innovation tied to market protection is unlikely to work the same magic. Besides, in the 1970s and 1980s Brazilian farms were small and undercapitalised, Mr Pinheiro points out, whereas "global car firms are big enough to innovate without government help."

Unlike their counterparts in the United States and the European Union, farmers are now Brazil's most ardent proponents of free trade. They want an EU-Mercosur deal, which has been mooted for years and is becoming urgent for Brazil, since from next year it will be rich enough to lose its trade preferences. Bahian farmers want to cattle-ranch on *cerrado* that has too little rain for crop-farming, but for that to be profitable they need new markets. "We'd love to sell to Europe," says Mr Busato. "Their meat is so expensive."

Kátia Abreu, the president of Brazil's main farmers' union, says Brazil needs to rethink its entire attitude to trade. "There's no sense in trying to protect your market the old-fashioned way," she says. "A piece of every supply chain, that's what we should be looking for." A cattle-rancher, she turns to a homely analogy: salting and sun-drying meat will work well only if the meat is of good quality in the first place. "All those incentives for industries that can't compete, they're just wasted salt." ■

You can't be serious

Infrastructure stock as % of GDP
Selected countries, 2012



Source: McKinsey Global Institute

SPECIAL REPORT

BRAZIL

► cause road transport is their only option. But that is working around the problem, not solving it.

In the 1990s Mr Cardoso's government privatised state-owned oil, energy and telecoms firms. It allowed private operators to lease terminals in public ports and to build their own new ports. Imports were booming as the economy opened up, so container terminals were a priority.

The one at the public port in Bahia's capital, Salvador, is an example of the transformation wrought by private money and management. Its customers used to rate it Brazil's worst port, with a draft too shallow for big ships and a quay so short that even smaller vessels had to unload a bit at a time. But in the past decade its operator, Wilson, Sons, spent 260m reais on replacing equipment, lengthening the quay and deepening the draft. Capacity has doubled. Land access will improve, too, once an almost finished expressway opens. Luís Eduardo Magalhães and Barreiras export 8,000 containers of cotton a year, says Demir Lourenço, the port's director. "We're 950km away, but they send it 2,000km south. We want that cargo."

Paranaguá is spending 400m reais from its own revenues on replacing outdated equipment, but without private money it cannot expand enough to end the queues to dock. It has drawn up detailed plans to build a new terminal and two new quays, and identified 20 dockside areas that could be leased to new operators, which would bring in 1.6 billion reais of private investment. All that is missing is the federal government's permission. It hopes to get it next year, but there is no guarantee. "Here in Paranaguá we can see what's needed," says the port superintendent, Luiz Henrique Dividino. "We don't want to wait."

Firms that want to build their own infrastructure, such as mining companies, which need dedicated railways and ports, can generally build at will in Brazil, though they still face the hassle of environmental licensing. If the government wants to hand a project to the private sector it will hold an auction, granting the concession to the highest bidder, or sometimes the applicant who promises the lowest user charges. But since Lula came to power in 2003 there have been few infrastructure auctions of any kind. In recent years, under heavy lobbying from public



Don't get hot under the collar

ports, the ports regulator stopped granting operating licences to private ports except those intended mainly for the owners' own cargo. As a result, during a decade in which Brazil became a commodity-exporting powerhouse, its bulk-cargo terminals hardly expanded at all.

Late and over budget

At first Lula's government planned to upgrade Brazil's infrastructure without private help. In 2007 the president announced a collection of long-mooted public construction projects, the Growth Acceleration Programme (PAC). Many were intended to give farming and mining regions access to alternative ports. But the results have been disappointing. Two-thirds of the biggest projects are late and over budget. The trans-north-eastern railway is only half-built and its cost has doubled. The route of the east-west integration railway, which would cross Bahia, has still not been settled. The northern stretch of the BR-163, a trunk road built in the 1970s, was waiting so long to be paved that locals started calling it the "endless road". Most of it is still waiting.

What has got things moving is the prospect of disgrace during the forthcoming big sporting events. Brazil's terrible airports will be the first thing most foreign football fans see when they arrive for next year's World Cup. Infraero, the state-owned company that runs them, was meant to be getting them ready for the extra traffic, but it is a byword for incompetence. Between 2007 and 2010 it managed to spend just 800m of the 3 billion reais it was supposed to invest. In desperation, the government last year leased three of the biggest airports to private operators.

That seemed to break a bigger logjam. First more airport auctions were mooted; then, some months later, Ms Rousseff announced that 7,500km of toll roads and 10,000km of railways were to be auctioned too. Earlier this year she picked the biggest fight of her presidency, pushing a ports bill through Congress against lobbying from powerful vested interests. The new law enables private ports once again to handle third-party cargo and allows them to hire their own staff, rather than having to use casual labour from the dockworkers' unions that have a monopoly in public ports. Ms Rousseff also promised to auction some entirely new projects and to re-tender around 150 contracts in public terminals whose concessions had expired.

"Everyone who studies the subject understands that infrastructure is Brazil's opportunity to unlock growth," says Bernardo Figueiredo of the Planning and Logistics Agency, an arm of the transport ministry created last year to plan and run the auctions. But after the flurry of announcements progress stalled again. A second round of airport auctions was delayed while the govern- ►►



ment hunted in vain for private operators willing to take minority stakes, leaving Infraero in control. Road auctions are only just starting, held up by the government's unwillingness to offer decent rates of return. The railway projects are still short on detail.

Would-be investors in port projects are hanging back because of the high chances of cost overruns and long delays. Two newly built private terminals at Santos that together cost more than 4 billion reais illustrate the risks. Both took years to get off the ground and years more to build. Both were finished earlier this year but remained idle for months. Brasil Terminal Portuário, a private terminal within the public port, is still waiting for the government to dredge its access channel. At Embraport, which is outside the public-port area, union members from Santos blocked road access and boarded any ships that tried to dock.

Rather than enforcing the law that allows such terminals to use their own workers, the government summoned the management to Brasília for some arm-twisting. In August Embraport agreed to take the union members "on a trial basis".

Given such regulatory and execution risks, there are unlikely to be many takers for either rail or port projects as currently conceived, says Bruno Savaris, an infrastructure analyst at Credit Suisse. He predicts that at most a third of the planned investments will be auctioned in the next three years: airports, a few simple port projects and the best toll roads. That is far short of what Brazil needs. The good news, says Mr Savaris, is that the government is at last beginning to understand that it must either reduce the risks for private investors or raise their returns. Private know-how and money will be vital to get Brazil moving again. ■

Money no object

How many prestigious sports stadiums does Brazil need?

TOURISTS COME TO Manaus in the northern state of Amazonas for rolling rivers, virgin rainforest and Belle Époque buildings from the 19th-century rubber boom when the city was known as the Paris of the Tropics. The most striking monument to that era is the Amazonas Theatre. Decked out with European hardwoods, Carrara marble and Venetian glass, it took 12 years to build and went dozens of times over budget. Now Manaus is to get another pricey landmark—for some, another folly. This time the cost will fall on taxpayers.

Amazônia Arena, a 42,000-seat steel-and-fibreglass affair inspired by local hand-woven baskets, is one of 12 venues in 12 cities Brazil is building or refitting for next year's World Cup. It will cost 600m reais (\$265m), which will make it one of Brazil's most expensive football venues. Its external framework was shipped from Portugal in 800 pieces because Brazilian firms that could have delivered the required quality were booked out until 2016. The deadline for completion is December, but FIFA, the sport's governing body, fears that it will be missed.

Once the tournament is over, Manaus's new landmark is unlikely to see much sport. The city's football team plays in a low division, with matches attended by only a few hundred fans. The teams in three other host cities, Brasília, Cuiabá and Natal, also draw small crowds. The government says the four were chosen to showcase Brazil's diversity. Amazônia Arena's project manager, Miguel Capobianco, gamely talks of covering monthly running costs of 500,000 reais with business meetings, craft fairs and municipal shows. More likely, though, all four will become a permanent drain on public funds—though the



An oversized basket

other eight have a reasonable prospect of a useful future.

Brazil's taxpayers are outraged that 8 billion reais are being spent on all these sparkling stadiums when their country's infrastructure in general is so decrepit. Most of the transport upgrades planned for the tournament will not now be ready in time or have been axed altogether. June's protests coincided with the Confederations Cup, a trial run for next year's event. Placards demanded public money for new roads, schools and hospitals, to be built "to FIFA standards". The mood scarcely improved even when in the final Brazil beat Spain, the current world champion.

A four-hour flight south from Manaus, Rio de Janeiro is preparing not only for seven World Cup games, including the final, but also the 2016 Olympics. Organisational chaos during Pope Francis's visit to the city in July cast doubt on its capacity to plan large-scale events: his motorcade got stuck in traffic, a blackout halted the metro for hours and Mass for 1.5m had to be moved to

Copacabana beach when rain turned the original venue into a mudbath.

Rio's famous Maracanã football stadium scrambled to reopen before the Confederations Cup after its third renovation in a decade, which brought the total spent on refits to 1.35 billion reais. More may be needed before it hosts the Olympics opening and closing ceremonies. But new high-speed busways and an extension to the city's metro should be useful, and the run-down port area is being renovated with private money.

Hosting the Olympics, says Maria Sílvia Bastos Marques, the boss of the Municipal Olympic Company, has given Rio a fresh "focus, determination and will". After the federal government moved to Brasília in 1960, incompetent and sometimes corrupt local governments left the once marvellous city looking down-at-heel. In Manaus, Mr Capobianco hopes the World Cup will teach Brazilians something new: that when it wants to, their government can build to a high standard and hard deadline. If only it would do so more often.

Pensions and education

Land of the setting sun

Brazil, the "country of the future", spends far too much on its past

TO SEE WHY Brazil urgently needs to reform its pension system, picture a 73-year-old retired public prosecutor. He is living very comfortably on a generous government pension—around 20,000 reais a month, more than ten times the average wage. With three children from a previous marriage and one from an affair, he is now married to a beautiful 30-year-old with whom he has a fifth child. Life is sweet. After 12 more happy years he dies. Naturally his widow is distraught, but her financial future is assured. For the rest of her life she draws almost his full pension, increased annually by at least the rate of inflation. When she dies 38 years later, aged 80, that pension has been paying out for more than half a century—much longer than her husband had worked to earn it.

The ages at death in this story are based on current life expectancy in Brazil for a 73-year-old man and a 30-year-old woman. The other details, including the current ages and the value of the pension, are those of a high-profile politician and his wife. Brazil has many other couples like them, though pensions outside the public sector are usually much lower. Survivor benefits give such a boost to the appeal of an elderly romantic partner that Brazilians talk about "the Viagra effect".

In most countries bereaved spouses or partners can expect only a fraction of the deceased's public pension, typically half, and it often comes with conditions attached, such as having dependent children or being close to retirement age themselves. In Brazil survivors of any age get almost the full sum for the rest of their lives. Even if the deceased person has not yet retired, the pension starts straight away. As a result, Brazil spends an unmatched 3% of GDP on survivors' pensions. Rich OECD countries on average spend less than 1%.

The pensioners themselves, too, do remarkably well. Men can retire at 65 and women at 60, on full pay up to a high cap, as long as they have contributed for 15 years. All but recently hired civil servants can retire on full pay with no cap. Men over 65 and

women over 60 living in poor households get a pension equal to the minimum wage, currently 678 reais a month, even if they have never contributed. Rural workers, poor or not, enjoy the same privilege five years younger. Terms for early retirement are particularly generous. Greeks, whose pension system almost bankrupted their country, on average work on until they are 61. The average Brazilian draws a pension of 70% of final pay at 54.

All this means that although Brazil is a young country, it spends on pensions like an old, profligate southern European one. Currently it has only 11 people aged 65 and older for every 100 aged 15-64. The ratio in Greece is 29 to 100. But Brazil already spends 11.3% of GDP on public pensions, not much less than Greece at 11.9%.

In 1970 Brazilian women on average had 5.8 children; today that figure has come down to 1.8. With relatively few dependants at either end of the age scale and a large working-age population, the country is enjoying a "demographic bonus", a magic moment when it should be able to grow fast, enjoy higher incomes and still have plenty left over to invest. By the time the bulge generation comes to retire, that surplus should have built schools and infrastructure to make the next cohort much more productive. The country should be rich enough to support its larger number of old folk without too much strain.

Where did that bonus go?

Brazil has wasted this one-off opportunity. Neither the general pension scheme for private-sector workers nor the special one for civil servants produces a surplus. Despite sky-high contribution rates—up to 33% of salary, two-thirds paid by the employer and one-third by the worker—both schemes need to be topped up from general taxation to pay current pensions. And in the next few years the demographic bonus will start to taper off.

Brazil's runaway pension spending has its roots in the idealism of the generation that fought against the military regime, says Marcelo Caetano of IPEA. Rather than work out what might be affordable, it tried to turn the social privileges of the few into the rights of all. For example, the 1988 constitution states that health care is the right of every citizen and that it is the duty of the state to provide it without charge. But services such as health and education require planning and organisation, and although they have improved since the return of democracy they still fall far short of that aspiration. Pensions simply need to be paid, and they have driven Brazil's public spending ever since.

Public spending as a share of GDP rose during both Mr Cardoso's and Lula's terms. If Ms Rousseff splurges next year, as both her predecessors did in election years, primary federal spending will have gone up by two percentage points during her term, but almost none of that extra money has been invested.

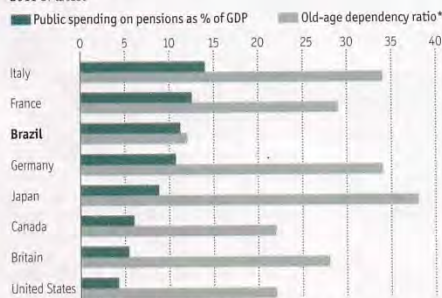
Mansueto Almeida, an economist at IPEA, calculates that 25% of the increase in primary federal-government spending (that is, not counting debt interest) since 1999 went on programmes that support adults of working age and children, including unemployment benefit, a top-up for low-paid workers and the well-known *Bolsa Família*, which gives cash to very poor families in return for getting their children vaccinated and sending them to school. Pensions ate up an extraordinary 59% of the increase, leaving only 16% to be invested.

Now and then, generally in post-election years, Brazilian governments decide they must rein in public spending. But almost nothing is easy to trim. Civil servants' employment terms do not allow them to be made redundant or have their salaries cut. Pensions cannot be shrunk. So the axe falls on investments. Those under way are paused, those being planned are put off.

Brazil's gross public debt is nearly 60% of GDP (or nearly 70%, by the IMF's more pessimistic definition), which is a lot for a

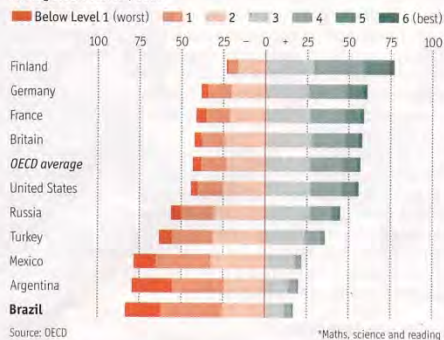
Retirement de luxe

2010 or latest



Unsparking

Average PISA scores*, 2009



▶ middle-income country. If even some of the government's ambitious infrastructure plans go ahead, that debt will rise further. Because of the scarcity of long-term credit in Brazil—a legacy of hyperinflation—as well as a politically driven desire to cap headline interest rates, the government has obliged public banks to help it out: they must lend the prospective winners of its auctions around two-thirds of their construction costs. But because pensions eat up so much of the tax revenue, the government has no money to channel to the banks, so the treasury will have to issue bonds. In June S&P, a ratings agency, downgraded the outlook for Brazil's sovereign debt to negative because it thought a big increase in debt was likely in the next two years.

To make matters worse, Brazil is already building up to an almighty pensions crunch. The bulge generation will start to retire soon and unless the rules change radically, by 2050 taxpayers will be propping up the private-sector scheme alone with a hefty 5.6% of GDP. But the necessary reforms are not even under discussion. Last year the government at last got around to ending the pension privileges of civil servants, but only for new entrants. By 2050 that will save a modest 0.5% of GDP. In July the pensions minister abandoned an attempt to trim survivors' benefits, saying there was little chance of getting it through Congress after the protests.

Mortgaging the future

Brazil's government spends 5.6% of GDP on education, more than the OECD average. That should be enough to give it good schools, but it doesn't. Though the great achievement of the 1990s was getting most children into school, and the country does better than it did ten years ago in the OECD's PISA studies, which test 15-year-olds' literacy, numeracy and scientific understanding, it remains near the bottom of the pack. Half of all 15-year-olds are unable to interpret or draw conclusions from any but the simplest texts. Two-thirds can manage no more than basic arithmetic. In literacy, mathematics and science alike, only 1% rank as high performers; across the OECD, 9% do.

Part of the problem is that the education budget is not well used. OECD governments on average spend 30% more on each university student than on each school pupil. Brazil's spends five times more. Since wealthy students who went to private schools are much more likely to pass university entrance exams, that is shockingly regressive—and wasteful too, since the return to the taxpayer from a decent basic education for many would be

much higher than from degrees for the few.

But the most damaging practices have to do with pensions again. Teachers retire five years earlier than other workers, on the same terms. Since most are women, the typical teacher's career looks something like this: graduate at 23; spend a couple of years preparing for the public-sector entrance exam; start teaching at 25; retire at 50 on close to full pay—and receive an index-linked pension until death at 79.

Such early retirement takes experienced professionals out of classrooms that can ill afford to lose them. And it makes it harder to persuade the best young graduates to take up teaching in the first place. Pensions form such a large part of total compensation that they squeeze pay. State-school teachers' salaries are among the lowest for graduate jobs in Brazil, so most high-flyers are not interested. Rio state spends as much on retired teachers as on working ones, says Wilson Risolia, its secretary of education. Since 1999 the state has dedicated every centavo of the royalties it receives for the oil off its coast to funding its employees' pensions. It counts itself lucky to be able to draw on this revenue stream. But such windfalls should be used for the good of future generations, not past ones.

Brazil's federal government plans to increase public spending on education to 10% of GDP by 2020, which if it happens will be a world record. Some of the extra cash is meant to be generated by royalties from the country's recently discovered vast reserves of deep-sea oil. But more money will not help unless it is tied to better teacher quality and progress towards well-designed education targets, says Mr Risolia. Rio has set a core curriculum for each subject, boosted in-service teacher training and has started to hold standardised state-wide tests for all pupils twice a year. Without changes of this sort, more money might even make things worse. "It's like putting more water into a leaky pipe," says Mr Risolia. "You just get more leakage—including probably more corruption."

More broadly, Brazil needs to reshape its public spending, not increase it. It needs to invest more and to stop bribing the middle-aged to leave the workforce, carrying their children's inheritance with them. "People sometimes say to me that with growth at 5% we wouldn't need pension reform," says Fabio Giambiagi, a pensions expert. "But with workers retiring so young, how can we possibly grow at 5%?" ■



Brazil needs to invest more and to stop bribing the middle-aged to leave the workforce

SPECIAL REPORT
BRAZIL



Consumer goods

Looks good

Brazilian cosmetics and other consumer brands are powering ahead

"CAFUNÉ (N): A STROKE or ruffle of a loved one's hair".

That Brazilians have coined such a specific word testifies to their physical warmth, sense of touch—and obsession with hair. Brazil, although only the world's seventh-largest economy, is its second-largest market for hair-care products. The amount Brazilian women spend on priming has been growing strongly for years and now matches British women's spending per person, though their disposable incomes are far lower. Soon Brazil will overtake Japan to become the second-biggest market for beauty products overall, after the United States.

"The whole world has woken up to the potential of the Brazilian beauty market," says Hana Ben-Shabat of A.T. Kearney, a firm of analysts. Sales of big global companies such as Unilever and Procter & Gamble are growing fast in Brazil, and luxury brands such as l'Occitane are piling in. But the country has also come up with a home-grown beauty company that dominates its bathroom shelves. Natura has a 13.4% share of the Brazilian cosmetics, perfume and hygiene market, with customers in 60% of all households. It is already the world's 20th most valuable cosmetics brand, according to Brand Finance, a consultancy, even though nearly 90% of its sales are domestic and hardly any are outside Latin America. Now it is planning to go global.

Natura was green before greenery became chic, and ca-

tered for women of African heritage before North American or European firms had noticed their existence. According to Alessandro Carlucci, Natura's chief executive, it is similar in some ways to The Body Shop, a green cosmetics firm that started life in Britain, though Natura was years ahead. The big difference is that The Body Shop picks and mixes its cosmetics from around the world whereas Natura has a Brazilian "terroir". Its products are 70% plant-based (by dry weight), and about 10% come from the Amazon, where it buys from co-operatives of villagers and indigenous tribes.

Since 1974 Natura's products have been distributed by self-employed salespeople, a bit like the Avon ladies. The idea was to get to know its customers better and provide a personal service, but there were happy side effects too: fewer employees covered by onerous labour laws; less need for capital during a period of hyperinflation; less reliance on awful roads. It focused on the middle market, which placed it perfectly to benefit from the emergence of a huge new middle class.

The new face of Brazil

The years when Brazil had a policy of keeping out imports gave Natura time to build brand awareness. But it never relaxed because the country was always tricky to do business in, says Mr Carlucci: "If the environment is tougher, it makes you stronger." And since the opening of the domestic market it has flourished, as has a clutch of other Brazilian beauty and clothing brands, despite foreign competition. O Boticário (The Apothecary) is a high-street competitor to Natura. Hering is Latin America's second-largest clothing company. Riachuelo will soon sell fast fashion in every Brazilian state. Lojas Renner's department stores sell their own popular clothing lines. Melissa and Havaianas have made it chic to wear cheap shoes for tropical climes.

These firms are just some of the many consumer brands that have ridden Brazil's consumption boom during the past decade. Whereas carmakers spend their time in Brasilia lobbying to keep trade barriers and special privileges, these companies have a more liberal agenda which has quite a lot in common with that of June's protesters. Better infrastructure would cut their overheads. Better public services, especially in education, would provide them with more competent staff. Cleaner politics would improve economic decision-making and future growth.

As long as the Brazilian market was expanding vigorously, it made sense to focus on it. But now all these companies face the same immediate challenges: a slow economy, high consumer debt and the impossibility of Brazil repeating its trick of the past decade: the acquisition of 35m new consumers with the emergence of its new middle class.

The home market remains important. Natura, for instance, plans to keep expanding it by wooing consumers above and below the income group of its current customers and by tweaking the sales consultants' role. The drudge work of taking customers' money and delivering goods will increasingly be moved online, leaving sales consultants to sell, pamper and provide the human touch. Lower-income customers are being enticed with a new range in lighter, cheaper packaging that gives up every drop of its contents, prompted by the firm's discovery that cost-conscious consumers were using a spoon to scrape out its containers.

The example of Havaianas shows what consumer brands facing a slowdown in Brazil can do to improve their lot. The company was already supplying almost the entire market for light slip-on shoes in Brazil in the 1980s. It continued to grow strongly first by going upmarket at home and then by moving abroad. O Boticário, whose early attempts to sell its bright lipsticks and eyeshadows to Portuguese women flopped, now has outlets scattered through more than 20 countries. Natura was initially

held back by the difficulty of direct selling in a new market, with salespeople having to trudge the streets for an unknown brand. Sales in several other Latin American countries are now doing well, though going farther afield will require a new approach.

In the race to go global, Brazilian consumer brands will benefit from a competitive advantage less often noted than the country's abundance of commodities: its reputation for style. Market researchers say that although few consumers elsewhere know much about the country, they feel positive about it and think Brazilians are beautiful. They also associate Brazil with biodiversity and the rainforest, an obvious advantage for a firm called Natura that uses ingredients from the Amazon. Coming your way: the scents of *pitanga* (a red berry) and *priprioca* (a sweet-smelling grass)—and perhaps a *cafuné*. ■

Reform

Reality dawns

Slower growth and an assertive new middle class will force political change

A DEMOCRACY SHOULD get the politicians it deserves, and Brazilians who voted Paulo Maluf into Congress in 2006 and 2010 can hardly say they did not know what they were letting themselves in for. Allegations of overbilling and kickbacks when he was mayor of São Paulo in the 1990s had been circulating for years, though he was found guilty only last year—by a court in Jersey, in his absence. Mr Maluf is just one of many Brazilian politicians with grubby names: a third of congressmen face criminal allegations, mostly of vote-buying, bribery or embezzlement. Quite a few of those did well at the ballot-box.

But even when Brazilians try to choose wisely, they can be frustrated by their voting system. Members of the lower house of Congress are elected by huge state-wide constituencies. Each state is entitled to three senators and between eight and 70 representatives in the lower house, so with dozens of parties there can be thousands of names on the ballot. Two months after an election only a minority of voters can remember whom they picked. And the system gives poor, ill-educated and sparsely populated states far more than their due weight in Congress, boosting clientelism.

Brazilians also get lumped with representatives they did not even vote for. When a politician steps down in mid-term he is replaced by his choice of alternate rather than via a by-election. Votes cast for a congressional candidate above what he needs to be elected are shared out among his allies. Parties employ "vote-pullers"—high-profile figures who drag non-entities or *corruptos* into office with them. In 2010 Tiririca, a well-known clown with a television show, picked up 1.3m votes in São Paulo state, enough to get him and three other members of his party into Congress.

No matter what a Brazilian politician does, once he is in he becomes very hard to kick out. Corruption allegations are rarely properly investigated, let alone brought to court. Holders of high office cannot be tried by courts of first instance; congressmen can be tried only by the Supreme Court. And even if a case does



come to court, Brazil's legal system offers almost endless opportunities to spin things out. Natan Donadon, a congressman found guilty in 2010 of embezzling public funds, was jailed only in June this year—the first congressman to suffer that fate since 1988. In August Congress decided in a secret vote not to strip him of his seat.

The *ficha limpa* ("clean record") law, passed in 2010 after earlier protests shamed Congress into action, bars candidates for eight years after a conviction for vote-buying or misuse of public funds, or if they step down to avoid investigation. Next year's federal election will be the first one with that law in force. It should improve matters slightly by keeping known *corruptos* from standing and giving clean candidates a reason to stay that way. But it does not make corruption more likely to be properly investigated, nor does it increase criminal sanctions.

In poor, rural areas powerful clans often have a lock on state and city governments. Dependent on transfers from the federal government and richer states, they have little incentive to govern well. But some of the more developed regions have competent administrations, says Luiz Felipe d'Avila of the Centre for Public Leadership, a think-tank. A fiscal-responsibility law passed in 2000 forced them to clean up their books, limit their debts and stop overspending on staff, and the need to lure tax-paying businesses encouraged healthy competition.

The federal administration, by contrast, often seems to be on another planet. Brasília, the capital built in Brazil's then-deserted central plains in the 1950s, is a long way from anywhere and much richer than most of the rest of the country, with an income per person 2.2 times the national average. *Congresso em Foco*, a magazine and watchdog, calculates that the pay and perks of the 513 members of the lower house of Congress alone will add up to almost 1 billion reais this year. That includes a salary of 365,000 reais, allowances for food, housing, flights and petrol, and 25 advisers of their choice each. Senators get extra advisers as well as unlimited private health care for themselves and their families for the rest of their lives.

Much of what is done in Brasília seems equally distant from Brazilians' needs and interests. The relationship between the executive and legislative branches is openly mercenary, with the president trading pork-barrel spending for support from her huge, ideologically incoherent coalition. Ministries are also used as currency. Under the PT the transport ministry has gone to the right-wing Party of the Republic, for example; sport belongs to the communists and tourism to the Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a party of regional bigwigs. In 2011 these and two other ministries lost their bosses to scandals, only

In 2010 Tiririca, a well-known clown with a television show, picked up 1.3m votes in São Paulo state

for their "owners" to be allowed to name their replacements.

Visiting businessmen and investors complain that officials seem unaware of the mood elsewhere in Brazil. According to a recent Americas Barometer survey, only a third of Brazilians felt that politicians cared about their opinions. That disaffection erupted in June's protests. Many marchers carried placards reading: "They don't represent me."

During the protests Ms Rousseff put forward the idea of setting up a constituent assembly that would suggest ways to make politics more responsive to the people. It was shot down as unconstitutional the following day. She then proposed a plebiscite ▶▶

SPECIAL REPORT
BRAZIL

► to produce options for Congress to consider. But how to word it? Most people's eyes glaze over when they hear about closed lists and single transferable votes. And most politicians resist changing the system that got them where they are.

The PT, for example, one of the few parties with strong national leaders, favours a closed-list system in which votes are cast for parties rather than people, because it would make its leaders even stronger. The PMDB wants simple-majority voting, which in such large constituencies would tilt the system even more towards name recognition—and hence its local chieftains.

The Brazil that grows

Brazil seems set to stagger on indefinitely with a system that does a bad job of selecting its representatives. But even without electoral reform, new demands and tightening finances are about to force change on its federal government. Many bits of the country are still so poor and ill-educated that scraps thrown from Brasília can secure votes. Even so, three-quarters of the income gains and three-fifths of the drop in inequality during the past decade have come from paid work, not government handouts. That has created a large and growing constituency for better public services and infrastructure. Satisfying it will require some hard political choices.

Governments in other middle-income countries that face similar demands may be able to raise taxes or borrow more. In Brazil neither is feasible. During the quarter-century since the return of democracy the tax burden has risen from 22% to 36% of GDP, way out of line with the 21% average for upper-middle-income countries. Extracting so much revenue in a country that is not yet rich has already squeezed poor people hard and slowed growth by overburdening businesses. Gross public debt is also high for a developing country. Borrowing a lot more would mean paying even higher interest rates and put the investment-grade status of Brazil's sovereign debt at risk.

If Brazil's economy were doing well, tax revenues could rise without taking a bigger bite out of GDP. The country could outgrow its high and misdirected public spending by limiting any further increase in it to half the rate of economic growth, as

economists linked to the opposition PSDB have been suggesting. But Brazil has exhausted all the easy ways to grow. Most of the population has already moved from the countryside to the cities, and most women who want jobs have joined the workforce in the past few decades.

During Lula's two presidential terms the economy was lifted by the commodity boom and the lingering effects of the economic stabilisation of the 1990s. That made his government complacent. It abandoned the reforms of the tax and pension systems and the labour laws that would have strengthened growth in the longer term. Since Ms Rousseff took office, growth has barely risen above 2.5% a year.

As a result, Brazil's government will soon have to cope with something unfamiliar: budgets that barely grow from year to year. Many Brazilians believe that cutting politicians' perks would release enough cash to build better roads, schools and hospitals. But although such trimming would be a good thing, only a radical reshaping of public spending, and in particular much later retirement and lower pensions, will produce the required savings.

Up till now, politicians have not even tried to make that case to the electorate. Nor are they likely to get round to it soon: with an election coming up next year, they will probably go on another spending binge. Moreover, many Brazilians have yet to make the link between restrictive labour laws and numbing bureaucracy on one hand and the high cost and poor quality of infrastructure and locally made goods on the other.

In the longer term, though, the protests have shown that the politicians cannot duck hard choices indefinitely. Voters everywhere would rather avoid short-term pain, no matter how firmly they are promised it will lead to long-term gain. But for Brazilians the choice is between two current evils: accepting cutbacks in overgenerous handouts or continuing to put up with appalling infrastructure and public services. That may make them more open to reform.

The new middle classes are becoming increasingly vocal, and their demands are being supported by firms in sectors such as agribusiness and consumer products that have flourished without much attention from government. Mr Maluf and his ilk are nothing if not survivors: if the electorate wants better policymaking, they might just try to provide it. ■



Reprints

Reprints of this special report are available at US\$7.00 each, with a minimum of 5 copies, plus 10% postage in the United States, 15% postage in Mexico and Canada. Add tax in CA, DC, IL, NY, VA; GST in Canada. For orders to NY, please add tax based on cost of reprints plus postage. For classroom use or quantities over 50, please telephone for discount information. Please send your order with payment by cheque or money order to: Jill Kaletha of Foster Printing Service Telephone 866 879 9144, extension 168 or email jillk@fosterprinting.com (American Express, Visa, MasterCard and Discover accepted)

For more information and to order special reports and reprints online, please visit our website

www.economist.com/rights

Future special reports

The world economy October 12th

The Koreas October 28th

Britain November 9th

America's foreign policy November 23rd

Previous special reports and a list of forthcoming ones can be found online: economist.com/specialreport



Can Brasília change its ways?